

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

APRENDIMOS MUCHO DE AGRICULTURA EN 35 AÑOS: SOJA E TRABAHO
ENTRE OS ACHÉ DE PUERTO BARRA, PARAGUAI

PEDRO HENRIQUE FRASSON BARBOSA

CURITIBA

2020

PEDRO HENRIQUE FRASSON BARBOSA

APRENDIMOS MUCHO DE AGRICULTURA EN 35 AÑOS: SOJA E TRABAHO
ENTRE OS ACHÉ DE PUERTO BARRA, PARAGUAI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Edilene Coffaci de Lima

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB
9/1607

Barbosa, Pedro Henrique Frasson

Aprendimos mucho de agricultura en 35 años: soja e trabaho entre os Aché de Puerto Barra, Paraguai. / Pedro Henrique Frasson Barbosa. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Edilene Coffaci de Lima



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PEDRO HENRIQUE FRASSON BARBOSA** intitulada: *Aprendimos mucho de agricultura em 35 años: soja e trabalho entre os Aché de Puerto Barra, Paraguai*, sob orientação da Profa. Dra. EDILENE COFFACI DE LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

18/09/2020 18:27:48.0

EDILENE COFFACI DE LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/09/2020 20:17:56.0

RICARDO CID FERNANDES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 14:20:46.0

LEVI MARQUES PEREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 53211

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 53211



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ANTROPOLOGIA E
ARQUEOLOGIA - 40001016027P9

ATA Nº176

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

No dia dezessete de setembro de dois mil e vinte às 15:00 horas, na sala online, suportada pelo Microsoft Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **PEDRO HENRIQUE FRASSON BARBOSA**, intitulada: ***Aprendimos mucho de agricultura em 35 años: soja e trabalho entre os Aché de Puerto Barra, Paraguai***, sob orientação da Profa. Dra. EDILENE COFFACI DE LIMA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: EDILENE COFFACI DE LIMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), RICARDO CID FERNANDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LEVI MARQUES PEREIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, EDILENE COFFACI DE LIMA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 17 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

18/09/2020 18:27:48.0

EDILENE COFFACI DE LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

21/09/2020 20:17:56.0

RICARDO CID FERNANDES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/12/2020 14:20:46.0

LEVI MARQUES PEREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS)

Rua General Carneiro, 460 - 6º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5272 - E-mail: ppgaa@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 53211

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.pppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 53211

AGRADECIMENTOS

A meu pai e minha mãe, Barbosa e Mari, bem como a minha irmã e minhas avós, Maria Luiza, Maria Aparecida e Maria Senir, ficam os meus agradecimentos por todo o apoio oferecido nesses anos de vida.

Agradeço as amigas e amigos do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia e da Universidade Federal do Paraná de maneira geral, que desde 2012 constituem minha principal rede de apoio em Curitiba. Adriano Taques, Aline Bonfá, Ana Carolina Belei, Barbara Ribas Maciel, Beatriz Rangel, Bianca Hammerschmidt, Bruna Reis, Bruno Ribeiro, Caetano Pires, Camilo Leão, Carlos Emiliano, Diógenes Cariaga, Eber Silva, Eduardo Almeida, Fabiano Azola, Felipe Alves, Fernando Lajus, Filipe Ribeiro, Francisco Pinto, Florencia Sueldo, Florencio ReKayg Fernandes, Gian Carlo, Gustavo Anderson, Gustavo Mãozinha Jugend, Gustavo Santos, Henrique Valério, Ivã Munhoz, João Victor Albuquerque, José Roberto Barbosa, Josiéli Spenassatto, Kamille Mattar, Lalo Aquino, Leandro Altheman Lopes, Leonardo Micheleto, Liz Góes, Luana Maria de Souza, Lucas Carvalho, Lucas Strugala, Luiz Felipe Henning, Marcus Veloso de Freitas, Marcela Guedes, Matheus Kich, Nathalie Pavese, Jessica Carcereri, Patricia Prado, Pedro Henrique Fortes, Ramiro Gabriel Garcia, Renan Flores, Rafael Pacheco, Ricardo Storniolo, Tiago da Silva Pereira, Tabata Soldan, Titi Lubengo, Vinicius Krachinski, Virgínia Lourençon e Wilson Karaoglan.

Agradeço as amigas e amigos que conheço desde os tempos da escola em Foz do Iguaçu, sobretudo os que insistem no peculiar apreço por açaí com cerveja.

Fica o meu imenso reconhecimento e agradecimento as professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFPR, especialmente a professora Ciméa Barbato Bevilaqua, que participou como examinadora da banca de qualificação e com quem há anos venho aprendendo, e ao professor Paulo Renato Guérios, com quem tive aulas inspiradoras no ano de 2018.

As apresentações e debates no NEA (Núcleo de Estudos Ameríndios) se mostraram fundamentais para o avanço desta pesquisa. Agradeço a professora Laura Pérez Gil, a professora Andréa Oliveira Castro e ao professor Miguel Alfredo Carid Naveira pelas contribuições.

Agradeço ao professor coordenador e ao secretário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, João Rickli e Paulo Marins. O trabalho de vocês é fundamental!

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos concedida, que possibilitou a dedicação exclusiva às disciplinas, eventos e trabalhos de campo, indispensáveis ao bom desenvolvimento da pesquisa científica.

Aos colegas pesquisadores Eva Maria Roessler e Warren Thompson, agradeço a atenção e o compartilhamento das experiências e conhecimentos sobre os Aché.

Agradeço ao professor Levi Marques Pereira pela satisfação de o ter como avaliador na defesa desta dissertação.

Um agradecimento especial ao professor Ricardo Cid Fernandes, com quem venho aprendendo desde os tempos de PET Ciências Sociais, passando pela banca de monografia, o exame de qualificação e enfim a defesa deste trabalho.

Agradeço a professora Edilene Coffaci de Lima, que desde o início aceitou o desafio de orientar esta pesquisa e realizou desde então inúmeras leituras do material. Obrigado pela confiança, pelos estímulos e pelas lições. Aprendi muita Antropologia com você.

Agradeço profundamente a solidariedade e o suporte fornecido pela família Fostervold em Puerto Barra. Bjarne, Rosalba, Brian, Reidar e Sylvia possuem uma relação especial com os Aché e foram indispensáveis para a realização do trabalho de campo. Heber e Marta (e Aron), e Cesar e Nancy, professores não indígenas, também agradeço a vocês pelo amparo.

Agradeço, enfim, a toda amizade e apoio dos Aché que conheci na aldeia de Puerto Barra e Cerro Moroti. Nada disso seria possível sem a amável paciência e boa vontade de vocês. Um muito obrigado a Alejo Minagi e Felicita Mbepurangi, Pablo Piragi e Vicenta Kuachingi, Martin Eiragi e Valentina Piragi, Daniel Rytagi, Higinio Mbyvangy e Gregória Kandegi, Rosa Brevigi e Miguel Jakangi, José Anegui e Irma Mbewyragi, Francisco Kandepiapegi, Timoteo Turugi, Davi Kandegi e Alejandra Guingi, Filemon Chengygi e Norma Chejugi, Alejo Baipuku e Teresa Karegi, Lorenzo Puapirangi, Gavian Chimbegi e Victoria Pykigi, Felipe Kajagi, Modesto Chuwagi e

Angelica Chachupurangi, Aturo Tatunambiagi, GeronimoTatugi, Aníbal Waypygi, Francisco Bupigi e Mercedes Atagi, Manuel Tykuarangi e Rosalina Kutingi, Daniel Akuagi, Simon Pychangi e Qesia Ayala, Gladys Kuachingi, Francisco Mbepegi, Cornelio Mbykagi e Eloy Chachugi.

cho urygatu achedji

(eu estou muito feliz com os Aché)

"... De resto, o mesmo ofício te irá ensinando os elementos dessa arte difícil de pensar o
pensado."

(Machado de Assis: Teoria do Medalhão, 1881)

RESUMO

O presente trabalho é um estudo etnográfico da produção de soja dos Aché da comunidade de Puerto Barra, localizada no departamento paraguaio de Alto Paraná. Desde meados da década de 1970 vivendo aldeados junto a família missionária Fostervold, os Aché Ñacunday ou Yñaro gradativamente se transformaram de um povo predominantemente caçador-coletor não praticante da agricultura em um grupo que, duas vezes ao ano, cultiva uma grande quantidade de soja em seu território. Esta investigação diz respeito ao ciclo da safrinha de soja do ano de 2019, que foi plantada pelos Aché e cujo trabalho ocorreu centrado especialmente em duas famílias. A colheita e o transporte dos grãos foram realizadas por um vizinho brasiguai, uma vez que os Aché não possuem o maquinário necessário para o serviço. Os recursos advindos da venda da produção de soja são empregados essencialmente na preparação diária de um almoço servido a todas as pessoas da aldeia, na manutenção do próprio ciclo da soja e na continuidade de outras atividades internas. Ninguém recebe um salário para trabalhar com a soja em Puerto Barra, ou seja, mesmo que as atividades aconteçam a partir de algumas famílias, os recursos advindos da venda da produção não se aglutinam em grupo familiar algum. Além das ocupações internas, uma grande parte das pessoas que vivem na aldeia também realizam trabalhos temporários fora da comunidade, nos vizinhos paraguaios, brasiguaios e alemães. De maneira diferente ao passado, manifestam alguns interlocutores, na vida fora da floresta é preciso de dinheiro para continuar existindo.

Palavras-chave: Aché (Ñacunday, Yñaro), caçadores-coletores, agricultura indígena, Paraguai, Guaraní

ABSTRACT

This work is an ethnographic study about the Aché people's soy production in the community Puerto Barra, which is located at Alto Parana Paraguayan department. Since early 1970s, living together with the Fostervold missionary family, the Nacunday Aché or Yñaro Aché slowly turned, from a predominantly hunter-gatherer people, who doesn't practice agriculture, into a group which, twice a year, sows a big amount of soy in its territory. This investigation is about the "off-season harvesting cycle" in 2019, which was sowed by the Aché and whose work was done mostly by two families. The harvesting and the transportation of the grains were done by a *braziguayan* neighbour, since the Aché people don't have proper machinery to do the job. Resources which come from selling the soy output are invested essentially on the daily preparation of a meal that is served to all the people in the village, on the maintenance of the soy cycle and on the continuity of other internal activities. No one gets a salary for working with soy in Puerto Barra, that is to say, even though the activities begin to happen in just some of the families, the sources acquired from the soy sale aren't kept by any family group alone. Besides the internal occupations, most of the people who live in the village also do temporary jobs out of the community, in the Paraguayan, Braziguayan and German neighbours. Differing from past times, some interlocutors say, life out of the woods demands money to keep existing.

Keywords: Aché (Nacunday, Yñaro), hunter-gatherer, indigenous agriculture, Paraguay, Guarani.

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio etnográfico de la producción de soja de los Aché de la comunidad de Puerto Barra, ubicada en el departamento paraguayo de Alto Paraná. Desde mediados de los años 1970 viviendo como aldeanos junto a la familia misionera Fostervold, los Aché Ñacunday o Yñaro paulatinamente cambiaron de un pueblo predominantemente cazador-recolector no practicante de la agricultura en un grupo que, dos veces al año, cultiva una gran cantidad de soja en su territorio. Ésta investigación habla al respecto del ciclo de la zafra de soja del año 2019, que fue plantada por los Aché y cuyo trabajo ocurrió centrado especialmente en dos familias. La cosecha y el transporte de granos fueron realizados por un vecino brasiguayo, una vez que los Aché no poseen la maquinaria necesaria para el servicio. Los recursos advenidos de la venta de la producción de soja son empleados esencialmente en la preparación diaria de un almuerzo servido a todas las personas de la aldea, en la manutención del propio ciclo de la soja y en la continuidad de otras actividades internas. Nadie recibe sueldo por trabajar con la soja en Puerto Barra, o sea, mismo que las actividades ocurran a partir de algunas familias, los recursos advenidos de la venta de la producción no se aglutinan en ningún grupo familiar. Además de las ocupaciones internas, una gran parte de las personas que viven en la aldea también realizan trabajos temporarios fuera de la comunidad, en los vecinos paraguayos, brasiguayos y alemanes. De manera distinta al pasado, manifiestan algunos interlocutores, en la vida fuera del bosque es necesario dinero para continuar existiendo.

Palabras-clave: Aché (Ñacunday, Yñaro), cazadores-recolectores, agricultura indígena, Paraguay, Guaraní

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEPATAR - Centro Tecnológico Agropecuario del Paraguay
- COPORDINI S.A. - Indústria de Óleo de Canola
- COPRONAR - Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda
- INDI - Instituto Paraguayo del Indígena
- IPTA - Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria
- SEAM - Secretaria del Ambiente del Paraguay

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
OS ESTUDOS SOBRE OS ACHÉ DO PARAGUAI.....	20
OS ACHÉ ÑACUNDAY (OU YÑARO) DE PUERTO BARRA.....	24
A AGRICULTURA EM PUERTO BARRA.....	32
O TRABALHO DE CAMPO EM PUERTO BARRA.....	39
CAPÍTULO 1 O PLANTIO DE SOJA ENTRE OS ACHÉ DE PUERTO BARRA.....	45
1.1 A SOJA É UMA ATIVIDADE QUE ENVOLVE PARENTES.....	63
1.2 O "ALDEAMENTO" PUERTO BARRA.....	73
CAPÍTULO 2 A COLHEITA DE SOJA EM PUERTO BARRA.....	81
2.1 A COLHEITA DE SOJA.....	81
2.2 DE PUERTO BARRA À COPRONAR.....	95
CAPÍTULO 3 A SOJA DISTRIBUÍDA: ALIMENTAÇÃO, TRABALHO E OUTRAS PRODUÇÕES.....	102
3.1 O ALMOÇO SERVIDO EM PUERTO BARRA.....	108
3.2 MODOS DE TRABALHO.....	116
3.3 O ACESSO À SAÚDE E A MEDICAMENTOS.....	132
3.4 A PRODUÇÃO DE MEL E TILÁPIAS.....	134
3.5 ACONCENTRAÇÃO DA ECONOMIA DA SOJA E A DISPERSÃO DE RECURSOS EM PUERTO BARRA.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema a produção de soja por parte dos Aché da aldeia de Puerto Barra, localizada no departamento paraguaio de Alto Paraná. Reconhecidos na literatura da antropologia como Guayaki, os Aché são um subgrupo guarani que soma aproximadamente 2000 pessoas que atualmente habitam seis aldeias por todo o Paraguai. Os Aché ficaram conhecidos não apenas por terem sido estudados por León Cadogan, Pierre Clastres e Bartomeu Melià (Cadogan, 1960; Clastres, 1972; Melià et al 1973), mas também por serem um dos últimos grupos caçadores-coletores localizados no Cone Sul. Soma-se a isso a excepcionalidade de, em pouco tempo, os indígenas terem se familiarizado com a atividade agrícola em pequena escala e ingressado na produção de *commodities* para o mercado nacional e internacional.

Em meu primeiro trabalho com o grupo (Barbosa, 2017), a proposta de pesquisa centrou-se em conhecer aspectos da alimentação das pessoas da aldeia chamada Cerro Moroti. Naquela ocasião, percebi que os alimentos consumidos eram em sua maioria provenientes de mercados da região, pois a produção das chácaras de cada residência estava longe de fornecer o suficiente para a alimentação das famílias¹. Deslocando meu olhar das práticas alimentares para a atividade agrícola, na presente etapa de investigação me dedico a pensar de que maneira a agricultura acontece em Puerto Barra, especificamente os 230 hectares de soja que são plantados na aldeia nos períodos de safra e safrinha, entre os meses de setembro e maio. Se em Cerro Moroti as pessoas consomem majoritariamente alimentos de mercado porque as chácaras não rendem o ano todo², em Puerto Barra algo ligeiramente distinto ocorre em razão do maior cultivo da aldeia ser um cultígeno que não é utilizado pelas pessoas como alimento.

A existência de populações indígenas cultivando soja em seus territórios é muito pouco descrita ou mesmo mencionada pela literatura da etnologia indígena, embora o assunto seja tema de conversas em congressos, grupos de trabalho e corredores universitários. No Paraguai, me parece que os Aché são o único grupo indígena que cultiva soja em relativa grande escala, vide as inúmeras reportagens³ que aparecem nos

¹ Em razão do pequeno território destinado a agricultura e da pouca variedade de alimentos cultivados.

² Exceção a isso está o cultivo de mandioca.

³ Indígenas incursionan en el cultivo de la soja. Disponible em: <https://www.hoy.com.py/nacionales/indigenas-incursionan-en-el-prometedor-cultivo-de-la-soja>. Acessado em: 11 de agosto de 2020. Indígenas de Paraguay incursionan en el prometedor cultivo de la soja.

jornais paraguaios como exemplos de *desenvolvimento e sustentabilidade* aliados a preservação de sua língua e seu modo de vida.

Tendo em vista a grande diversidade de cultivos que caracteriza os grupos indígenas (Carneiro da Cunha; Almeida, 2002, Ribeiro; Ribeiro, 1986), chama a atenção quando uma população dita "tradicional" planta uma quantidade grande de soja em seu território. Além de ser um cultivo politicamente comprometido com a diminuição e o esbulho de territórios indígenas no Brasil, a monocultura de soja representa exatamente o lado oposto dessa diversidade biológica que, como sinalizamos, singulariza as populações tradicionais e indígenas.

Os Aché de Puerto Barra plantando soja não se veem como seus vizinhos não indígenas. Da mesma maneira, seus vizinhos não indígenas enxergam os Aché de um modo bastante específico, claramente diferente deles próprios. Conhecendo o dia a dia dos Aché, me parece que estes indígenas possuem uma maneira muito própria de fazer as coisas e que apresentam ampla capacidade de analisar e se posicionar em relação à sua própria história. Os Aché de Puerto Barra escolheram plantar soja em um momento de seu passado e hoje as atividades relacionadas à planta se desenrolam através de vínculos de parentesco e relações com as pessoas e coisas do entorno da aldeia.



No mapa, os pontos vermelhos indicam os estados onde estão localizados as aldeias Aché no Paraguai. No departamento de Canindeyú estão as comunidades de Arroyo Bandera, Chupa Pou e Kuetuvy. Na província de Caaguazú se localiza a aldeia de Cerro Moroti. Em Alto Parana está Puerto Barra e em Caazapa está Ypetimi. O ponto preto indica a cidade de Foz do Iguaçu, no Brasil.

Puerto Barra se localiza dentro dos limites do município de Naranjal, situado na região leste do Paraguai, a 130 km da fronteira com Foz do Iguaçu. Hoje a *comunidade*⁴ abriga 277 pessoas, divididas em 71 famílias. São 821 hectares de tamanho⁵, banhados por dois rios: Yñaro e Ñacunday. A maioria das residências da aldeia é feita de alvenaria, mas há algumas poucas casas de madeira, que foram fabricadas após a primeira leva de moradias construídas pelo governo. Há brancos morando em Puerto Barra, como alguns dos professores da escola da aldeia e seus companheiros. Ao mesmo tempo, registrei apenas um intercassamento entre uma pessoa

⁴ A palavra *comunidade* é recorrentemente empregada pelos Aché para falar do lugar onde vivem, onde moram. Sempre que utilizá-la neste trabalho será desta maneira. A termo comunidade me foi traduzido para o aché como *chupa*, que significa *aldea, lugar, pueblo*. O nome da aldeia de Chupa Pou significa, portanto, "comunidade" (aldeia, lugar, pueblo) "nova", que é o significado de Pou.

⁵ As outras aldeias Aché no Paraguai possuem em população e em tamanho (dados de Eloy Chachugi, 2015): Arroyo Bandera, 200 pessoas e 800 hectares, Chupa Pou 700 pessoas e 8600 hectares, Kuetuvy 300 pessoas e 4800 hectares, Cerro Moroti 300 pessoas e 1358 hectares e Ypetimi 600 pessoas e 1000 hectares.

indígena e uma pessoa não indígena, situação bastante distinta da verificada na aldeia de Cerro Moroti, em que os intercassamentos são mais comuns.

A família Fostervold, composta por Bjarne Rolf Fostervold, sua esposa Rosalba, e seus filhos Brian, Reidar e Sylvia Fostervold, também vive na aldeia. Bjarne mora desde o início em 1971, Rosalba chegou na década de 1980 e os filhos a partir dos anos 1990. Nos eventos e entrevistas para fora da aldeia, Bjarne se apresenta como consultor e missionário⁶ entre os Aché. Para o caso de Puerto Barra, sua história pessoal de vida é inseparável da história da comunidade. Já há muitos anos Rosalba é servidora pública do governo paraguaio, sendo a supervisora das escolas Aché.

Não há uma região principal na aldeia, como um *pátio central*, mas há pontos que aglomeram pessoas, como as duas quadras de piki vôlei⁷ e a área do *comedor*, onde são preparadas as refeições, conforme detalharei adiante. Além disso, existe em Puerto Barra uma igreja batista (os Aché das seis comunidades são *crístianos*, isto é, evangélicos), uma escola que vai da educação básica até o ensino médio, a sede institucional da educação diferenciada Aché, uma pequena construção que é utilizada como posto de saúde, o galpão das máquinas, um laboratório apícola e um campo de futebol.

⁶ Não há uma denominação religiosa específica. A família Fostervold e os Aché da aldeia de Puerto Barra são batistas. O pai de Bjarne foi durante alguns anos membro da New TribeMissions, organização missionária surgida nos Estados Unidos em 1942. Falaremos mais sobre isso adiante.

⁷ No Brasil conhecemos o Piki Vôlei como Futevôlei.



O entorno da aldeia, bem como todo o estado é repleto de plantações, sobretudo de soja, milho, trigo e aveia. Faz pouco mais de 40 anos que a região leste do Paraguai deu início ao que alguns autores chamam de "boom da soja" (Hetherington, 2016; Achinelli, Barrios e Morínigo, 2018), período de intenso povoamento (de migrantes brasileiros, inclusive) e crescimento da atividade sojeira na região. O Paraguai é hoje o sexto maior exportador de soja do mundo, atrás de países como o Brasil, os Estados Unidos, a Argentina, a China e a Índia.

Muitas pessoas em Puerto Barra têm responsabilidades sobre as atividades que acontecem na aldeia. Pablo Piragi, Martin Airagi, Daniel Rytagi e Modesto Chuwagi, por exemplo, são os *encarregados* pela produção de soja. É dessa maneira que os Aché se referem a essas pessoas que assumem as tarefas. Isso não significa que essas sejam as únicas pessoas a realizarem as atividades, afinal são necessárias várias pessoas para que as coisas na aldeia aconteçam. Ser *encarregado* significa organizar os afazeres, chamar as pessoas para os trabalhos e prestar contas nas reuniões das lideranças, que acontecem um vez por semana. Deste modo, Davi Kandegi é o principal encarregado pela agricultura de consumo, ainda que trabalhe junto com seu pai, Alejo Baipukugi, e dois de seus filhos, Filemon Chengygi e Daniel Piragi. Irma Mbewyragi e Vicenta Kuachingi são duas das mulheres encarregadas pela preparação do almoço diário servido na aldeia, mesmo que diversas outras mulheres também realizem essa tarefa. Salatiel Gachogi é o encarregado pelo trabalho com as abelhas, a despeito de seu pai Aníbal Waypygi e

Adam Mbejarogi serem lembrados na aldeia como pessoas que também trabalham com a produção de mel. É assim que as coisas acontecem em Puerto Barra, segundo conta Lorenzo Puapirangi: as pessoas mais capacitadas assumem as tarefas e a comunidade apoia.

Nesse sentido, constitui meu interesse de pesquisa saber como concretamente acontece a produção de soja na aldeia: quem são as pessoas que executam as atividades, como é o dia a dia na lavoura, quem opera o maquinário, para onde vai o grão depois de colhido, como é vendido e como o dinheiro resultante dessa produção é empregado. Após pouco mais de dois meses em campo pude entender um pouco melhor como o plantio e a colheita de soja se realizam, o que vem antes do que e quem são as pessoas de fora da aldeia que participam, assunto que me proponho a apresentar neste trabalho, que está dividido em três partes.

No primeiro capítulo, descrevo a maneira como o plantio e a colheita de soja em Puerto Barra acontecem por meio da mobilização de vínculos de parentesco. A despeito da aldeia possuir 277 moradores, menos de 15 pessoas se envolvem efetivamente no trabalho com a atividade agrícola. Nesta seção apresento as famílias de Daniel Rytagi e Alicia Tokangi, José Kuategi e Maria Tatugi e Gavian Chimbegi e Victoria Pykigi, três grupos familiares que, além de viverem em Puerto Barra há muitos anos, são as que realizam as atividades relacionadas ao plantio e a colheita de soja. Deste modo, minha compreensão é que mais a utilização dos recursos oriundos da soja do que a atividade de plantio e colheita propriamente ditas constituem uma atividade comunitária. Dito de outra maneira, os recursos provenientes da venda da soja é que se caracterizam como algo comunitário, e não a sua produção, que é organizada em torno de certos núcleos familiares.

A soja é um cultivo de temperaturas quentes normalmente semeado duas vezes ao ano, entre setembro e maio, etapas que são denominadas de safra (geralmente plantada em setembro ou outubro), onde a colheita rende mais resultados, e safrinha (plantada entre fevereiro e março), onde um rendimento menor já é esperado. Na safrinha da soja que acompanhei em 2019, foi Pablo Piragi - filho de Daniel Rytagi e Alicia Tokangi - que coordenou o plantio dos grãos, que durou aproximadamente seis dias. Pessoas que os Aché se referem como *jovents*, que não possuem mais de 18 anos e estão na lavoura para *aprender*, auxiliaram durante todo o período do plantio. Cabia a

essas pessoas encherem os tanques da semeadeira de sementes e insumo, bem como acompanhar o plantio ocorrendo na parte de trás do maquinário enquanto Pablo o pilotava.

No segundo capítulo apresento a colheita da soja. No momento em que o cultígeno foi colhido, meses depois da semeadura, Pablo estava realizando o plantio de aveia na aldeia, e quem realizou a ceifa foi um vizinho dos Aché de nome Wanderlei. Os Aché não possuem o maquinário necessário para realizar a colheita, portanto pagam a um vizinho para realizá-la. Esta etapa do ciclo da soja foi acompanhada por Modesto Chuwagi, que em Puerto Barra é o responsável principal pela piscicultura de tilapia e participa de outras atividades, como a agricultura de consumo.

No terceiro capítulo apresento primeiramente a maneira como o dinheiro obtido com a venda da soja é empregado dentro de Puerto Barra, especialmente no almoço servido uma vez ao dia e nas necessidades hospitalares dos moradores da aldeia. Além das cinco lideranças envolvidas no manejo dos recursos, há também uma "oficina" administrativa dentro da comunidade que tenta equilibrar as contas que Puerto Barra possui nos comércios, mercados, hospitais, farmácias e bancos da região onde vivem. Depois, em um segundo momento desta seção, apresento brevemente outras atividades que ocorrem em Puerto Barra, como a criação de abelhas para produção de mel e a criação de tilápias em açudes. Como no caso da soja, nenhuma das pessoas encarregadas destas atividades recebem um salário da aldeia. Assim sendo, é grande a quantidade de pessoas em Puerto Barra, sobretudo homens, que saem da comunidade para trabalhar (carpir terrenos, limpar silos, tratar de animais) nas fazendas dos vizinhos, localizadas no entorno ou mesmo a alguns quilômetros da aldeia. Esta é a maneira que os Aché que vivem em Puerto Barra fazem para ganhar algum dinheiro, ainda que de modo irregular.

Meu trabalho de campo entre os Aché durou cerca de dois meses, divididos em três períodos do ano de 2019: em fevereiro e março acompanhei a etapa de plantio, em junho pude visualizar a colheita sendo realizada e em dezembro voltei a campo para resolver pontos pendentes do texto de qualificação, apresentado no mês de novembro. Na aldeia, fiquei em um local chamado *casa de visitas*, destinado a todas as pessoas que vez ou outra passam por Puerto Barra: missionários, professores de outras disciplinas, amigos de algum morador da comunidade ou pesquisadores. Duas pessoas Aché me

auxiliaram nas conversas com as pessoas mais velhas, que preferiam falar em Aché. Foram Gladys Kuachingi, em fevereiro e março, e Manuel Tykuarangi, no mês de dezembro. Gladys e Manuel são fluentes em Aché e espanhol. Algumas das pessoas mais velhas com quem conversei falavam espanhol e aché, mas mesmo assim preferiram falar em aché. Outras, falavam apenas aché e mal compreendiam o espanhol, a exceção de algumas poucas palavras. A maior parte da pesquisa, por fim, foi realizada em espanhol.

Em sua dissertação de mestrado, a linguista Eva Maria Roessler sublinha (2008, p. 23) o pequeno número de falantes da língua aché, entre 250 e 300 pessoas, que fazem parte de uma geração mais velha, acima dos 60 anos, indicando o risco de extinção em que se encontra o idioma. Na pesquisa de doutorado (2018), cujos dados foram produzidos até o ano de 2017, o mesmo se verifica, com Roessler contando entre 300 e 400 falantes fluentes e algo em torno de 2000 semi falantes (2018, p. 70). O guarani paraguaio e o espanhol são os idiomas majoritariamente empregados nas aldeias Aché, de acordo com a pesquisadora, o que leva o surgimento do que os próprios indígenas chamam de GuarAché:

"For community internal communication we observe the emergence of a new, mixedTG variety, which the Aché people themselves refer to as Guaraché. Only older speakers, age over 60, seem to consistently use Aché in everyday communication. Most of these older and fluent Aché speakers can certainly also be considered passive speakers of Paraguayan Guaraníand/ or Guaraché."

(2018, p. 71 e 72)

Em Cerro Moroti, no ano de 2015, percebi que o guarani paraguaio era falado por uma grande quantidade de pessoas, junto do aché e do espanhol. Em Puerto Barra, a língua aché me pareceu o idioma mais utilizado, mas os dados de Roessler apontam para essa ideia de *semi-falantes* que misturam (*mesclam*, como dizem os Aché) até quatro idiomas: aché, guarani paraguaio, espanhol e português. Com os vizinhos de sua aldeia, os Aché conversam em espanhol, como no caso daquele que realiza a colheita na comunidade. Na cidade de Naranjal ou em Santa Rita, na cooperativa e nos mercados, o idioma empregado é o espanhol e o português. Quando a interlocução é com o Estado paraguaio, o espanhol é a língua utilizada.

OS ESTUDOS SOBRE OS ACHÉ DO PARAGUAI

"E aí primero ellos agarraram aos Aché Wa, depois disso quando eles já puderam adaptar com os brancos então usaram como uma guia a eles para sacar a outro Aché del monte, e aí vieram trazendo a essa comunidade..."

Depois disso quando saiu todos Aché Wa, então vieram mais da zona de Vilarrica, da zona de Ybytyruzú; aí encontrou a outro grupo, [que] não era Aché Wa... Aché de Ybytyruzú... e aí chegou outra vez, arragou a um grupo e se foi a morar aí outra vez em Arrojo Morotí... e assim conviviam junto: Aché Wa e Ybytyruzú. Depois de isso a comunidade era pequena... já não podia abarcar a todos."

(Francisco Mbepegi, nota de campo, fevereiro de 2015)

Embora a literatura sobre os Guarani seja tão antiga quanto a violenta conquista dos europeus sobre os grupos indígenas, o número de publicações que versam sobre os Aché é bem pouco expressivo. Conforme sublinham Hill e Hurtado (1999, p. 163), nenhuma pesquisa sistemática foi realizada entre o grupo até o século XX, e mesmo no século passado é possível distinguir as primeiras publicações, como o trabalho de F. Mayntzhusen (1912, 1920), G. Bertoni (1924) e H. Baldus (1936), ainda de caráter inicial e exploratório, dos estudos mais modernos realizados a partir dos anos 1960, como as pesquisas de León Cadogan (1957, 1960, 1965), Branislava Susnik (1961, 1962) e Pierre Clastres (1972, 1974).

Seguindo a fala⁸ de Francisco Mbepegi, indígena morador da comunidade de Cerro Moroti, cada autor que escreveu sobre os Aché o fez a partir do contato com diferentes subgrupos, que se distinguem de pelo menos duas maneiras: primeiro entre os grupos do sul e os grupos do norte, e depois entre quatro subgrupos que até então se tem conhecimento: Aché Ypeti, Aché Yvytyruzu, Aché Ñacunday (ou Yñaro) e Aché do Norte. A diferença entre estes subgrupos consiste em pequenas distinções culturais e linguísticas, observadas e sinalizadas desde as investigações do século XX.

O trabalho de pesquisa realizado pelo colono alemão F. Mayntzhusen a partir de 1908 foi publicado entre 1911 e 1926, e escrito com base na experiência do autor com grupos Aché residentes no sul do país, no departamento paraguaio de Itapuá. Métraux e Baldus (1946, p. 435), bem como Hill (1999), sinalizam as valiosas contribuições de

⁸ Francisco Mbepegi contando, de maneira muito geral, a "história dos Aché". Fala gravada em meu primeiro trabalho de campo na aldeia de Cerro Moroti, em fevereiro de 2015.

Mayntzhusen, a despeito do caráter esparso de sua produção. Antes ainda Bertoni (1922, p. 104) diferencia o trabalho de Mayntzhusen do de outros pesquisadores, que segundo o autor eram em geral "ligeros juicios y notas etnológicas que pocas luces han aportado" sobre o conhecimento da "raça" guayaki.

Guillermo Tell Bertoni, secretário de agricultura do governo do Paraguai e professor da Universidade de Assunção, publica seu primeiro trabalho sobre os Aché no XX Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido no Rio de Janeiro em agosto de 1922. No texto, escrito junto do pai, o também cientista (naturalista, botânico, etnólogo, historiador) Moises Bertoni, Bertoni diferencia o próprio trabalho do que já foi escrito sobre os Aché da seguinte maneira: todas as pesquisas prévias haviam sido realizadas com subgrupos que viviam na região sul. Os Bertoni, ao contrário, haviam pesquisado com os Aché da região nordeste do país, que segundo os autores eram "livres de influências estrangeiras" (Bertoni, 1922, p. 105), como o cristianismo do campesinato paraguaio. Se na época estas afirmações eram feitas por Bertoni, hoje são os próprios Aché de Puerto Barra que enxergam os Aché que vivem em Cerro Moroti e Ypetimi como mais próximos da "cultura paraguaia" devido ao amplo uso da língua guarani que é feito nessas comunidades.

Moises e Guillermo Bertoni realizaram pesquisas sobre diferentes temas e possuem trabalhos nas áreas de botânica, agricultura, linguística, economia e folclore. A própria variedade de suas investigações faz com que os autores sejam classificados de diferentes maneiras. Em sua tese de doutorado, dedicada ao estudo de três figuras da intelectualidade paraguaia (George Bleyer, César Sartori e Moises Bertoni), Ninarosa Manfroi apresenta (2013, p. 9) o suíço como um naturalista. Por sua vez, Guillermo é apontado ora como homem de estado, advogado e botânico, ora como linguista e antropólogo, como no site do Ministério da Educação do governo paraguaio⁹. A despeito de terem realizado pesquisa e publicado trabalhos etnográficos sobre os Aché e outros povos indígenas do Paraguai, ambos não se apresentavam como antropólogos.

O etnólogo alemão Hebert Baldus fez trabalho de campo com um subgrupo localizado na região sul denominado Yñaro ou Ñacunday. O primeiro contato de Baldus

⁹ Aniversario de muerte del antropólogo y lingüista Guillermo Tell Bertoni. Disponível em: https://www.mec.gov.py/cms_v2/recursos/5832-aniversario-de-muerte-del-antropologo-y-linguista-guillermo-tell-bertoni. Acessado em: 20 de julho de 2020.

com os Aché se deu em 1933, ocasião em que, acompanhado do subgrupo do sul, foram mata adentro atrás de um subgrupo do norte. Após alguns dias de marcha, com os Aché do sul lendo os rastros que os Aché do Norte deixavam na floresta, o encontro, quase estabelecido, acabou não acontecendo. O texto resultante desta "fracassada" experiência foi publicado em 1936 com o título de "Ligeiras notas sobre duas tribus tupis da margem paraguaya do Alto Paraná (Guayaki e Chiripá)". Dez anos mais tarde, junto de Alfred Métraux, Baldus publica no Handbook of South American Indians um verbete bastante geral sobre os Aché, embora precioso por apontar elementos que mais tarde foram desenvolvidos por outros autores, como o tema da caça e da coleta, a organização social e a cultura material.

León Cadogan e Branislava Susnik publicaram seus trabalhos sobre os Aché nas décadas de 1960 e 1970. Um e outra pesquisaram com o subgrupo Ypeti, contatado no sul do Paraguai em 1959 pelo fazendeiro Manuel de Jesus Pereira, e ambos deram interesse sobretudo a língua Aché, embora tenham chegado a resultados diferentes. Uma pesquisa conjunta entre os dois e Egon Schaden foi cogitada (Malinowski, 2004, p. 69), porém nunca levada a cabo. Por fim, após contatos com o mundo acadêmico da época, León Cadogan chegou nos nomes de Pierre Clastres e Lucien Sebag. Em decorrência da morte prematura de Sebag, apenas Clastres produziu uma pesquisa de fôlego sobre os Aché. Seus trabalhos (1972, 1974) versam, entre outros temas, sobre a organização social, a filosofia política e a economia dos Guayaki, e foram realizados com dois subgrupos residentes no sul do país: Ypeti e Yvytyruzu.

A partir da década de 1970, destaca-se o trabalho conjunto de Bartomeu Melià, Mark e Christine Münzel e Luigi Miraglia, publicado em 1973 sob o nome de "La agonia de los Aché-Guayaki: historia e cantos", em que uma série de denúncias são feitas contra o Estado e a sociedade nacional paraguaia, que tinha a frente, à época, o ditador Alfredo Stroessner. No artigo que escreveu para a obra, Mark Münzel argumenta que o Estado paraguaio é responsável tanto pela ação quanto pela omissão nos "eventos" que aconteciam com os Aché em diferentes regiões do país, como assassinatos, raptos, caçadas e adoções forçadas. A experiência do primeiro acampamento Aché fora da floresta, criado pelo Estado paraguaio em 1968 e chamado Arroyo Moroti (formado por um grupo do sul) é avaliada por Munzel como um caso de redução forçada e maus tratos relativos a alimentação e à saúde. Existem críticas a qualidade etnográfica e histórica deste conjunto de afirmações realizadas por Munzel, a

despeito da real violência que constituíram as relações dos Aché com os não indígenas no Paraguai da década de 1950, 1960 e 1970¹⁰. Mais adiante retornarei a este tem.

Também da década de 1970 em diante, o antropólogo norte-americano Kim Hill escreveu trabalhos sobre diversos assuntos, algumas vezes de maneira conjunta, outras publicando sozinho. Produzindo a partir da ótica da antropologia biológica, Hill versou sobre padrões e dinâmicas de consumo e habitação, caça, coleta, quantidade de consumo de proteína e outros temas. Orientado por conceitos da antropologia cultural, o autor escreveu sobre a história do contato entre os Aché e os não indígenas, acerca do processo de demarcação de alguns territórios Aché e, por fim, a respeito da língua. As pesquisas de Hill ocorreram em todos os aldeamentos, com os quatro subgrupos, embora seus primeiros trabalhos versem sobre os grupos residentes do norte do Paraguai.

Finalmente, a produção mais recente está sendo realizada por três pesquisadores: a linguista alemã Eva Maria Roessler (2008, 2015, 2018), o linguista alemão Jan David Hauck (2015, 2016, 2018, 2019) e o antropólogo norte-americano Warren Thompson (2012, 2019, 2019). Roessler escreve sobre a gramática e a história do contato dos Aché por meio da análise da língua. Jan Hauck pesquisa a mistura realizada pelos Aché entre sua própria língua e o guarani paraguaio e o espanhol, além da história da língua aché. Warren Thompson, por fim, estuda temas ligados a alimentação, a conversão dos Aché ao protestantismo e as vinculações que os indígenas estabelecem com atores humanos e não humanos.

OS ACHÉ ÑACUNDAY (OU YÑARO) DE PUERTO BARRA

"...o primeiro encontro foi com Bjarne e seu pai, e de início os Aché não sabiam o idioma do branco. Mas havia um avô, um senhor chamado Lorenzo Krachogi que foi guia dos brancos até os Aché que estavam na floresta. [...] Os Aché conversaram com Krachogi e ele falou sobre um homem branco que era muito bom, que tratava bem, e que os Aché não precisariam ir a outro lugar, como Ciudad del Este, onde haviam pessoas más que se os encontrassem os matariam."

(Alejo Baipukugi e Teresa Karegi, nota de campo, dezembro de 2019)

¹⁰ Para saber sobre o assunto, ver Hill (1978), Maybury-Lewis e Howe (1980), Harder-Horst (2007) e Reed e Renshaw (2012).

Cada subgrupo Aché entrou em contato com a sociedade envolvente paraguaia em um contexto e em um ano bastante singular. Os Aché Ypeti, em 1959, os Aché Yvytyruzu, em 1963, os Aché Ñacunday (ou Yñaro), em 1971, e os Aché do Norte do país apenas em 1979. Os Aché que vivem em Puerto Barra são chamados de Ñacunday ou Yñaro devido a dois rios de mesmo nome que se encontram dentro do território da comunidade.

A aldeia de Puerto Barra surgiu do contato entre os indígenas Aché que estavam no *monte* (aproximadamente 28 pessoas), a figura de Lorenzo Krachogi, indígena também Aché que vivia fora da floresta, e a família missionária Fostervold, originária dos Estados Unidos mas que vinha de um breve período na Bolívia. Krachogi, falecido em janeiro de 2020, era uma dessas pessoas que foram sequestradas por paraguaios em meados da década de 1960 e que os Aché possuem diversos relatos. Feito prisioneiro - ou *escravo*, nas palavras de seu filho Lorenzo Puapirangi -, viveu como criado em uma casa paraguaia e durante o período trabalhou com a agricultura de corte e queima. Rolf Fostervold, missionário esposo de Irene e pai de Bjarne e Lual, chegou ao Paraguai em 1959 e a partir de 1970 a família se estabeleceu nos 1,5 hectares de clareira de uma empresa¹¹ de extração de madeira e cultivo de erva mate que alguns anos antes havia deixado o país. A partir de 1971 Rolf e Bjarne circularam pelas florestas da região junto e com o auxílio de Krachogi, que sabia como perceber e seguir os rastros deixados pelos Aché mata adentro. Em Puerto Barra, tanto os Aché quanto a família Fostervold referem-se a Lorenzo Krachogi como um *guia*.

Há várias maneiras de contar a história do começo da aldeia de Puerto Barra, e uma delas é da perspectiva Bjarne Fostervold, com grande precisão de datas e descrição de momentos. Lorenzo Krachogi, apesar de estar vivo nos três períodos que passei em campo, estava bastante doente, impossibilitado de falar. Deste modo, procurei pelo entendimento de outras pessoas velhas moradoras de Puerto Barra a respeito do contato com Lorenzo, Rolf e Bjarne nas primeiras vezes. Tais acontecimentos foram narrados na língua aché, também com uma grande precisão de detalhes, sobretudo de gestos e sons. Nesses diálogos os Aché imitavam o barulho dos machados, das motos serras, dos barcos, dos aviões, dos tiros, dos cachorros e dos sinos ouvidos, ora a quilômetros de distância, ora a poucos metros. Na maioria dos casos, esposo e esposa, juntos, contavam

¹¹ A empresa de Don Domingo Barthe, imigrante francês que viveu no Paraguai entre 1871 e 1919.

como o momento do encontro havia acontecido. A pessoa que me ajudou em campo com a língua nativa, Manuel Tykuarangi, traduzia minhas questões para o aché e depois traduzia a resposta das pessoas para o espanhol.

As narrativas que me foram contadas a respeito deste período versam sobre o medo que os Aché possuíam dos *blancos* (em aché, *beeru*), a fome que sentiam na época do encontro e a bondade e segurança prometida por Lorenzo em relação aos Fostervold. Alejo Baipukugi e Teresa Karegi realçam que foram raras as vezes em que os Aché de fato se encontraram com os brancos, face a face, pois os indígenas fugiam sempre que escutavam ruído de pessoas ou cachorros se aproximando, ou então o som de máquinas ou tiros, que também denunciavam proximidade. Timoteo Turugi, atualmente um dos pastores da aldeia e um pouco mais novo que os interlocutores acima citados, fala sobre como os Aché deixavam tudo para trás quando percebiam que um grupo de pessoas *blancas* se aproximava: ficavam os cestos, as flechas, as canastras e os machados de pedra, por vezes as crianças e os idosos.

Essas correrias e fugas, "como se fossem animais", nas palavras de Daniel Rytagi, foram um dos motivos que adiaram em muito o contato entre os Aché, Lorenzo Krachogi e os Fostervold. Nesse sentido, alguns de meus interlocutores contam que da mesma maneira como Lorenzo sabia localizar os rastros dos Aché na floresta, os Aché também percebiam a presença de Lorenzo e os Fostervold na região. Em um destes encontros que não aconteceu, Ricardo Minogi conta que por pouco Bjarne Fostervold não foi morto:

"...quando viu que Bjarne estava limpando o caminho, eles [Aché] pensaram - "ahora, quando viene, vamo prepara pra matar...". Todos ficaram escondidos com machado, atrás das árvores, camuflados, esperando Bjarne aparecer. Isso ia acontecer porque os Aché estavam "enojados", pois os brancos haviam levado seus irmãos, irmãs, por isso os Aché pensaram que "Bjarne estava procurando pessoas para roubar outra vez, eles estavam pensando, mas não sabiam quem era, e por isso eles planajavam matar Bjarne"...".

(Ricardo Minogi, nota de campo, dezembro de 2019)

Quando o primeiro contato enfim sucedeu, os Aché estavam próximos ao rio Monday - que percorre toda a região leste do Paraguai e desagua próximo a fronteira

com o Brasil, em Ciudad del Este. Naquela ocasião, uma parte maior do grupo estava no acampamento e outra menor estava caçando e coletando "do outro lado" do território. Blanco Pepangi era uma dessas pessoas que estava no acampamento, cortando lenha, e conta que

"...escutou um ruído que estava se aproximando, chegando perto dele, e nisso vieram muitas pessoas, o que fez com que ele ficasse assustado. Quando ele começou a correr, Lorenzo disse, em aché: não corra! E aí Blanco viu que Lorenzo carregava muito alimento (macarrão), estava levando tudo."

(Blanco Pepangi, nota de campo, dezembro de 2019)

Ricardo Minogi e Gavian Chimbegi voltaram ao acampamento apenas depois que Lorenzo e as demais pessoas haviam partido. José Kuategi e Blanco Pepangi trataram de os atualizar do que havia acontecido, contando que os brancos haviam aparecido no local, mas apenas para conversar. Nessa ocasião, traziam consigo alimentos e remédios, coisa que segundo eles os Aché estavam precisando. O realce que Gavian e outras pessoas deram à fome quando descreveram este período de encontro com Lorenzo e Bjarne chama a atenção. Perguntei ao casal Gavian Chimbegi e Victoria Pykigi se faltavam animais para caça e plantas para coleta, e ambos responderam que haviam sim animais e plantas, mas que estava cada vez mais difícil se movimentar pela floresta sem a presença dos brancos, que os incomodava, os perturbava:

"...havia caça e coleta, o "problema" era outro: o problema era que os brancos sempre "molestavam", e eles levavam muitos sustos quando iam caçar, quando se encontravam com os brancos e por isso, por culpa do branco, que molestavam sempre, eles estavam com fome. E aí eles vieram com Lorenzo porque aqui eles estavam mais seguros."

(Gavian Chimbegi e Victoria Pykigi, nota de campo, dezembro de 2019)

Em uma entrevista concedida ao jornal paraguaio ABC Color¹², no ano de 2016, Bjarne Fostervold responde como foi que sua família convenceu os Aché a saírem da floresta:

"...les dejábamos regalos en el bosque: ollas, machetes, hachas, cualquier cosa que demostraba nuestra intención amistosa, no para atropellar, engañarlos o matarlos. No éramos más que tres: mi papá, elguía y

¹² Ver referência OLAZAR, Hugo Ruiz (2016).

yo. También se iba un colaborador de muchos años, Alejo Benítez. La comunidad de Puerto Barra empezó con 28 personas. Al principio plantábamos mandioca, maíz, poroto, caña dulce, productos para el autoconsumo; más tarde, cultivo para renta. [...]"

(ABC Color, 15 de outubro de 2016)



Na foto, de novembro de 1976, estão (da esquerda para a direita) Felipe Kajagi, Rolf Fostervold, Lorenzo Krachogi, Gavian Chimbegi, Ricardo Mirongi, Linda Japegi, (a criança) Angel Tatugi, Ester Irongi e Nora Wachutowegi. Fotógrafo: Ernie Zaugg

Quando conversei com as pessoas mais velhas de Puerto Barra sobre a violência vivida no tempo da floresta, diversos foram os relatos de raptos, estupros, assassinatos e violências de maneira geral que as pessoas ouviram falar por meio de seus parentes. O medo dos brancos portanto vinha das histórias relatadas pelos familiares, que sempre tinham algo a contar. Neste sentido, poucos foram os casos de violência presenciados pelas próprias pessoas com quem conversei. Ricardo Minogi, por exemplo, conta que

"...quando estava no monte não houve matança, mas sim no tempo de seu pai, quando ocorreu roubo de crianças, matanças de homens, abuso das senhoras (esposas). Nessa época havia matança dos dois lados, morria Aché e morria um branco, além de outros indígenas como os Mbya, que eram guia dos brancos."

(Ricardo Minogi, nota de campo, dezembro de 2019)

Linda Japegi, esposa de Ricardo Minogi, conta que sua mãe morreu com um tiro no joelho dado por um homem branco. Quando várias crianças, inclusive ela, estavam se banhando no rio, um grupo de homens brancos se aproximou, as surpreendendo. A mãe de Linda, ao perceber a situação, correu para ajudar e acabou morrendo, mas as crianças conseguiram escapar. Daniel Rytagi também tem uma história advinda de sua família: ainda pequeno, o irmão de sua mãe foi levado pelos brancos para ser trocado ou vendido. Novamente, Lorenzo Puapirangi, filho de Lorenzo Krachogi, contou que no tempo de seu pai havia *genocídio* e *matança*: seus avós, pais de Lorenzo, foram assassinados, e seu pai trocado com uma família branca.

Pierre Clastres (1972) localiza a violência sofrida por outros subgrupos Aché no mesmo período em que as pessoas de Puerto Barra contam suas histórias, entre o final da década de 1940 e as décadas de 1950 e 1960. Tratando da experiência de relação com os brancos dos subgrupos Ypeti e Yvytyruzu no período de pré contato, Clastres registra o desânimo das lideranças Jyvukugi e Karewachugi em continuar a vida na floresta, que "mais que abrigo havia se tornado uma prisão" (1995, p. 48) devido aos encontros com brancos, cada vez mais frequentes e violentos. Foi desta maneira que em 1959 foi criada a Colônia Nacional Guayaki, "acampamento" organizado pelo Estado paraguaio na fazenda de um ex-militar aposentado chamado José Manuel de Jesus Pereira, que abrigou inicialmente os Aché Ypeti, e posteriormente, em 1963, também os Aché Yvytyruzu.

Mais de 10 anos depois, em 1973, foi lançada a obra *La agonía de los Aché-Guayaki: historia e cantos*, que versa diretamente sobre as violências sofridas pelos Aché no contexto da Colonia Nacional Guayaki. Neste trabalho, escrito por diversos autores, Mark Münzel denuncia as ações do Estado no que se refere à captura e redução dos Aché em uma Colônia. O autor argumenta, neste e em outros textos (1973, 1974), que o Estado paraguaio havia formulado e levado a cabo uma política oficial de extermínio dos Aché. Luigi Miraglia, que conhecia a Colonia Nacional desde o início, escreve sobre a captura de dois subgrupos Aché da região sul, em 1972 (já no contexto da aldeia Cerro Moroti). Segundo ambos os autores, diversas mortes ocorreram na Colonia Nacional Guayaki em decorrência da má distribuição de medicamentos e alimentos.

Posteriormente, autores como David Maybury-Lewis e Jim Howe (1980) escreveram sobre as violências praticadas contra os Aché na Colonia Nacional Guayaki. Os pesquisadores por sua vez argumentam que o Estado paraguaio deve ser responsabilizado pela omissão na garantia dos direitos indígenas, como a regularização dos territórios. Nesse sentido, é a sociedade envolvente, os camponeses do gado e da soja, a partir de um endosso do Estado paraguaio, que são os agentes das violências cometidas contra os Aché. O Estado paraguaio, mais que articulador de uma política de extermínio (não verificada pelos autores), é responsável pela não garantia dos direitos dos grupos indígenas do país, como os Aché.

O tema da violência é um dos primeiros assuntos quando os Aché se relacionam com pessoas de fora. Francisco Mbepegi contou sobre a história dos Aché logo na primeira conversa que tivemos, em 2015. O mesmo para o caso da primeira conversa com Bjarne e Lorenzo Puapirangi, quando cheguei em Puerto Barra. Nas notícias de jornal sobre os Aché, o tema do genocídio é algo que sempre aparece, mesmo nas reportagens que contrastam o passado violento com o futuro próspero da comunidade de Puerto Barra como produtora de soja.

Pierre Clastres é bastante pessimista no fim de sua *Crônica dos índios Guayaki* ao escrever sobre a drástica redução populacional dos Aché nos anos posteriores ao seu trabalho de campo, decorrente das "doenças, falta de cuidado, falta de tudo" (Clastres, 1995, p. 247). Se no fim de 1963 os Aché somavam 75 pessoas, em 1968 contavam pouco mais de 30, sinaliza o pesquisador.

"Os sobreviventes? Destroços desesperados por ter tido que deixar sua pré-história, lançados que foram numa história que não lhes concernia senão para abolí-los."

(Clastres, 1995, p. 247)

No ano de 1974, Clastres escreve o artigo "Do etnocídio" na *Encyclopaedia Universalis*. Neste verbete, pensando inicialmente a partir do conceito de genocídio, ideia tributária do holocausto produzido pelos nazistas e dos posteriores julgamentos de Nuremberg, o autor apresenta a noção de etnocídio como a *morte do espírito*, em contraposição ao *extermínio dos corpos* produzido pelos genocídios.

O conceito de genocídio foi juridicamente configurado como a radical negação da diferença e o extermínio físico de uma minoria; é o paradigma da morte do Outro. A singularidade da ideia de etnocídio, deste modo, reside no entendimento de que os

Outros podem ser conduzidos a uma melhora, o que trata-se também de uma valoração negativa da diferença: o paradigma aqui é o da alteridade transformada e reduzida à semelhança. O conceito foi formulado a partir da análise dos processos históricos das populações indígenas da América do Sul, que desde o século XVI são forçadas à redução e civilização.

"O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito"

(2004, p. 56)

Os primeiros praticantes do etnocídio são os missionários, que chegaram na América a partir do século XVI. Mais que religiosos de boa fé, as missões trouxeram à América as sociedades com Estado, que de acordo com Clastres buscaram reduzir ao máximo a diferença dentro de seus próprios territórios. As sociedades americanas, mesmo os grandes Estados andinos, a despeito de serem *etnocêntricos*, não eram *etnocidas* pois toleravam diferenças no modo de vida a partir do momento em que a autoridade do Estado era reconhecida pelos diferentes. O que singulariza como etnocida as práticas dos Estados europeus é sua experiência econômica específica, o capitalismo.

"É seu regime de produção econômica, espaço justamente do ilimitado, espaço sem lugares por ser recuo constante do limite, espaço infinito da fuga permanente para diante. O que diferencia o Ocidente é o capitalismo, enquanto impossibilidade de permanecer no aquém de uma fronteira, enquanto passagem para além de toda fronteira; é o capitalismo como sistema de produção para o qual nada é impossível, exceto não ser para si mesmo seu próprio fim [...]."

(Clastres, 2004, p. 62)

Deste modo, os povos indígenas, dotados nas palavras de Clastres de uma *improdutividade originária* (2004, p. 62) estão desde o começo da colonização condenadas pelo Ocidente a uma difícil escolha: ou a produção ou a morte, ou o etnocídio ou o genocídio. A tônica do indigenismo brasileiro, sobretudo no século XX a partir do SPI e da FUNAI, sempre foi a de "integrar as populações indígenas à sociedade nacional", torná-las sujeitos para o trabalho, ou melhor dizendo, brasileiros, desindianizados, proletários e pobres: eis a mentalidade integracionista do Estado nação.

Os Aché que vivem em Puerto Barra, segundo os mais antigos contam, estavam cada vez mais pressionados pela sociedade paraguaia. Não podiam caçar porque não era mais possível circular com segurança pelas florestas da região onde viviam. Ao mesmo tempo, sair de uma vez da floresta, para uma sociedade então caçadora e coletora, era sinônimo de morte, vide as histórias que os parentes ainda mais velhos contavam sobre

os brancos. Bjarne Fostervold relata que seu pai Rolf percebeu o movimento de expansão acontecendo no Paraguai e se organizou para entrar em contato com os Aché *antes que fosse tarde demais*.

Pensar como seria a vida dos Aché de Puerto Barra caso tivessem continuado na floresta é se questionar sobre o que não aconteceu. Na década de 1970, a escolha de estabelecer relações regulares com uma família a beira do rio pareceu mais segura do que circular pelas florestas da região sem nenhuma segurança. Ao mesmo tempo, no mundo dos brancos é preciso dinheiro pois *as coisas não são grátis*, como sinalizou Timoteo. Os Aché saem da floresta, se estabelecem em Puerto Barra, aprendem e se engajam na agricultura, inicialmente para consumo, mas logo em seguida começam a experimentar cultivos para a venda.

A AGRICULTURA EM PUERTO BARRA

Na literatura etnográfica os Aché são descritos como caçadores coletores não praticantes de agricultura. Autores como o missionário espanhol Pedro Lozano (1873-1875) e o antropólogo francês Pierre Clastres (1972, 1974), um no século XVIII e outro no século XX, em diferentes momentos discorrem sobre a ignorância que os Aché possuíam em relação a atividade agrícola. De acordo com meus interlocutores, foram Lorenzo Krachogi e Bjarne Fostervold (chamado de *missionero*) que em 1976 ensinaram os Aché de Puerto Barra a plantar, inicialmente para o próprio consumo:

"[...] nessa época eles não sabiam plantar e foi missionero Rolf e L. Krachogi que primeiro ensinaram como se fazia. De inicio foram plantados milho e batata. Rolf e Lorenzo também ensinaram como operar o trator, camionete [...]. M. Airagi diz que Rolf e L. Krachogi são como "papais" de D. Rytagi e T. Turugi. M. Airagi está seguindo a mesma orientação: ele segue o caminho do pai, com a soja, e Bjarne também segue o caminho de seu pai, como missionário."

(Martin Airagi, nota de campo, fevereiro de 2019)

Quando se trata dos motivos dos Aché desconhecerem a agricultura¹³, Pierre Clastres argumenta no sentido de uma perda e um esquecimento (1972, p. 73), não apontando uma data estimada em razão da pouca informação proveniente dos dados

¹³Clastres sublinha (1995, p. 87) que a palavra "plantar" não existia na língua Aché.

arqueológicos. O choque demográfico com os Guarani, população maior que os Aché, fez com que estes últimos renunciassem à vida fora da floresta e, por consequência, à agricultura; nada de um evento natural catastrófico, apenas um choque entre populações que partilhavam um mesmo território. De todo modo, ainda com Clastres (1972, 1987), embora não a praticassem (ou a tivessem abandonado), alguns subgrupos Aché não desconheciam a atividade agrícola, uma vez que durante séculos roubaram mandioca e milho dos vizinhos de fora da mata, os Guarani. Não parece ser esse o caso dos Aché de Puerto Barra.

Para as pessoas mais velhas que conheci na aldeia, a agricultura era uma prática desconhecida e nas conversas partia-se deste ponto. De acordo com Ricardo Minogi, foram Lorenzo Krachogi e o missionero Bjarne Fostervold que ensinaram aos Aché o que era a mandioca, a batata, o milho e a cebola¹⁴. Desde esses primeiros tempos os Aché de Puerto Barra deram continuidade e ampliaram a chácara que a família Fostervold já há alguns anos cultivava na região de Puerto Barra, onde eram plantados alimentos destinados ao consumo de todas as pessoas. Outras aldeias Aché, como Cerro Moroti, possuem também uma chácara coletiva, mas cada residência até os dias de hoje possui uma produção familiar de alimentos, na parte de trás das casas.

A despeito da atividade agrícola fazer parte da história de Puerto Barra desde seu começo, Bjarne conta que nesse mesmo início os períodos que os Aché passavam na floresta, caçando e coletando, superava o tempo que passavam na aldeia (e menor tempo ainda passavam na agricultura, portanto). A proporção que estas atividades de caça, coleta e agricultura hoje acontecem é bastante diferente da proporção do final da década de 1970.

Em Puerto Barra existem atualmente cinco áreas de plantio. Duas delas recebem soja, milho, aveia e erva mate ao longo do ano, rotacionando os terrenos; outra é destinada ao plantio de 20 hectares de soja, próximo ao rio Ñacunday, e as duas restantes são ocupadas com agricultura de consumo: uma é o que os Aché chamam de horta e outra é a que eles chamam de chácara. A área de horta possui 2 hectares e a área de chácara possui 20 hectares de tamanho. Os Aché chamam as áreas de cultivo de soja,

¹⁴ Várias das pessoas que fizeram a transição da vida na floresta para a vida em uma aldeia mencionaram a cebola como um dos primeiros alimentos consumidos. Todos destacavam com caretas o gosto diferente do alimento.

milho, mandioca, poroto e melancia igualmente de chácara, onde são cultivados alimentos para o consumo e grãos para a venda. A especificidade da horta, segundo Simon Pychangi, é o plantio de legumes e verduras.



Todos os círculos amarelos indicam áreas de plantio. Os círculos que possuem um segundo círculo vermelho central indicam as regiões em que os Aché plantam soja. A área onde estão os dois pontos amarelos e vermelhos mais à esquerda hoje não possui mais floresta.

Em meu trabalho de campo, quando perguntava às pessoas quem eram os responsáveis pelo cultivo de alimentos na comunidade, todos sabiam me indicar mais ou menos as mesmas pessoas. Ao mesmo tempo, como minha residência em campo ficava no caminho para as áreas de plantio da comunidade, por incontáveis vezes vi as pessoas tráfegando de moto ou a pé em direção à chacara com sacos vazios nas mãos. Minutos depois retornavam com os recipientes cheios de itens como mandioca, poroto e melancia, cultivos que, sobretudo os dois primeiros, rendem durante o ano todo. Não há que conversar com as lideranças para buscar alimentos na chácara, muito menos avisar os responsáveis pelo trabalho com a terra; basta ir até o local e colher o que desejar. O trabalho de algumas poucas pessoas, portanto, acaba rendendo alimentos para toda a aldeia.

No princípio de Puerto Barra, na década de 1970, as atividades eram realizadas com as mãos e o uso de poucas ferramentas, como paus para cavar o buraco das sementes e enxadas. Lentamente, sinalizam Felipe Kajagi e Ricardo Minogi, e não de

uma hora para outra, os Aché foram aprendendo como se fazia para carpir a terra e cuidar dos alimentos. As primeiras plantadeiras manuais vieram no fim dos anos 1970, ao passo que o primeiro trator da aldeia, um Massey Ferguson 135, de 1966, chamado pelos Aché de *tratorzito*, foi comprado pela família Fostervold em 1983. Nesses primeiros anos de Puerto Barra os esforços das pessoas se concentraram em cultivar plantas para o consumo dos próprios Aché. Nada foi plantado para ser vendido pelo menos até o final da década de 1970.

A primeira planta que as pessoas de Puerto Barra cultivaram para a comercialização foi o algodão. O cultivo foi rapidamente abandonado em razão do alto preço dos produtos defensivos e do baixo retorno financeiro das primeiras vendas. A despeito disso, constituiu uma característica importante da experiência dos Aché com o algodão o fato de cada família de Puerto Barra na época ter sua própria plantação, coisa que diferiu dos cultivos que na mesma época eram realizados para consumo, em que a chácara era uma só. Foi nesse momento que a soja apareceu para os Aché e modificou a situação duplamente. Primeiramente por ser uma planta exógena, totalmente cultivada para comercialização, depois pelas pessoas começarem a trabalhar juntas.

"...nessa época (do plantio de algodão) a comunidade de Puerto Barra não estava unida, e cada um estava produzindo individualmente ("no unido, só la familia"). Mas então eles se reuniram e se perguntaram: como as cooperativas ganham tanto e estão unidos? E aí eles se reuniram com Bjarne e averiguaram que planta tinham que plantar, com quais plantas se vai ganhar mais e aí Bjarne foi conversar com a cooperativa e depois se reuniu com a comunidade: é com soja que eles estão plantando e aí tem mais ganho. Nessa época os Aché já estavam mais unidos e decidiram plantar soja."

(Felipe Kajagi, nota de campo, março de 2019)

Pablo Piragi e Timoteo Turugi, em momentos distintos, falando sobre diferentes assuntos, sublinham o quanto em Puerto Barra as pessoas trabalham *em comunidade*, o que não significa que elas realizem as mesmas tarefas. Nesse mesmo sentido, Lorenzo Puapirangi diferencia Puerto Barra das outras aldeias Aché através da maneira como o trabalho acontece: "aqui se trabalha "unido", diferentes das outras comunidades em que se trabalha "particular"", sublinha o vice cacique. Adrian Kuyrigi, comparando Puerto Barra à comunidade de Kuetuvy, enfatiza a mesma informação.

Daniel Rytagi explica o início da soja em Puerta Barra de maneira econômica: a soja "era mais cara" que o algodão, rendia mais dinheiro. Na época em que a primeira plantação foi feita os Aché não possuíam muitas ferramentas e tiveram bastante trabalho para preencher toda a área de plantio, que possuía muito menos de 20 hectares. O vizinho brasiguai Miro Schuster entra na história da soja em Puerto Barra neste momento. Daniel Rytagi conta que

"...Miro veio ajudar e plantou com o trator. Esses mesmos vizinhos que vinham ajudar na comunidade, que vinham plantar com trator, ensinaram as pessoas daqui a manejarem trator, pessoas como Angel, Daniel, Felipe, Miguel."

(Daniel Rytagi, nota de campo, dezembro de 2019)

Ricardo Minogi não cita o nome de Miro, mas lembra que no início foi um vizinho branco que *ajudou* os Aché com o plantio de soja.

"...não foi rapidamente que se plantou soja. [...] depois de um tempo veio um vizinho e disse a Bjarne "vocês não vão plantar soja?" e aí eles plantaram soja da comunidade. A mecanização não estava tão boa, usavam máquinas pequenas, e a produção saiu bem, e aí começaram a produção. Ricardo não se lembra do nome dessa pessoa, mas disse que quando este branco viu que a soja se saiu bem na comunidade disse "vou ajudar vocês...". Os Aché disseram que estava muito difícil plantar toda essa soja com utensílios pequenos e o vizinho ajudou eles com um maquinário maior."

(Ricardo Minogi, nota de campo, dezembro de 2019)

O cultivo de soja ampliou-se no Paraguai apenas na segunda metade do século XX. Até o ano de 1956, conforme aponta o sociólogo Waldemar Junior (Wesz Junior, 2017, p. 4), não haviam mais que 250 hectares de soja cultivados em todo o país. Em meados da década de 1970, o grão passou a ocupar 350 mil hectares, crescendo ainda mais nos anos seguintes. Além da alta dos preços da soja no mercado internacional, ocorrida ao longo da década de 1970, Alfredo Stroessner, presidente do Paraguai a partir do ano de 1954, sancionou em 1972 o Primeiro Programa Nacional de Soja, que garantia crédito aos pequenos produtores. Estes eram em sua maioria migrantes brasileiros, que afetados pelo inundamento de uma grande área do oeste do Paraná para a criação do lago de Itaipu (Zaar, 2001; Moraes Silva e Melo, 2009 apud Wesz Junior, 2017, p. 4-5), viram no leste paraguaio motivos para cruzarem a fronteira: o baixo preço

da propriedades e o acesso a crédito facilitado pelas políticas de Estado paraguaias. Na década de 1980, continua Waldemar Junior, a soja continuou crescendo no Paraguai, ainda que tenha sido registrada uma crise no de 1986. Foi no princípio desta década que os Aché deram início a sua pequeníssima produção, ampliada paulatinamente ao longo dos anos 1990 e 2000.

Dados de 2015 apontam que existem hoje 3,3 milhões de hectares de soja plantados em todo o Paraguai. Dito de outra maneira, a cada três hectares cultivados no Paraguai, dois são de soja (Wesz Junior, 2017, p. 5), o que torna o país um dos maiores exportadores de grão no mundo. Nesse mesmo segmento, o maquinário utilizado para a produção de soja, como semeadeiras e colheitadeiras, bem como os fertilizantes e defensivos, não são fabricados no Paraguai: tudo é importado.

Em Puerto Barra, são os homens as pessoas responsáveis pelo trabalho agrícola, embora eu tenha visto fotografias antigas e ouvido relatos atuais a respeito de mulheres que também trabalham na colheita de cultivos para o consumo como amendoim, mandioca e poroto. Nas histórias que ouvi destes começos, sempre da perspectiva de meus interlocutores homens, os nomes de José Kuategi, Alejo Baipukugi, Ricardo Minogi, Felipe Kajagi e as crianças Angel Tatugi, Daniel Rytagi, Timoteo Turugi e Miguel Jakangi são os que mais aparecem, além de Lorenzo Krachogi e Rolf Fostervold.

Chama a atenção como a atividade agrícola conforme acontece em Puerto Barra (e de maneira geral entre os Aché) destoa das descrições etnográficas sobre a agricultura em outros povos indígenas. Entre os Mbyá Guarani, homens e mulheres trabalham com a terra, ainda que desempenhando atividades distintas. A dissertação de mestrado de Tempass (2005) e a tese de doutorado de Silveira (2011) tratam da importância dos roçados na produção dos alimentos Guarani e na reprodução de seu cosmos. Entre os Kaiowá, de acordo com o trabalho de Levi Marques Pereira, homens e mulheres participam do trabalho com a terra, tendo as mulheres considerável participação nas atividades (2004, p. 204).

É bastante conhecida na antropologia a reflexão que Pierre Clastres faz da divisão entre as atividades de caça e coleta entre os Aché, posições simbolizadas pelo arco e pelo cesto. Em Puerto Barra, homens e mulheres vez ou outra se destinam as florestas próximas para caçar e coletar, cada um desempenhando uma atividade. No

caso da agricultura, em que homens mexem com plantas, as mulheres não participam do plantio e dos cuidados relativos ao crescimento dos alimentos. Conforme já sinalizei, ouvi relatos e presenciei situações atuais de mulheres buscando mandioca na chácara acompanhadas de seus esposos ou irmãos. Apesar de colherem os cultígenos, as mulheres não plantam mandioca, poroto, milho ou soja. O protocolo de lida com a terra dos Aché é bastante distinto das demais etnias e é, notadamente, pós-contato.

Em tempos recentes, a agricultura de consumo acontece de maneira bastante reduzida em Puerto Barra. Na chácara da comunidade, com seus 20 hectares de tamanho, o trabalho de plantio é realizado por pessoas como Hugo Eiragi, Genaro Nambugi, Daniel Aukagi e Modesto Chuwagi. É possível mencionar outras pessoas que também participam do trabalho, como Nicodemo Krajaminigi, filho de Hugo Eiragi, e o próprio Ricardo Minogi, que se envolve em diversas outras atividades em Puerto Barra. Planta-se mandioca, poroto, batata, melancia e amendoim. Ao mesmo tempo, na horta da aldeia, que possui apenas 1 hectare cultivado, trabalha a família de Alejo Baipukugi. Seu filho, Davi Kandegi, é quem coordena as atividades e recebe a ajuda do pai e de seus filhos Filemon Chengygi e Daniel Piragi. Neste local são plantados legumes e verduras como alface, tomate e pimentão, assim como a melancia, que está plantada tanto na horta como na chácara¹⁵. Nas três ocasiões que estive em Puerto Barra, nenhum alimento foi produzido nesta horta, embora bastante trabalho tenha sido realizado nos meses de fevereiro e março.

As atividades desenvolvidas nesses locais são todas desempenhadas manualmente, com o uso de pás ou enxadas. No máximo utiliza-se um trator ford para carregar uma quantidade maior de alimentos colhidos, no caso da chácara, ou alguns sacos de fertilizante, para o caso da chácara e da horta. Quando há a necessidade de trabalhos maiores, como a limpeza de alguma parte do terreno ou a instalação de algum equipamento - de irrigação, proteção contra luz solar, demilitação dos canteiros - uma quantidade bem maior de pessoas se envolve com as atividades. Essas pessoas são chamadas a participar pelas lideranças ou pelos responsáveis pelo trabalho, nas reuniões comunitárias que semanalmente acontecem.

¹⁵ Me parece que quando os Aché dizem chácara estão se referindo a cultivos realizados ao longo de todo o ano, como a mandioca e o poroto. A horta, pelo que pude entender, compreende um esforço mais recente dos Aché, a saber, a produção de tomate, repolho, cenoura e outros legumes e verduras.

Uma vez ao dia em Puerto Barra, em quase todos os dias do ano, é servido um almoço para as 270 pessoas da comunidade. Uma fila de mulheres e crianças é formada e cada pessoa recebe uma quantidade de comida, que é levada para a casa em recipientes de metal ou de plástico. Os alimentos são preparados por uma *equipe* de três a quatro mulheres que se revezam diariamente nas tarefas, como a limpeza, corte e o cozimento dos alimentos. Todas estas atividades acontecem em um local chamado *comedor*, que fica na parte da aldeia em que se encontram outras construções como a *oficina* e uma das quadras de piki-vôlei. O *comedor* é uma estrutura de alvenaria com cobertura de zinco que funciona como depósito de alimentos e "refeitório", embora eu não tenha visto refeições acontecerem na parte interna desta construção. Anexo ao *comedor* há um teto metálico que cobre um piso de cimento e um grande forno a lenha feito de alvenaria. É neste local que os alimentos são cozidos, sobre uma fogueira feita de tijolos e alimentada com lenha. Falaremos mais sobre este almoço no terceiro capítulo desta dissertação, intitulado *A soja distribuída: alimentação, trabalho e outras produções*.

Como apenas alguns alimentos são plantados na horta, a maior parte do que é preparado nesse almoço diário é comprada no mercado da cooperativa que os Aché são associados, chamada COPRONAR - Cooperativa de Producción Agropecuaria Naranjal Ltda. De acordo com meus interlocutores, esses alimentos são comprados na modalidade de crédito: os Aché retiram uma quantidade de alimento mensal ao longo de todo o ano, mas acertam suas contas com a cooperativa apenas em duas ocasiões: na venda da safra e da safrinha desoja e milho. Por este motivo, os Aché possuem uma dívida com a COPRONAR, que eles reconhecem e desejam pagar.

O almoço coletivo diariamente servido em Puerto Barra contrasta com minha primeira experiência de pesquisa com os Aché, trabalhando com a alimentação em Cerro Moroti. Nesta aldeia, refeições coletivas ocorreram em apenas algumas ocasiões, como trabalhos comunitários, festas e aniversários, ao passo que em Puerto Barra, como os almoços são diariamente preparados e servidos, acaba sendo difícil diferenciar as refeições preparadas no dia a dia dos momentos de celebração comunitária, salvo por alguns poucos elementos, como o consumo de carne assada. Falaremos mais sobre este assunto nos próximos capítulos.

O TRABALHO DE CAMPO EM PUERTO BARRA

Meu trabalho de campo em Puerto Barra foi negociado inicialmente com José Anegui através do contato de Alejo Minagi, amigo e interlocutor que conheci na experiência de campo em Cerro Moroti no ano de 2015. Anegui é uma figura bastante popular para fora da aldeia; é a pessoa que dá entrevistas, participa de eventos nacionais e internacionais e tem grande atividade nas redes sociais. Mesmo sem conhecê-lo, mas por associá-lo a Puerto Barra, lhe enviei uma mensagem no facebook me apresentando e manifestando meu interesse em conhecer a aldeia, e solicitei que Alejo o comunicasse. Após alguns dias de conversa com as lideranças locais, Anegui me escreveu informando que a visita estava autorizada.

Em cerca de dois dias resolvi aspectos práticos de minha viagem, como a compra da passagem e itens para a subsistência. Nesse meio tempo conversei com Eva Maria Roessler e Warren Thompson, pessoas que já trabalharam em Puerto Barra, a respeito das condições de pesquisa na aldeia. Como em Cerro Moroti, os pesquisadores não dividem moradia com os indígenas, mas ficam em uma *casa de visitas* construída na região de entrada da comunidade para abrigar convidados, professores que moram fora, missionários, técnicos do governo e pesquisadores.

Saí cedo de Foz do Iguaçu e cheguei na aldeia pouco depois das 13h. Anegui foi a pessoa que me buscou na rodovia de moto e me levou até a comunidade, onde encontrei com Alejo e sua família e aguardei as orientações sobre meu local de estadia. Cheguei na ocasião em que a eleição para os cinco caciques da aldeia estava acontecendo. Nesse momento, pouco conversei com Anegui, pois solicitavam sua presença na reunião. Foi apenas na parte da noite que ele e Lorenzo Puapirangi, este último então recém eleito segundo cacique, me levaram para a residência onde ficam acomodadas as pessoas de fora. No caminho passamos pela casa dos Fostervold para que eu pudesse me apresentar. Conversei rapidamente com Reidar, Brian e Bjarne Fostervold, que foram bastante receptivos, a despeito de estarem visivelmente curiosos. Na sequência finalmente entramos na casa de visitas e sentamos para conversar: Bjarne Fostervold, Lorenzo Puapirangi e eu.

Lorenzo falou sobre algumas regras da aldeia, como não beber e não fumar, coisa inexistente em Cerro Moroti (pelo menos no ano de 2015). Bjarne inicialmente quis saber com quem eu tinha conversado para chegar até ali. Mencionei os nomes de José Anegui e Alejo Minagi, e conectei o deste último às minhas experiências anteriores

em Cerro Moroti, aí nomeando Francisco Mbepegi (meu principal interlocutor à época), Eloy Chachugi (o cacique dessas ocasiões) e demais pessoas. Mencionei também Eva Maria Roessler e Warren Thompson, pesquisadores já conhecidos de Bjarne e Lorenzo. A partir desse momento ambos passaram a comentar sobre as violências que os grupos Aché enfrentaram ao longo do encontro com a sociedade paraguaia, seguindo basicamente o protocolo de contato dos Aché com pessoas desconhecidas, ainda mais em uma situação de pesquisa. Dias depois fiquei sabendo que Eva Maria enviou uma mensagem a Bjarne no mesmo sábado que cheguei na aldeia, me apresentando positivamente, como uma pessoa em quem era possível confiar.

No dia seguinte a minha chegada em campo uma reunião com aproximadamente 15 pessoas ocorreu na *oficina*, algo como uma sede administrativa da aldeia. Fui contatado na casa de visitas por uma pessoa que não sei o nome e que chegou dizendo que estavam me chamando para participar dessa reunião. Não entendi muito bem do que se tratava, mas acompanhei o senhor e caminhamos cerca de dois minutos até chegarmos ao local. Reconheci algumas pessoas, como Higinio (pai de Alejo), Salatiel (responsável pelo mel), mas desconhecia quase todos os presentes, a maioria homens com mais de 40 anos. Me sentei e José Anegui começou a falar em espanhol, me dando boas vindas por estar na comunidade. Em seguida, mudando para o aché, falou durante algum tempo citando Eva Maria, Jan (Jan David Hauck, linguista) e Warren, e então me passou a palavra para apresentar aos velhos (*ancianos*, como chamam os Aché) ali presentes meus interesses na aldeia, meu tema de pesquisa e minha trajetória nas outras comunidades. A cada conjunto de frases que falava em espanhol eu também fazia uma pausa para que ou Anegui ou Bjarne fizessem a tradução para o aché. Após estas traduções as pessoas seguiam conversando entre si e tornavam a me passar a palavra

Em uma segunda parte de minha apresentação, Bjarne perguntou a respeito do tempo que eu pretendia ficar na aldeia. Respondi que, inicialmente, em uma primeira etapa de pesquisa, 35 dias. Após este período eu retornaria a minha cidade e universidade, pensaria sobre os dados e então avaliaria a necessidade de mais uma estadia. Na sequência Anegui me perguntou a respeito da alimentação, se eu tinha comida e se poderia me bancar, isto é, não depender de ninguém ali da aldeia, coisa que igualmente aconteceu nas duas ocasiões em que estive em Cerro Moroti. Os Aché não estão dispostos a colocar mais uma pessoa sob sua responsabilidade. Como a resposta foi positiva, minha permanência na comunidade estava autorizada.

Desde os primeiros momentos em Puerto Barra as pessoas perguntavam a quem estivesse comigo quem eu era, de onde vinha e o que estava fazendo ali. Como as conversas eram em aché, pouca coisa era compreendida por mim, mas algumas palavras indicavam o assunto. Os termos *Brasil* e *Antropólogo* eram os que mais se repetiam, assim como os nomes de Eva Maria, Warren e Kim Hill. As pessoas mais velhas sabiam que eu fazia algo como o que Kim fez e os mais novos me associavam à Eva Maria e a Warren. Após alguns dias em campo e na ocasião de meus dois retornos a aldeia, quem eu era já estava mais evidente para as pessoas. Alguns homens faziam piada em português e repetiam expressões comumente usadas por brasileiros que moram no Paraguai¹⁶. Para quem vive no estado paraguaio de Alto Paraná o Brasil é uma referência muito presente. Há muitos anos que os moradores de Puerto Barra tem contato com seus vizinhos do entorno e com pessoas e estabelecimentos da cidade¹⁷, muitos desses brasileiros ou de propriedade de brasiguaios.

Os interlocutores desta pesquisa foram pouco a pouco aparecendo através das histórias e nomes que se repetiam. Ao tentar me aproximar das pessoas, quase sempre por meio de terceiros, buscava primeiro acompanhar as atividades relacionadas a soja para apenas depois combinar conversas específicas para aprofundar tal ou qual assunto. Visitas inesperadas, de supetão, sem conhecer minimamente alguma pessoa da família, além de constrangedoras, não se mostraram frutíferas, pois na maioria das vezes essas pessoas recusavam a conversa dizendo não saber muito sobre o assunto. Assim sendo, e como a vida na aldeia acontece através da língua aché, procurei dar bastante atenção ao olhar e ao ouvir além do que estava sendo conversado pelos interlocutores quando estava em campo. Havia pessoas que se dirigiam a mim em espanhol, mas na maior parte do tempo esse não era o caso.

Minha experiência com os Aché em Puerto Barra foi marcada pelo pouco tempo, o não domínio mínimo da língua e uma relação de pesquisa *comedida*, moderada. Tive facilidade de conversar com as pessoas que tem maior contato com gente de fora da aldeia, como Pablo, Martin e Felipe. Pablo e Martin são jovens e Felipe esteve a frente de Puerto Barra como liderança diversas vezes. Com as pessoas mais velhas, que tinham maior dificuldade com o espanhol, as conversas aconteciam através da ajuda de Manuel

¹⁶ "Tranquilo, pá!", "segura, peão", "tudo joia?" e "tudo bom?".

¹⁷ Em Santa Rita e em Naranjal as pessoas falam português nos mercados.

Tykuarangi, que as procurava, explicava meus interesses e mediava os encontros então combinados. Diretamente, sem nenhuma mediação, apenas com algumas pessoas que permitiam uma maior aproximação.

O antropólogo Pierre Clastres comenta algo semelhante em relação a uma parte de seu trabalho de campo entre os Aché, na Colônia Nacional Guayaki no ano de 1963. Inicialmente o *acampamento* era ocupado apenas pelos Aché Ypeti (no livro referidos como Aché Gatu, as *peessoas boas, verdadeiras*), mas logo o não indígena que chefiou o local organizou expedições em que os próprios Aché Gatu eram colocados na busca e leitura dos rastros deixados por outro subgrupo Aché que vivia na região da floresta de Yvytyruzu. As buscas deram certo e Clastres acompanhou o momento em que dois diferentes subgrupos Aché - Ypeti e Yvytyruzu - passaram a dividir um mesmo local de moradia.

As diferenças entre os subgrupos eram evidentes para Clastres, mas mais ainda para os próprios Aché, que estranhavam uns aos outros. Ao contrário de uma maior abertura dada pelos Aché Gatu, que estavam na Colônia Nacional Guayaki desde 1959 e tinham contatos regulares com não indígenas, os Aché de Yvytyruzu de início pouco davam atenção ao que Clastres dizia, perguntava e mesmo trocava com os indígenas:

"Oferecia um facão a um homem sentado sob o abrigo de palma e trabalhando a apontar uma flecha? Ele mal levantava os olhos; pega-o sem rudeza mas sem manifestar a menor surpresa, examina a lamina de que tateia o fio pouco cortante, é nova a ferramenta, põe-na de lado e retoma, sempre silencioso, sua tarefa. Há outros índios a sua volta; ninguém disse palavra. Decepcionado, quase vexado, volto sobre meus passos e ouço somente breves murmúrio [...]."

(Clastres, 1995, p. 61)

O autor da *Crônica dos índios Guayaki* conclui a argumentação lembrando uma frase dita pessoalmente por Alfred Metraux, de que para ser estudada, uma sociedade primitiva precisa estar em processo de apodrecimento (1995, p. 62). Na leitura de Clastres, comparando os Aché Ypeti ("Aché Gatu") com os Aché Yvytyruzu, os primeiros estavam já em meio a esse processo de apodrecimento, de mudança definitiva, enquanto os últimos, resistentes as palavras e intenções de Clastres, ainda possuíam o *frescor da floresta*. De maneira nenhuma concordo com as conclusões de Clastres em relação a este tema, apenas reconheço em meu próprio trabalho de campo a "prodigiosa distância [que os Aché faziam] persistir" (1995, p. 61).

Os Aché descrevem a si mesmos como pessoas *muito amáveis*, que falam baixo e são bem humoradas. Ouvi isso da boca de dezenas de pessoas, além dos não indígenas que frequentam a aldeia, que sempre destacam essa *amabilidade*. Desta maneira, ao mesmo tempo em que me receberam muito bem, tive dificuldade de adentrar em temas de maior intimidade ou mesmo participar de esferas menos públicas, como o espaço doméstico e as reuniões das lideranças. Nesse sentido, pouco consegui acompanhar de decisões sendo tomadas, equipes sendo formadas ou um trabalho sendo organizado. Sempre vi as ações acontecendo e ouvi as pessoas contando como elas surgiram, mas quase nunca participei das esferas de deliberação ou das conversas que as pessoas tinham em ambientes mais privados para discutir determinados assuntos.

Isto posto, saliento que a condução desta pesquisa respeitou a reserva dos Aché em relação a conversas, temas e situações. Foi costume passar mais tempo com as pessoas nos pontos de circulação da aldeia, como as áreas onde acontecem os jogos de piki-vôlei. Salvo a família de Alejo Minagi e Davi Kandegi, com quem tive um pouco mais de proximidade, meus encontros com as pessoas no dia a dia geralmente ocorriam nesses espaços públicos. Os momentos de conversa marcada ocorriam ao lado ou na frente da casa dos interlocutores, em volta do campo de piki ou mesmo na casa de visitas. Em relação ao diário de campo, os Aché não tinham a mínima curiosidade em saber o que estava sendo escrito. Atribuo isso a uma longa história de relação com pesquisadores de diversas áreas. Como em 2015, em Cerro Moroti, em que Francisco Mbepegi, estranhando minha falta de perguntas, acabou ele me perguntando se eu tinha um questionário para ele responder.

CAPÍTULO 1 O PLANTIO DE SOJA ENTRE OS ACHÉ DE PUERTO BARRA

"...Gavian disse que no começo eles não sabiam nada sobre alimento, sobre bolacha, e de pouco em pouco eles sabiam já comer, plantar, pois Lorenzo ensinou tudo como plantar, e aí assim começou. No tempo do monte não se plantava, apenas se caçava e coletava, e essa era o trabalho, igualmente a maneira como os brancos trabalham."

(Gavian Chimbegi, nota de campo, dezembro de 2019)

Nas ocasiões em que apresentei o projeto ou mesmo uma primeira elaboração deste texto, chamou a atenção de meus pares a velocidade com que os Aché de Puerto Barra deixaram de ser uma população predominantemente caçadora e coletora e passaram a não apenas plantar para o próprio consumo, em pequena quantidade, mas a cultivar soja para vender e contribuir com o maior dos produtos de exportação do Paraguai. Se para nós, de fora, a velocidade de todo este processo impressiona, os Aché fizeram sempre questão de sinalizar o quanto toda esta mudança foi lenta e difícil. Em um dos banners levados pelos indígenas na feira AgrosHOW, em março de 2019, havia a frase: "somos Aché: aprendemos muito de agricultura em 35 anos", o que sinaliza ao mesmo tempo o aprendizado da agricultura e o longo tempo que este conhecimento demandou.



Estande dos Aché na feira anual da COPRONAR, chamada AgrosHOW. Março de 2019. Foto: o autor

Esse longo e lento processo de que falam os Aché tem a ver também com o tamanho do território de Puerto Barra. A aldeia tinha de início uma dimensão bastante reduzida, com cerca de 1,5 hectares, oriundos da abertura na mata utilizada pela antiga companhia de extração de madeira de propriedade de Domingos Barthe, imigrante francês que fez fortuna entre o final da década de 1880 e o ano de 1917. Sua empresa se chamava Companhia Mercantil y de Transporte Domingos Barthes e esteve relacionada a toda sorte de empreendimentos no período acima discriminado: a produção da erva mate, a extração de madeira, portos, navios, transportes fluviais e hospedagens ao longo das rotas de comércio. No período de início da aldeia, a maior parte da região estava ocupada por floresta nativa e o número de fazendas era bastante pequeno.



Foto: Bjarne Fostervold

Nesta fotografia, datada do ano de 1984, de acordo com Bjarne Fostervold, as duas clareiras à esquerda, identificadas pela letra A e B, são a aldeia de Puerto Barra na atualidade. A abertura na floresta marcada pela letra B, entre os dois círculos, era o primeiro local de cultivo de alimentos dos Aché, previamente usado pela família Fostervold. Finalmente, na clareira mais próxima ao rio, indicada pela letra C, se localizava o porto utilizado pela antiga empresa para embarcar as toras rio abaixo, sentido Argentina e Uruguai. Ali se encontrava inicialmente a casa dos Fostervold e as

primeiras abrigações dos Aché. O local foi transferido em razão das constantes cheias do rio que inundavam toda a região.



Puerto Barra na década de 1970. Foto: Bjarne Fostervold

Posteriormente, a área da comunidade ficou maior por diferentes razões: primeiramente uma compra de 102 hectares realizada pela família Fostervold, com recursos oriundos de uma viagem de Rolf Fostervold aos Estados Unidos para levantar tal dinheiro, em 1978. Timoteo Turugi conta que um empresário espanhol reclamava para si o local onde está situada Puerto Barra:

"...que es propiedad? antes não sabíamos o que era isso porque tudo aqui era nosso território. [...] houve a situação de um empresário espanhol que disse a Rolf Fostervold que o território era da empresa, era de propriedade dele. Rolf bateu o pé dizendo que não, que ali era uma aldeia indígena e que não sairia. Nesse momento o pai de Bjarne pediu ajuda para a Congregação nos EUA para as pessoas darem oferenda para comprar a terra. E dessa maneira aconteceu a compra da primeira parte do território."

(Timoteo Turugi, nota de campo, dezembro de 2019)

No ano de 1984 uma nova compra de terra de 141 hectares foi realizada pela aldeia e a dívida foi paga ao longo de aproximadamente quatro anos. Em 1985, Rolf Fostervold entrou em uma batalha judicial com e contra o governo paraguaio por causa das terras de um vizinho italiano chamado Piero Agostinelli. No ano de 1989 a empresa também italiana, que não possuía nenhuma relação com o vizinho Agostinelli, chamada AGROPECO, fez uma doação de 381 hectares de terra aos Aché de Puerto Barra. Na revista paraguaia *Actualidad del Campo Agropecuario*¹⁸, esta ação de "responsabilidade social" da empresa visava desde o início a possibilidade dos Aché continuarem reproduzindo seu modo de vida fundamentalmente associado à floresta.

Finalmente, o processo iniciado por Rolf em 1985 terminou em 2002 com o Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) repassando aos Aché mais uma parcela de terra de 187 hectares.

Ano	Dimensão territorial
1978	102 hectares
1984	141 hectares
(doada em) 1989 (titulada oficialmente em 2003)	381 hectares
2002	187 hectares
Atualmente	821 hectares

O *Estatuto de las Comunidades Indígenas del Paraguai*, publicado em 1981, é o documento oficial que versa sobre a legislação indígena no Paraguai. Mesmo nos casos como o dos Aché, em que parte do território foi adquirido de maneira privada, é necessário que as terras sejam submetidas ao regime do indigenismo estatal paraguaio. Em seu Capítulo 1, Artigo 8, o *Estatuto* versa sobre a regulamentação das terras preexistentes a promulgação da lei:

¹⁸ Actualidad del campo agropecuario. Disponível em: https://issuu.com/adca/docs/campo_209_noviembre2018/120. Acessado em: 21 de julho de 2020.

"Se reconocerá la personería jurídica de las comunidades indígenas preexistentes a la promulgación de esta Ley y a las constituidas por familias indígenas que se reagrupan en comunidades para acogerse a los beneficios acordados por ella."

(Paraguai, 1981)

A despeito do violento contato entre os Aché e a sociedade paraguaia, ora por meio dos vizinhos do gado e da soja, ora via empresas de extração de madeira, quando perguntava a alguém de Puerto Barra sobre as relações com as pessoas do entorno da aldeia, a tônica sempre foi sobre o caráter pacífico das interações. Foram duas as situações em que algumas pessoas deram a entender que existem dificuldades de relacionamento com os vizinhos. Primeiramente no momento em que os Aché saem de Puerto Barra para trabalhar nas fazendas da região. De acordo com Lorenzo Puapirangi, muitas vezes os vizinhos não entendem como é o ritmo de vida e de trabalho dos Aché; falta-lhes compreender que os Aché não trabalham oito horas seguidas sem conversar, pois os Aché gostam de conversar bastante, tomar terere. Anibal Waypigi por sua vez disse que os Aché não se casam com pessoas de fora da aldeia porque a *cultura* dessas pessoas é diferente:

"...é diferente costume, diferente cultura. Yo voy casar con una brasilera y yo no sabe el costumbre de brasileiro... Y vos tambien, si vay casar com mi hija es diferente costumbre y es muy dificil."

(Anibal Waypigi, nota de campo, dezembro de 2019)

Conforme já sinalizado, Miro Schuster é o vizinho que recorrentemente aparece nas histórias dos "começos" da soja em Puerto Barra. O trabalho conjunto entre sua família e os Aché - iniciado nos anos 1980 - aconteceu até aproximadamente 2009. Neste período, os empregados de Miro semeavam, aplicavam insumos e faziam a colheita de soja Aché, tudo utilizando o maquinário do *patrão*. Esses serviços eram descontados por Miro ao final do processo, pois era o próprio que comprava a produção. Os Aché tinham uma participação bastante limitada em todo este ciclo, embora remonte a este período as histórias de pessoas de Puerto Barra aprendendo a operar os maquinários agrícolas.

Diversas pessoas trabalharam com a soja em Puerto Barra durante anos. O número de pessoas da comunidade era pequeno e por este motivo praticamente as mesmas pessoas trabalhavam nas diferentes atividades desenvolvidas na aldeia. Em relação aos trabalhos envolvendo a soja, três pessoas foram sempre destacadas: os

irmãos Felipe Kajagi e Angel Tatugi, e Daniel Rytagi. Os funcionários de Miro semeavam a colheita, aplicavam insumos quando necessário e colhiam no período adequado. A essas três pessoas - entre outras - cabia o cuidado dos cultivos ao longo do crescimento e a limpeza do terreno após a colheita, feita com a ajuda de mais pessoas. Além de soja, neste período também era cultivado milho em Puerto Barra, o que vem acontecendo desde a segunda metade dos anos 1970.

No ano de 2002 os Aché aumentaram a área destinada ao plantio de soja em Puerto Barra. Para que a ampliação fosse possível uma parte de floresta foi derrubada, causando um conflito com a na época Secretaria do Ambiente do Paraguai - SEAM, hoje Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible - MADES. Felipe Kajagi e Bjarne Fostervold foram denunciados pela SEAM e pelo Ministério Público do Paraguai, que retirou a denúncia apenas quando um contrato entre os Aché de Puerto Barra e o Instituto Paraguayo del Indígena (INDI) foi firmado, em que constam dados relativos ao tamanho das áreas de plantio e de mata nativa. A partir desse momento passaram a ser contabilizadas a entrada e saída de dinheiro da comunidade, além da compra e da venda da soja. Somado a isso, um imposto chamado IAV (imposto sobre valor agregado) também passou a ser pago ao Ministério da Fazenda. Sobre este assunto, Felipe Kajagi conta que

"[...] a "fiscalidad" dizia que os Aché não tinham que trabalhar, tinham que estar dentro do bosque sem plantar soja ou maiz. [...] então os Aché diziam aos fiscais: como vamos fazer se nossa família necessita algo, se está doente, como vamos fazer isso? ou vocês vão dar o dinheiro ou como vamos fazer?"

(Felipe Kajagi, nota de campo, março de 2019)

De maneira geral, o argumento utilizado pelas pessoas da aldeia para contrariar as propostas do INDI é esse a respeito da quantidade de floresta em pé que existe em Puerto Barra, que ocupa mais da metade de todo o território. Conforme sublinham José Anegui e Bjarne Fostervold, em nenhum outro local da região há tanto *monte* convivendo com uma parte menor do território dedicada a atividade de soja¹⁹. Nesse sentido, o conflito com a SEAM parece estar mais vinculado a derrubada da floresta do

¹⁹ Atualmente se discute em Puerto Barra a questão dos créditos de carbono que a comunidade pode oferecer à empresas e ou grandes agricultores que necessitam mitigar o impacto de suas produções.

que à ampliação da produção de soja. Dito de outro modo, este desacordo possui mais relação com a floresta derrubada do que com o que foi plantado na área desmatada.

Em relação a legalidade do plantio de soja em Puerto Barra, o Estatuto de las Comunidades Indígenas de 1981, em seu Capítulo 1, Artigo 3, salienta (os grifos são meus):

"El respeto a los modos de organización tradicional *no obstará a que en forma voluntaria* y ejerciendo su derecho a la autodeterminación, *las comunidades indígenas adopten otras formas de organización establecidas por las leyes* que permitan su incorporación a la sociedad nacional."

(Paraguay, 1981)

A própria legislação indígena, portanto, garante que as populações optem por desenvolver atividades ditas tradicionais ou não tradicionais em seus territórios, o que poderia ser observado em relação à soja. No entanto, o ponto aqui é outro. Pensando que até 1976 os Aché que vivem em Puerto Barranão conheciam nada de agricultura, tudo o que é cultivado na aldeia, seja a mandioca, o milho, a melancia ou a soja, não pode ser considerado como uma prática tradicional. Ao saírem da floresta em 1976 e darem início a seus primeiros cultivos, posteriormente optando também pela soja, os Aché inauguraram uma nova forma de vida. Se as atividades de caça e coleta outrora se constituíam como o *trabalho* principal das pessoas, conforme sinalizam alguns de meus interlocutores, já há muitos anos é especialmente a atividade sojeira que ocupa esta posição de prática produtora de recursos.

No ano de 2007, pouco tempo antes do fim da produção de soja conjunta com Miro, uma colheitadeira John Deere foi comprada pela aldeia de Puerto Barra por aproximadamente de 90 mil dólares, pagos de maneira parcelada em quatro anos. É desse período, entre 2007 e 2009, que dois de meus principais interlocutores começaram a trabalhar com a soja: são eles Martin Airagi e Pablo Piragi, duas das pessoas que atualmente lidam com o grão em Puerto Barra. Trabalhar com a soja em Puerto Barra, veremos, consiste em antes do período de plantio pensar em quais serão as sementes plantadas (a espécie, a variedade, se compradas ou guardadas da safra anterior), quem diariamente entrará em contato com o agrônomo da cooperativa para conversar sobre o período correto de plantio, a taxa de umidade da terra e a quantidade de água. Quando o plantio se inicia, diariamente as máquinas e insumos precisam ser levados à área de plantio, que fica a 1 km da região das casas de Puerto Barra. Apenas uma pessoa com experiência realiza esta tarefa, pois é preciso atravessar o rio Yñaro com o uso de uma

balsa. Na época de plantio, alguém que saiba operar a semeadeira precisa se encarregar de aproveitar ao máximo cada dia de sol, além de na colheita acompanhar o trabalho e o momento de carregar a produção até a cooperativa.

Dentre as 28 pessoas que fundaram Puerto Barra estavam alguns casais já adultos, uns poucos jovens e cinco crianças, entre elas Daniel Rytagi e Alicia Tokangi. Martin e Pablo são justamente filhos de Daniel e Alicia. O casal teve oito filhos²⁰, sendo Martin e Pablo, com 30 e 27 anos, os únicos homens. No período em campo, não vi Daniel Rytagi trabalhando com a soja em nenhum momento, embora o nome dela seja o primeiro a ser lembrado quando o tema aparece. Quando conversamos, soube contar sobre os anos mais recentes do plantio de soja com maior detalhes que as outras pessoas, mesmo as mais velhas.

Estive em campo nos meses de fevereiro e março de 2019, quando pude acompanhar o período de plantio da safrinha da soja. Enquanto a palavra safra diz respeito ao período de cultivo da soja entre setembro e janeiro, a safrinha refere-se a segunda safra, realizada entre fevereiro e maio. Nos meses de safrinha os dias são menores, bem como a quantidade de luz solar e os níveis de precipitação. Deste modo, já é esperado que o plantio na safrinha possua menor rendimento que o período de safra: colhe-se menos em uma área de cultivo de mesmo tamanho.

A aldeia de Puerto Barra possui 821 hectares de área. Dois grandes campos, um de 120 e outro de 110 hectares, são os espaços da aldeia destinados ao plantio de soja, milho e aveia, o equivalente a 28% do território²¹. Na época de safra, ambos os terrenos são utilizados para o plantio de soja, ao passo que no período de safrinha somente um dos campos é ocupado com o grão. Na safrinha de 2019, apenas a área de 110 hectares estava sendo utilizada, enquanto o terreno de 120 hectares recebeu 49 hectares de milho e o restante de calcário.

²⁰ A filha mais velha do casal, Celica Tokangi, era em março de 2019 a quinta cacique de Puerto Barra. Em dezembro tornou-se a segunda cacique.

²¹ Um elemento importante para pensarmos: os Paresi, população indígena brasileira localizada no Mato Grosso também são produtores de soja. Seu território, no entanto, possui 1,3 milhão de hectares. Apenas 2% do território é utilizado para o plantio de soja, isto é, 15 mil e 500 hectares (Blecher, 2019, 25).



O círculo identificado pela letra A diz respeito a localização das residências e demais construções da aldeia de Puerto Barra. O círculo identificado pela letra B indica o local onde foram plantados 110 hectares de soja na safinha 2018/2019

Puerto Barra é acessível por uma estrada de terra que sai da rodovia (Ruta Naranjal) e dá direto na entrada da comunidade. O caminho de 13 km geralmente é feito de moto ou de carro, pois não há transporte coletivo que faça o trajeto. Nos dois lados da estrada há propriedades grandes e pequenas com cultivos de soja, milho e outros cultígenos. Em meados de fevereiro as áreas de plantio estavam para ser semeadas, enquanto que no fim de março as plantas já tinham um tamanho médio e pareciam formar um grande tapete amarelo.

É possível saber que Puerto Barra se aproxima ainda da estrada, a uma certa distância, pois a quantidade de floresta - destoando de todo o restante do caminho - indica que estamos chegando em uma aldeia indígena. Diferentemente de Cerro Moroti, as residências em Puerto Barra não ficam nem dispostas no entorno de construções centrais nem separadas uma das outras por grandes distâncias. As casas são bem próximas da quadra de piki vôlei, da igreja, da escola, do *comedor* e do galpão onde é guardado o maquinário. A terra na região leste do Paraguai possui uma coloração

vermelha, o que é bastante distinto da areia branca que caracteriza a comunidade de Cerro Moroti²².



A região das residências de Puerto Barra. Foto: Matthew Abeler

Choveu razoavelmente em meus primeiros dias de campo, o que interrompeu por algum tempo o plantio da safrinha de soja. Quando a semeadura teve início, pude acompanhar Pablo Piragi e alguns *jovens* por dois dias no trabalho na lavoura. O tempo total para ocupar estes 110 hectares com soja foi de quase uma semana, trabalhando entre o final da manhã, quando a terra estava menos úmida, até aproximadamente às 21h. A partir de meus registros, aproximadamente 12 pessoas trabalharam na lavoura de soja nos dias que acompanhei. Pablo Piragi e Arturo Tatumambiagi, um jovem de 16 anos, foram os únicos que operaram a semeadeira John Deere tatu de cor verde. Mais outras dez pessoas, entre elas duas meninas, ajudaram a fazer o restante do trabalho. A faixa de idade de todas essas pessoas era de 9 a 19 anos. Pablo Piragi, com 27 anos, era o mais velho de todos. É, portanto, bem marcada a juventude das pessoas diretamente envolvidas no plantio da cultura exógena.

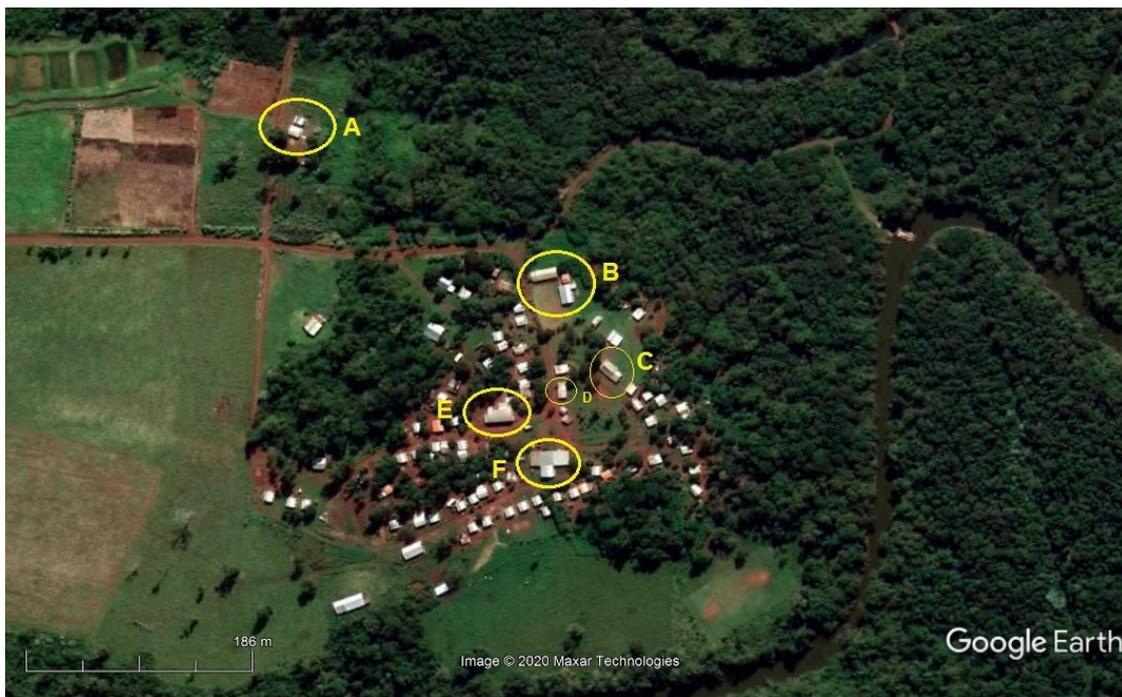
A distância entre a localização da aldeia onde ficam as casas e o campo de cultivo de soja é de aproximadamente um quilômetro. Para alcançar estes campos é

²²Cerro Moroti, em guarani, significa "serra branca". A aldeia possui este nome em razão de uma formação rochosa de 400 metros de altura, localizada a aproximadamente 3 km da aldeia, chamada justamente Cerro Moroti.

preciso cruzar o rio Yñaro com uma balsa que é controlada por cordas e movida pela força indígena. Para chegar do outro lado do rio, que possui 25 metros de largura, tudo passa por ali: as pessoas, as motos e até mesmo as máquinas. O flume fica a aproximadamente 400 metros da região das residências e é acessado por uma estrada de terra sempre muito enlameada pela quantidade de chuvas e máquinas que por ali trafegam; o rastro dos pneus dos tratores e a terra de cor vermelha, molhada, deixam qualquer sapato coberto de barro.

A área de 110 hectares fica quase 600 metros depois da margem do rio, em um leve aclive. As pessoas que circulam por esta região da aldeia geralmente o fazem de moto, pois é tudo muito distante. Para uma pessoa que nunca teve proximidade com o dia a dia de uma plantação, como era o meu caso, 110 hectares de pura campina cor de palha impressionam bastante: o amarelado parece não ter fim. As coisas mais altas naquela área da aldeia, além das máquinas, éramos nós. Nos dois dias o sol estava bem quente e fazia 36 graus celsius.

Puerto Barra possui um trator ford 6600, de 1986, adquirido em 2000, e uma semeadeira john deere tatu 7525, comprada em 2007. Ambas as máquinas são empregadas no plantio de soja, mas de maneiras distintas. A primeira é utilizada para rebocar uma carreta de metal de duas rodas, em que as sementes e os insumos agrícolas são carregados. As sementes ficam em um grande saco de estopa branco, que tem a capacidade de 700 quilos, enquanto os insumos ficam dentro de *bolsas* brancas de 50 kg. Para o período de plantio da safrinha são necessárias mais de um saco de 700 quilos de semente e muitas bolsas de 50 quilos de insumo.



As letras A, B, C, D, E e F identificam, respectivamente: o laboratório apícola, onde o mel produzido na aldeia é envasado; a escola básica da aldeia; a igreja batista; a oficina administrativa; o *comedor*; e o galpão onde as máquinas são guardadas.

Segundo Pablo e Martin, as sementes plantadas em Puerto Barra costumam ser compradas na COPRONAR, cooperativa que os indígenas são associados desde 1993. Para a safra de 2017/2018, a cooperativa forneceu a semente da variedade 6410, produzida pela empresa Monsanto da Argentina. A safra de 2017/2018 rendeu bem em termos de plantio, mas de acordo com Pablo a semente da Monsanto é pouco resistente a "roja", doença que no Brasil é conhecida como "ferrugem". Tal fragilidade fez com que muitos litros de compostos químicos para controlar a doença fossem utilizados, encarecendo consideravelmente a produção. Deste modo, na safra 2018/2019 a COPRONAR forneceu outra semente aos Aché, esta desenvolvida pelo Instituto Paraguai de Tecnología Agraria (IPTA), chamada Soja Par R19 e Soja Par R24. Tanto estas últimas quanto a semente da Monsanto, empregada na safra do ano passado, são transgênicas²³. As utilizadas neste ano são geneticamente resistentes a ferrugem, embora Pablo tenha dito que as variedades da Soja Par são pouco resistentes a ausência de água, fenômeno chamado de estresse hídrico.

²³ O uso de sementes transgênicas é autorizado no Paraguai desde 2004. Mesmo que uma porcentagem dos cultivos tenha que, necessariamente, ser de sementes não transgênicas, de acordo com Achinelli, Barrios e Morínigo (Achinelli, Barrios e Morínigo, 2018), não é exatamente isso que acontece.

A colheita da safra 2018/2019 não foi considerada boa pelos Aché justamente em razão da ausência das chuvas. A soja é uma planta que precisa de água no período de germinação e de sol no período final do crescimento. O que aconteceu em toda a região de Naranjal, entre os meses de setembro de 2018 e janeiro de 2019 foi exatamente o contrário: choveu pouco durante os primeiros meses de crescimento da soja e choveu muito quando as plantas já estavam mais formadas, embora com um tamanho reduzido devido justamente a ausência de água. Acabou que a quantidade de quilos por hectare colhida foi mais baixa que o esperado e isso, junto com o baixo preço da soja no mercado mundial, fez com que menos dinheiro entrasse na colheita.

Desta maneira, as sementes que foram plantadas na safrinha de 2019, no mês de fevereiro, não foram compradas na COPRONAR pois o valor na opinião dos Aché estava um pouco alto, aproximadamente 38 dólares a saca de 40 quilos. Na colheita da safra 2018/2019 optou-se por guardar uma quantidade de sementes para serem utilizadas na safrinha. A semente de soja tem cor amarela, mas as que os Aché estavam utilizando na safrinha possuíam cor alaranjada em razão de um tratamento químico pelo qual os grãos passam para se tornar resistentes a algumas doenças. Também, Pablo explicou que o formato ideal de uma semente 100% desenvolvida é arredondado. As sementes plantadas na safrinha deste ano possuíam um formato oval, indicando sua má formação e desenvolvimento.



Pablo Piragi (com a jarra vermelha na mão) e os *jovens* no campo de cultivo de soja, março de 2019.
Foto: o autor

Para plantar soja na escala que os Aché plantam, é necessário um trator e uma semeadeira. A comunidade possui ambos os equipamentos, que juntos possuem um tamanho destacado e pesam 9 toneladas. De perto estas máquinas são enormes, superando em muito o tamanho de uma pessoa. No começo da área de plantio de 110 hectares, não obstante, tanto trator quanto semeadeira desapareceram no horizonte. Para chegar até o ponto exato onde a soja estava sendo plantada, andamos de moto por cerca de três minutos, passando pela área do terreno que ainda não tinha sido semeada: aos poucos o trator foi aparecendo, ganhando tamanho e sua dimensão finalmente ficou totalmente visível. A primeira cena que presenciei quando cheguei neste local foram seis *jovens* homens preenchendo os reservatórios de sementes com a soja que estava no saco de 700 quilos. O trabalho de passar as sementes deste saco até os tanques da semeadeira era realizado com o auxílio de baldes. Geralmente, ficará claro nas próximas páginas, o trabalho na *roça* com maquinário pesado é executado por poucas pessoas. Enquanto Pablo operava a semeadeira, portanto, a maior parte das pessoas que estavam na área de plantio naquele dia ficaram esperando o momento de poder ajudar em algo, que é justamente este de preencher os tanques da semeadeira. Cada tanque possui 40 litros de capacidade e demora pouco mais de 3 quilômetros para ser esvaziado. Tudo por ali acontece desigualmente misturando três idiomas, com o guarani e o espanhol atravessando o aché.

De início, pensava que para se plantar soja a área toda de plantio precisava antes ser limpa, afinal o solo estava coberto de palha e detritos da colheita realizada no período de safra, em janeiro. Fiz esta pergunta a Pablo e ele me explicou que há mais de 20 anos a técnica de plantio utilizada na monocultura é a denominada *plantio direto*. Este procedimento é diferente do método chamado arado, em que a camada superficial de terra é misturada com a camada inferior. Hoje se faz de outra maneira pois percebeu-se que o arado, além de deixar a terra exposta à chuva e a outros organismos, acaba endurecendo a camada mais superficial do terreno, dificultando a saída das sementes. O uso da técnica de plantio direto faz parte da compreensão de que os detritos que ficam de cultivos anteriores são positivos, pois protegem a terra duplamente: da erosão e de organismos que teriam que ser combatidos com defensivos, o que encarece a produção. São por estes motivos que a matéria orgânica resultante de outros cultivos não é retirada do solo.

A semeadeira que os Aché possuem conta com 11 linhas, que são os discos que farão todo o trabalho e deixarão um rastro no solo, separados por 45 centímetros. Para cada uma destas linhas há um tanque de semente, que era justamente o que estava sendo preenchido quando cheguei ao local onde Pablo e as demais pessoas estavam trabalhando. Depois de preencher cada um dos tanques, ao final coloca-se um pó de cor escura chamado grafite, substância que vai lubrificar o disco da máquina, diminuindo bastante o risco do equipamento enguiçar e não lançar as sementes no solo. Além destes 11 tanques de sementes, há dois outros grandes compartimentos em que o insumo é armazenado. Cada tanque de insumo possui capacidade de 195 litros e a máquina não funciona se todos estes tanques não estiverem completos. Não adianta cair semente e não cair insumo, e não adianta cair insumo se não houverem sementes caindo.

Uma vez que os tanques de semente e insumo estão preenchidos, a máquina começa a funcionar e a realizar seu trabalho. No mínimo duas pessoas são necessárias para realizar a atividade: uma para operar o trator de dentro da cabine e outra para sentar numa passarela que fica entre os tanques de insumo, mais ao alto, e os tanques de semente, mais embaixo, rente ao chão. A pessoa que opera o trator não consegue ver se as sementes e o insumo estão caindo, pois está na parte da frente da máquina. O trabalho de verificar se tudo está correndo bem é de responsabilidade da pessoa que senta no meio da passarela da semeadeira, serviço que geralmente foi realizado pelas outras pessoas que estavam na área de plantio, os *jovens* que tinham entre 9 e 19 anos.

Em um primeiro momento fiquei observando as coisas de longe, vendo quanto tempo a máquina demorava a percorrer a área de plantio e observando o que as pessoas faziam enquanto ela desaparecia no horizonte. Os *jovens* que não trabalham com o trator e a semeadeira ficam aguardando a máquina voltar em outro ponto da *roça*. É responsabilidade deles levar o trator que carrega a carreta de metal que armazena as sementes e os insumos. Como a tarefa é realizada em poucos minutos, posteriormente estas pessoas geralmente se abrigam do sol debaixo da carreta, que é o único ponto em toda a área de plantio em que o sol não atinge. Aproveitei a ocasião também para conversar e conhecer um pouco mais dos *jovens* que estavam ali trabalhando. A maioria deles estava participando do plantio de soja pela primeira vez, mas duas ou três pessoas já tinham participado outras vezes. Um deles, Arturo Tatumambiagi, começou a trabalhar com pouquíssima idade na lavoura, acompanhando o pai e os tios.

As pessoas que trabalharam no plantio da safrinha de soja junto de Pablo, que não são aparentadas, são as seguintes:

- Jonas Butagi, 18 anos; é o segundo ano que Jonas trabalha com a soja na comunidade de Puerto Barra
- Jeremias Mbedjyragi, 15 anos; também é o segundo ano que Jeremias está trabalhando com a soja na aldeia
- Leoncio Minagi (filho de Alejo Minagi e Felicita Mbepurangi), 15 anos; 2019 foi o segundo ano que Leoncio participou do trabalho com a soja
- Arturo Tatumambiagi (filho de Modesto Chuwagi e Angelica Chachupurangi), 16 anos; Arturo trabalha com a soja em Puerto Barra já há alguns anos, acompanhando o pai. Ele foi a única pessoa além de Pablo que operou a semeadeira John Deere.
- Rafael Kruragi, 12 anos; o plantio da safrinha foi a primeira experiência de Rafael com a soja, que ficou na parte de trás da semeadeira monitorando a queda das sementes no solo
- Ramon Medogi, 9 anos; sua primeira experiência com a soja foi no plantio da safrinha de 2019
- Leonardo Anegi, 19 anos, outra pessoa que também teve a primeira experiência de trabalho com a soja na safrinha de 2019
- Isaias Krombegi, 13 anos; 2019 marca um ano desde que Isaias começou a trabalhar com a soja em Puerto Barra.

Existem algumas condições climáticas necessárias para que o plantio de soja aconteça. A umidade do solo precisa estar abaixo de 16%, pois do contrário o trator tem dificuldade de andar em uma velocidade mais alta, além de a umidade somada as grandes proporções do trator endurecer a camada superficial de terra, coisa que também é prejudicial. Deste modo, em Puerto Barra o trabalho na roça começa por volta das 10 ou 11 horas da manhã, quando o solo já está mais seco do sereno e do orvalho. Se no dia anterior houve chuva, começa-se ainda mais tarde. De acordo com Pablo, se a terra estiver em condições ideais de umidade, abaixo de 16% , "tem que aproveitar e plantar

o máximo que der", pois na parte da noite, por volta das 20h, a umidade novamente começa a ficar alta e o trabalho precisa ser interrompido.

Quando o trator voltou, tive a oportunidade de, a convite de Pablo, subir na passarela da semeadeira e ver a máquina em funcionamento. De início, duas coisas me chamaram a atenção: primeiramente que, em tese, apenas uma pessoa é necessária para verificar se as sementes estão caindo, pois há apenas um banco nesta passarela amarela. No entanto, na prática as coisas acontecem de outra maneira. É necessário que pelo menos duas pessoas fiquem mexendo dentro dos compartimentos de insumo, ajudando os pequenos grãos de cor cinza a caírem, pois eles formam "torrões" e muitas vezes não caem. Também, frequentemente um compartimento de insumo esvazia antes que o outro, tornando-se necessário equilibrar a quantidade de insumo entre os dois reservatórios. Por este motivo, junto das pessoas, na passarela da semeadeira havia também uma pequena pá que era empregada nessa tarefa. O tempo todo as pessoas ficam de pé, no máximo encostadas na grade de proteção, verificando se o insumo está caindo. Depois, me chamou atenção a maneira como ficam as pessoas que observam as sementes: elas ficam literalmente em cima dos tanques, muito próximas da parte mecânica da semeadeira, que está em pleno funcionamento. Um deslize e o acidente seria fatal.

A semeadeira funciona em etapas, o que significa dizer que há partes que entram em contato com a terra antes que outras, mas tudo trabalha ao mesmo tempo, continuamente. Primeiramente há um disco vertical que faz um trilho no solo, que abre o caminho através da palha e dos destroços de cultivos anteriores, ou seja, a camada protetora. Nas palavras de Martin, o primeiro disco "rompe a terra", corta a cobertura de matéria orgânica e não a arrasta. É o componente seguinte, denominado coloquialmente de *pé de pato*, que faz um buraco na terra, que será o lugar ocupado pelas sementes. O pé de pato possui o formato da parte final da lâmina de uma foice. É feito de metal, largo e possui uma ponta bastante afiada. Procurando na internet, descobri que o nome técnico deste componente é "facão sulcador", o que também é bastante alusivo. Após o solo receber um golpe do pé de pato, um terceiro disco vertical, que na realidade é duplo, atinge o chão. É através deste disco, que protege dois distintos tubos internos, que caem, ao mesmo tempo, e em dois buracos separados, a semente e o fertilizante. Se caírem juntos e ocuparem no mesmo espaço, o fertilizante corrói a semente. Por fim há um quarto disco que tapa com terra as aberturas realizadas pelos outros componentes.

Tudo isso acontece em segundos e o que fica para trás da semeadeira é apenas uma linha no chão. O trabalho das pessoas que estão na parte de trás da máquina é justamente monitorar se as sementes estão caindo no solo, se a parte mecânica está lubrificada e se nenhum outro tipo de imprevisto está acontecendo. Caso aconteça, é necessário avisar o operador do trator para que pare imediatamente, ou uma grande parte do terreno ficará sem receber as sementes e os insumos.

Mais tarde, depois de ficar um bom tempo na passarela da semeadeira, observando as coisas funcionando ali de trás, pude adentrar na cabine do trator, onde estava Pablo Piragi. A cabine também é acessível por meio de uma escada e dentro daquele espaço cabem apenas duas pessoas, apesar de possuir apenas um banco de cor amarela. Dentro do trator há um volante simples, uma pequena tela que mostra a velocidade, a temperatura, a quantidade de combustível e a quilometragem já rodada. Há também um painel lateral, com várias maçanetas, de onde a semeadeira é controlada. Ali mexe-se nas maçanetas para levantar a plataforma e controlar a marcação. Há também três pedais dentro da cabine, que não são utilizados no momento em que o trator está puxando a semeadeira, pois a velocidade, pelo menos enquanto a plantadeira está no chão, é definida de maneira digital. Ainda dentro da cabine pude verificar que existe um som com acesso a pendrive e ar condicionado. Há também um espelho retrovisor de cada lado do trator, para auxiliar na hora de manobrar a máquina próximo de outros equipamentos.

Da cabine não se vê nada que está acontecendo atrás e é por isso que as pessoas que ficam acompanhando a máquina trabalhar são tão importantes. Se um dos discos não está lançando semente, é necessário parar o equipamento e ver o que está acontecendo. Nesse sentido é importante a presença de uma pessoa experiente como Pablo, que sabe identificar o que está se passando e como resolver. Ele e seu irmão, Martin Airagi, acabaram de se formar em um curso para filhos de agricultores que ensinam os ofícios do campo: como plantar, como operar e realizar a manutenção de máquinas e como cuidar de animais. O curso foi oferecido pela CETAPAR, que é uma fundação criada por imigrantes japoneses na região oriental do Paraguai. Além dos dois indígenas, outras pessoas da aldeia, mais jovens, também estão frequentando este curso. Pablo tem muito orgulho do curso que faz e em diversos momentos comentou comigo sobre as disciplinas do currículo, bem como de quando será a sua formatura (realizada no mês de maio de 2019, posteriormente a minha primeira inserção em campo).

Durante todo o dia o plantio de soja não parou. No entanto, próximo das 16h, seis *jovens* chegaram no trator ford com uma panela de comida que foi servida as pessoas que estavam trabalhando. A refeição, uma sopa de arroz, mandioca e carne de porco foi preparada pelas mesmas mulheres que diariamente fazem o almoço comunitário servido na aldeia. Além de pratos de plástico coloridos, desses de escola infantil, e colheres, dois refrigerantes de abacaxi foram levados para a roça. No momento em que o alimento chegou, Pablo parou de operar a semeadeira e a passou a Arturo Tatumambiagi, a única pessoa mais jovem que pilotou uma máquina pesada e cara como um john deere.

O plantio de soja terminou em Puerto Barra no dia 24 de fevereiro, quando toda a área de 110 hectares foi semeada. No outro campo de cultivo, de 120 hectares de tamanho, conforme já registrado, foram plantados 49 hectares de milho e a outra parte do terreno recebeu calcário para fortalecer o solo. Na safrinha do ano que vem, para respeitar o rodízio de cultivos, a área que agora contém soja receberá milho e calcário e a área que atualmente está com milho e calcário receberá 120 hectares de soja. Desta maneira pretende-se não esgotar o solo pela prevalência de um mesmo cultivo.

O plantio da safrinha de soja em Puerto Barra se resume neste conjunto de pessoas e atividades que se envolvem em dois momentos do ano. Conforme sublinha Pablo, nessas ocasiões, o trabalho acontece ao longo de toda a semana, de segunda a segunda, "sem festa, visita ou parente". É preciso aproveitar o tempo bom pois a safrinha de soja tem hora para começar e hora para acabar.

1.1 A SOJA É UMA ATIVIDADE QUE ENVOLVE PARENTES

As pessoas que se envolvem com a atividade de soja em Puerto Barra não recebem um salário pago pela aldeia ou pelas lideranças, diferentemente por exemplo da experiência dos Paresi (Blecher, 2019), grupo indígena de língua aruak morador do Mato Grosso, em que cada pessoa relacionada à produção de soja recebe um pagamento. Como a área de plantio em Puerto Barra é de no máximo 230 hectares, baixando pela metade no período da safrinha de soja, não são necessárias muitas pessoas para que o plantio e a colheita aconteçam. Nem por isso os indígenas que trabalham com a soja na aldeia o fazem de maneira acidental; ao contrário, percebi que as pessoas que estão relacionadas a soja em Puerto Barra possuem vínculos de parentesco com as pessoas que deram início a aldeia no ano de 1976.

Antes de passarmos a apresentação dessas pessoas e de seus grupos familiares, considero importante uma breve ponderação sobre os dados demográficos de Puerto Barra. O tema é importante por pelo menos duas razões: primeiramente porque explicita o fato destas 28 pessoas que formaram Puerto Barra estarem vivendo - em sua maioria - hoje em meio a 277. Esta circunstância torna singular a situação de um grupo de pessoas mais antigas possuir maior presença em determinadas atividades da aldeia, como é o caso do plantio de soja. Em seguida, o tema da demografia é importante por se constituir como um aspecto central da antropologia que Pierre Clastres produziu a respeito dos Aché. Abordarei este segundo ponto no capítulo seguinte desta dissertação.

A aldeia de Puerto Barra teve início em 1976 com 28 pessoas. Kim Hill, antropólogo norte-americano que trabalha com os Aché desde meados dos anos 1970, registra que a população no ano de 1989 aumentou para 37 indivíduos. Em 1992, Miguel Chase-Saardi (Melià, 1997, p. 98) aponta que os Aché de Puerto Barra contavam 46 pessoas. Em 2007, citado pela linguista Eva Maria Roessler (Roessler, 2008, p. 12), o mesmo Hill computou 119 pessoas vivendo na aldeia, ao passo que em 2019 esse número chegou em torno dos 277, ou seja, mais do que dobrou. Um sem número de razões explica este crescimento, desde as mudanças das pessoas entre as aldeias, as melhores condições de vida em Puerto Barra, o aumento no número de nascimentos e o decréscimo da taxa de mortalidade infantil.

A ocorrência de um grande aumento populacional em Puerto Barra coexiste com as posições de destaque ou centralidade assumidas por algumas famílias pioneiras dentro da aldeia. Estas posições dizem respeito a presença de uma ou mais pessoas de uma mesma família em alguma atividade, seja o cultivo de soja, a educação formal, a política ou a religião. Nesta seção do capítulo nos interessam as famílias que nos últimos 10 anos se associaram ao plantio e a colheita de soja: as famílias de Daniel Rytagi e Alicia Tokangi, José Kuategi e Maria Tatugi e Gavian Chimbegi e Victoria Pykigi.

Entre as 28 pessoas que saíram da floresta em 6 de outubro de 1976 estavam casais adultos, pessoas com menos de 20 anos e cinco crianças. Entre estas cinco crianças, duas cresceram e se casaram: são Daniel Rytagi (esposo, *ime*) e Alicia Tokangi (esposa, *breko*). Daniel é a pessoa que realizou o trabalho com a soja em Puerto Barra durante muito tempo, além de ser uma das pessoas que meus interlocutores

mais se lembram quando pergunto sobre a atividade. Embora ele não tenha participado nem no plantio nem na colheita de soja no período em que estive em campo (a justificativa de Pablo foi "motivos pessoais"), sua importância em hipótese alguma pode ser reduzida.

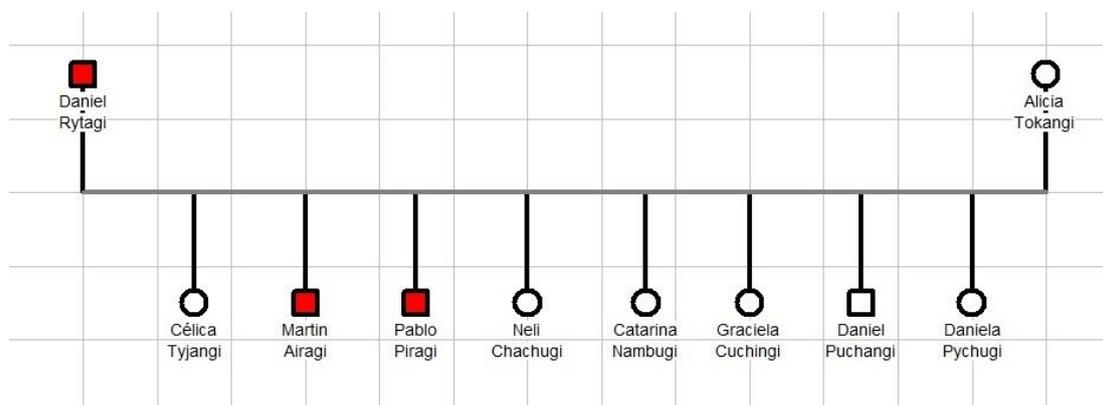
São seus filhos (*rey'y*), Martin Airagi e Pablo Piragi, as pessoas que tocam a atividade de soja atualmente em Puerto Barra, que consiste, no período de plantio, em diariamente verificar a umidade do solo para saber se ele está apto ao trabalho, conversar com o agrônomo da cooperativa COPRONAR (chamado Claudio) ou algum vizinho para tirar alguma dúvida, resolver algum problema mecânico em algum equipamento, levar o trator até a roça, trazer de volta até a aldeia e buscar combustível para as máquinas. Muita coisa é feita pelo celular de Pablo, algumas em português, como quando Pablo conversa com Claudio, o agrônomo da COPRONAR, que é brasileiro, e outras em espanhol, como quando Pablo conversa com o vizinho brasiguai Wanderlei, que aplica a fumigação e faz a colheita para os Aché.

Tanto Martin quanto Pablo começaram a ir para a *roça* com o pai ainda muito novos, com pouco mais de 10 anos. Pablo conta que aprendeu a trabalhar olhando o que o pai (pai, *ãpã*) fazia e Martin descreve seu aprendizado da mesma maneira: ainda muito pequeno, com 11 anos, ao acompanhar o pai no trabalho, observou e aprendeu a trocar as marchas do trator ford de propriedade da aldeia. As pessoas envolvidas com a atividade de soja, bem como as máquinas disponíveis nesta época, anterior a 2007, eram muito distintas de hoje; nomes como os de Felipe Kajagi, Angel Tatugi e José Anegui estão presentes nas descrições daquela época, e atualmente todas essas pessoas estão envolvidas com outras ocupações. De toda maneira, me parece que a compra do trator John Deere é compreendida por Martin e por Pablo como um evento significativo e transformador, pois dali em diante os Aché passaram a plantar a soja e o milho que produzem com seu próprio maquinário, e pai e filhos, Daniel, Martin e Pablo começaram a trabalhar juntos.

De certa maneira, Pablo e Martin tentam fazer o mesmo com as pessoas mais novas que os acompanham no trabalho na *roça*, que eles chamam de *jovents*. Na manhã que conversei com Pablo pela primeira vez, um dos meninos que trabalhou todos os dias no plantio da safrinha, chamado Leoncio Minagi, voltou de moto da área de cultivo para contar a Pablo o nível de umidade naquela altura do dia: 18 mm, o que é bastante alto e

impede o plantio. Nos outros dias, Leoncio também esteve presente no plantio de soja, ora enchendo o tanque com sementes e insumo, ora levando ou buscando alguém na aldeia. José Anegi (não confundir com José Anegui), outro jovem de 19 anos, também esteve sempre conduzindo o trator ford de lá para cá, seja buscando o almoço das pessoas na comunidade, levando as sementes e insumos para uma parte diferente da área de cultivo, carregando lenha ou levando todos de volta para a região das casas de Puerto Barra. O aprendizado se dá dessa maneira, com interesse por parte das pessoas em aprender, em saber como as coisas funcionam. Martin compara o que faz hoje com o que Bjarne Fostervold fez com seu pai: do mesmo modo que o missionário ensinou Daniel a *traballar*, foi "como um professor", Martin tenta ensinar os *jovens* da aldeia a "continuarem no caminho".

Pelo que pude perceber, existe para o caso da produção de soja em Puerto Barra uma divisão geracional entre as pessoas que nasceram no monte e as pessoas que nasceram fora dele. Daniel Rytagi e Alicia Tokangi nasceram na floresta e vieram ainda pequenos para Puerto Barra, tendo oito filhos nascidos na aldeia. Daniel faz parte da primeira geração de pessoas que começou a trabalhar com a agricultura, inicialmente com arroz e milho para o próprio consumo, e com o passar dos anos também algodão e soja para a venda. Martin e Pablo, por sua vez, além de outras pessoas que explicitaremos mais tarde, fazem parte de uma segunda geração de pessoas que está trabalhando com a soja. Quando falava com os irmãos a respeito de seu pai, ambos sinalizavam o quanto o pai estava velho, o quanto havia chegado a horas deles dois assumirem a atividade de soja em Puerto Barra. Ao mesmo tempo, chamavam para si a responsabilidade de ensinarem as pessoas mais jovens a como fazer as tarefas relacionadas ao plantio de soja, de milho e de aveia. Há uma ideia de continuidade na maneira como Martin e Pablo contam as coisas.



Martin e Pablo, além de outras jovens pessoas de Puerto Barra, ganharam uma bolsa de estudos - na condição de filhos de pequenos produtores - para frequentar a CETAPAR - Centro Tecnológico Agropecuario del Paraguay. Nesta escola, criada pela colônia japonesa paraguaia e localizada do distrito Yguazu (80 km distantes de Naranjal), são aprendidas técnicas de plantio, manejo de animais (criação de porcos, inseminação de bovinos), manuseio e mecânica de máquinas agrícolas. Paulatinamente os filhos de Daniel me falavam sobre as aulas nesta escola, o que de início não me chamou a atenção, uma vez que as pessoas que fazem faculdade em Puerto Barra geralmente falam sobre isso na primeira conversa que tem com as pessoas de fora²⁴. Para o caso dos irmãos, no entanto, percebi sobretudo duas razões para frequentarem a CETAPAR: não dependerem de alguém de fora da aldeia para saber como plantar, como trabalhar a terra e como consertar máquinas. Também, soma-se a isso o acesso ao estudo e a qualificação, algo que a geração de seu pai não teve acesso. Me falando sobre seu aprendizado, Pablo Piragi relata que

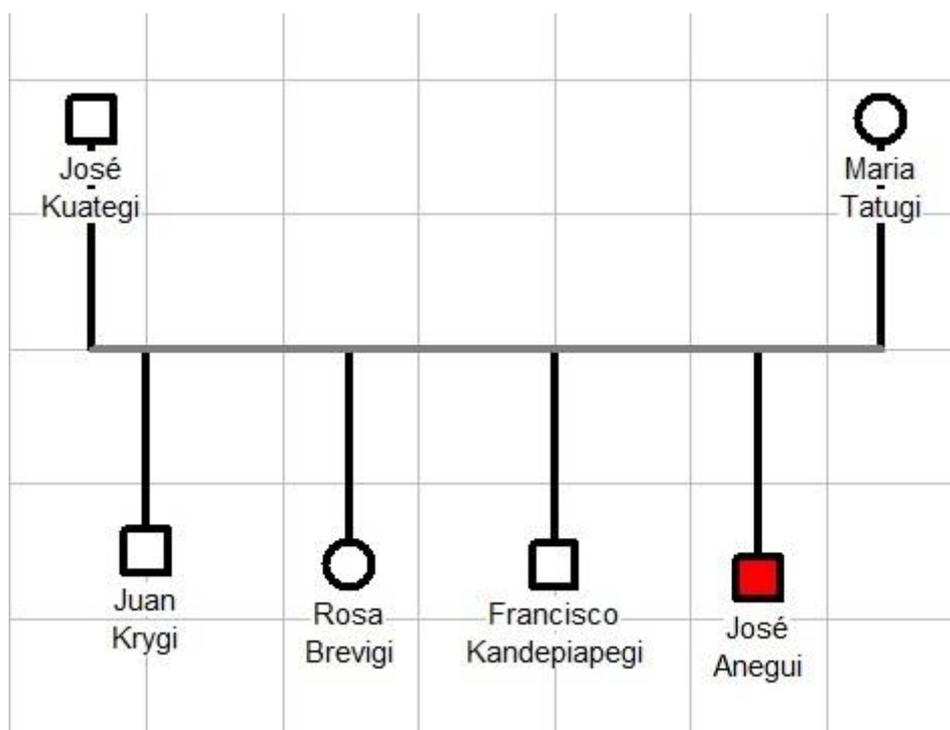
"...começou com meu pai, e aí quando eu tinha 15 16 anos eu estava acompanhando e daí 2007 comprou John Deere e daí eu estou buscando com meu pai como que é do plantar, e meu pai está explicando, e agora estou estudando em CETAPAR, para fazer mais amplo né. John Deere está com caixa automática né, e daí alguma coisa se para e é muito complicado, e aí tem que fazer um estudo né, manutenção, e daí meu pai não foi a uma universidade né, e daí eu comecei com meu irmão e daí esse ano a gente tá fazendo uma formação dual para virar técnico... e daí começou, estamos trabalhando, fazendo manutenção da plantadeira e todas essas coisas, porque a mão de obra da plantadeira vindo da técnica tá muito caro, quase 35 milhão. E daí começou, estive conversando com meu irmão, e daí começamos a estudar e daí fazemos o técnico para fazer alguma coisinha aqui, porque precisa né da gente fazer um estudo, uma capacitação. É um curso completo que ensina a trabalhar fora, mas nós não vamos trabalhar fora né, porque precisa aqui. Os líderes estão ajudando a nós com comida, passagem porque ele queria nós pra trabalhar aqui."

(Pablo Piragi, nota de campo, 19 de fevereiro de 2019)

²⁴No total, de acordo com o Censo produzido pelos alunos do último ano da escola de Puerto Barra, em 2019, são seis universitários morando na aldeia. São além disso 71 pessoas que estão cursando ou já possuem o ensino médio (secundário), oito possuem cursos técnicos e 12 são docentes Aché.

A partir da observação em campo e de conversas com meus interlocutores, pude perceber a presença de algumas famílias em detrimento de outras em determinadas atividades da aldeia de Puerto Barra. Para o caso da família de Daniel Rytagi e Alicia Tokangi, três pessoas - Daniel, Martin e Pablo - possuem íntima conexão com a atividade de soja, tanto no passado quanto no presente. Ao mesmo tempo, Martin e Pablo frequentaram uma escola técnica para dar melhor continuidade a atividade de soja e não depender de pessoas de fora da aldeia para realizar a maior parte do trabalho.

Também pioneiros em Puerto Barra são José Kuategi (*ime*) e Maria Tatugi (*breko*), casal que saiu da floresta já adulto. Todos os seus quatro filhos (*rey'y*) – Juan Krygi, Rosa Brevigi, Francisco Kandepiapegi e José Anegui – nasceram na aldeia, e embora apenas o último tenha trabalhado com a soja durante alguns anos, a família de Kuategi e Tatugi esteve ou está bastante envolvida em diversas atividades que acontecem para dentro e para fora da aldeia, como o plantio de soja, a educação formal Aché²⁵ e a política.



Com relação a atividade de soja, José Anegui conta que começou trabalhar com o grão com aproximadamente 13 anos, olhando e aprendendo com as pessoas que

²⁵ Definição da educação formal Aché na página no Facebook: "Siendo la única supervisión educativa étnica e interdepartamental del Paraguay, la Supervisión Aché estamos trabajando duro para una educación de calidad y un futuro brillante para la nueva generación del pueblo Aché".

trabalhavam para Miro Schuster. Toda vez que eu conversava com alguém sobre a atividade de soja em Puerto Barra eu persistia em querer saber o momento em que a produção passou de pequena escala para grande escala. Por grande e pequena escala, minha cabeça de leigo pensava algo em torno de 20 e 230 hectares. Mesmo a pergunta não fazendo muito sentido, Anegui contou que na época em que começou a se envolver com a agricultura o tamanho da área de cultivo de soja em Puerto Barra era bastante menor do que é hoje. Pelas conversas que tive com as pessoas, esse "momento da virada" não existe, e Anegui é uma das pessoas que insiste em sinalizar que o crescimento do plantio de soja entre os Aché aconteceu ao longo de muitos anos, de pouco em pouco. Não é possível desconsiderar o fato de que até 1976 os Aché nunca haviam plantado nada, quanto mais soja em grande quantidade. Como no caso de Martin e Pablo, José é de uma primeira geração de pessoas nascida na aldeia que se relacionou com a atividade de soja. Martin o cita como alguém que faz parte dos "nuevos" que trabalham com a soja, em contraposição a Daniel e Angel. Os pais de Anegui, como os pais de Martin e Pablo, também se envolveram com a agricultura, mesmo que a realizada para o consumo.

Faz alguns anos que José Anegui não está trabalhando com a soja em Puerto Barra, pois ocupa na aldeia o cargo estatal de técnico de supervisão. Desse modo, ao mesmo tempo em que participa diretamente da educação Aché em Puerto Barra e em outras aldeias, Anegui é também uma liderança da política entre os Aché, tanto para dentro e quanto para fora da aldeia. Na aldeia, já foi cacique em duas oportunidades²⁶, além de ser a pessoa que coordena a reunião entre as lideranças, que ocorre sempre no domingo a noite. Para o lado de fora da aldeia, Anegui é a pessoa que dá entrevistas, que participa de eventos internacionais e que sai candidato a deputado pelo departamento em que vive. Sobretudo por falar espanhol muito bem, Anegui é visto pelas pessoas de dentro como uma liderança importante:

"...percebi na reunião com o IPTA (Instituto Paraguayo de Tecnología Agraria) que as pessoas sentiram bastante falta de J. Anegui, pois quando as lideranças foram chamadas a participar, todas falaram que era melhor esperar por J. Anegui, inclusive

²⁶ Há eleições periódicas para cacique em Puerto Barra. Cada pessoa da aldeia tem um voto e a maioria participa da reunião. Em fevereiro de 2019 cheguei em campo no dia em que uma eleição para cacique estava ocorrendo. A família de Alejo, na época moradora da aldeia há pouco mais de um ano, não participou da votação que estava acontecendo no *comedor*.

H. Mbyvangy, que embora não seja uma liderança eleita, é uma das pessoas que trabalha com a pequena agricultura aqui em PB e sabia da importância do assunto... J. Anegui é uma pessoa conhecida para fora da aldeia. Sua esposa Irma é a atual cacique de Puerto Barra e, ainda que presente na reunião, nada falou."

(nota de campo, 20 de fevereiro de 2019)

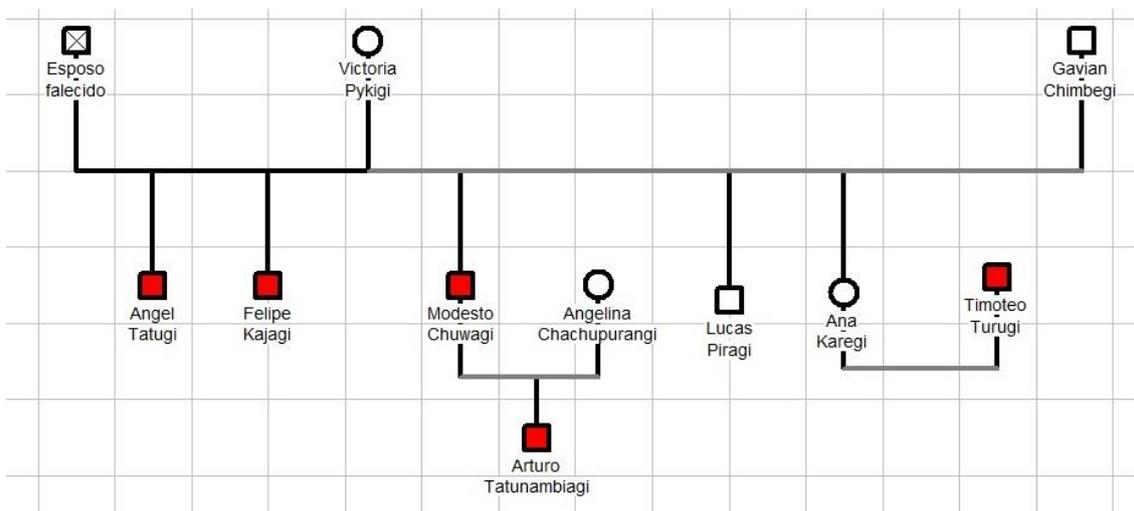
Como no caso da família de Daniel Rytagi e Alicia Tokangi, na família de José Kuategi e Maria Tatugi os quatro filhos fizeram um curso técnico ou uma licenciatura, mesmo no caso dos que não acabaram. Juan é agente de saúde, Rosa é diretora da escola de Puerto Barra, Francisco cursou até pouco mais da metade da graduação em medicina veterinária e Anegui, conforme já registrado, é o técnico de supervisão da aldeia²⁷. Chama a atenção nesse e no caso da família que apresentamos anteriormente a presença de pessoas de famílias pioneiras que ocupam posições importantes em duas atividades bastante fundamentais para Puerto Barra: a soja, o que permite a obtenção de dinheiro, e a escola, fonte de recursos pessoais, como um salário, mas igualmente fonte de recursos a comunidade, como o auxílio estatal para a alimentação e outras despesas convencionais.

Finalmente, outra família pioneira na aldeia de Puerto Barra é a de Gavian Chimbegi (*ime*) e Victoria Pykigi (*breko*, sendo ela a irmã, *pawe*, de José Kuategi). Este casal possui três filhos, mas Victoria se uniu a Gavian após a morte de seu primeiro esposo, ainda quando moravam no monte. Deste primeiro casamento nasceram Felipe Kajagi²⁸ e Angel Tatugi, que participaram da fundação de Puerto Barra com pouco mais de 10 anos de idade. Primeiro filho (*rey'y*) de Gavian e Victoria e também nascido no monte é Modesto Chuwagi. Seus irmãos (*pawe*), Lucas Piragi e Ana Karegi, no entanto, nasceram na aldeia. Felipe Kajagi e Angel Tatugi, conforme já registramos neste texto, são duas das pessoas que durante muito tempo realizaram a atividade de soja em Puerto Barra. Modesto Chuwagi, na safreinha deste ano, participou apenas do momento da colheita, e é uma das pessoas responsáveis pela atividade de piscicultura em Puerto

²⁷ Vários Aché, de Puerto Barra e outras aldeias, completaram seus estudos secundários e em alguns casos frequentaram a universidade através de bolsas, que eles chamam de *becas*, concedidas por ONGs internacionais ou por empresas como a Itaipu.

²⁸ Quando conversei com Felipe sobre sua família, este se referiu a Gavian Chimbegi também como seu pai, mesmo que seu "pai biológico" tenha morrido ainda no período da floresta. O termo "pai biológico" é ruim por vários motivos, e no caso desta pesquisa, sobretudo porque ele não saiu da boca de meu interlocutor.

Barra. Falarei mais sobre ele no próximo capítulo, que versa sobre o período da colheita de soja. Lucas Piragi é o único dos filhos de Gavian e Victoria que não mora em Puerto Barra, mas na aldeia Aché de Ypetimi. Por fim, Ana Karegi vive em Puerto Barra e foi casada com Timoteo Turugi, pioneiro de Puerto Barra que também trabalhou com a soja durante alguns anos. Da união entre Ana e Timoteo nasceram cinco filhos.



O ponto de articulação entre a família de Gavian e Victoria e o plantio da safrinha de soja realizado pelos Aché em 2019 é Arturo Tatunambiagi, filho de Modesto e Angelina Chachupurangi. Diferentemente de Martin e Pablo, em que o pai e a mãe saíram da floresta pequenos e sem os avós, Arturo ainda possui pai e mãe (tendo apenas o pai nascido na floresta) e os dois avós (avô, *jamo*, avó, *jarypurã*), Gavian e Victoria. Tecnicamente ele faz parte de uma terceira geração, ainda que seja da primeira geração de pessoas que nasceu na aldeia, como Martin e Pablo, que são a segunda geração viva de sua família e a primeira que nasceu na aldeia. Arturo Tatunambiagi possui 16 anos e tem proximidade com o universo da soja desde aproximadamente os cinco. Segundo me contou, começou a acompanhar o pai desde pequeno, e talvez por isso seja ele a única pessoa além de Pablo que vi operar o trator John Deere nos dias de plantio. Além do trabalho com o maquinário pesado, Arturo realizou também todas as outras atividades envolvidas no plantio: encher o tanque de sementes e de insumo, verificar se tudo está funcionando bem na parte da semeadora e levar e buscar pessoas até a aldeia.

A despeito da grande quantidade de soja plantada pelos Aché, conforme já sinalizamos, não são necessárias muitas pessoas para que a atividade de soja aconteça na aldeia. Ao contrário, são poucas pessoas aparentadas que vivem em Puerto Barra desde o seu início. Para efeitos de comparação, o sociólogo Cristiano Desconsi realizou

pesquisa em assentamentos do MST (Movimento Sem Terra) localizados na zona rural de municípios da região central do estado do Mato Grosso, como Sorriso, Nova Ubiratã, Ipiranga do Norte, Itanhangá e Tabaporã (Desconsi, 2018, p. 114). Como no caso dos Aché, o principal cultivo presente nos assentamentos dessas cidades é a soja. Para o caso dos assentamentos situados em Nova Ubiratã, 85% dos 54 mil hectares que totalizam as áreas assentadas é preenchido com soja (dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Nova Ubiratã). Pelo menos dois pontos chamam a atenção na pesquisa realizada por Desconsi. Primeiro é a presença de soja em assentamentos do MST, movimento surgido na década de 1980 que historicamente se contrapõem a monocultura, aos agrotóxicos e a concentração de terra. O autor escreve que:

"quem imagina assentamentos com uma paisagem formada por casas rodeadas por árvores, criação de pequenos animais, existência de muita movimentação de pessoas ou mesmo uma maior diversidade nos cultivos dispostos nas terras, surpreende-se ao observar que tal cenário se apresenta como marginal na maioria dos 10 assentamentos que conhecemos [...]."

(Desconsi, 2018, p. 114)

Depois, ao mesmo tempo em que sinaliza esta surpresa, Desconsi dá destaque a maneira como trabalho nas lavouras de soja acontece através dos vínculos de parentesco. Como família, os assentados compreendem as relações sociais constituídas via filiação ou aliança. Esses vínculos são acionados em diferentes momentos do trabalho com a soja e pais, filhos, irmãos e cunhados trabalham juntos na hora de plantar e de colher.

A situação etnográfica apresentada por Desconsi, no entanto, se distingue da produção de soja realizada pelos Aché porque para o caso dos assentamentos do MST o trabalho com a soja extrapola as famílias nucleares e coloca em relação aproximadamente 30 pessoas, que embora aparentadas, novamente, não constituem um mesmo núcleo familiar. Entre as pessoas de Puerto Barra são pouquíssimos membros de uma mesma família nuclear que tocam a produção de soja. No caso da família de Daniel e Alicia, são os filhos Martin e Pablo. No caso da família de Modesto e Angelina, apenas ele e seu filho Arturo.

O plantio da safrinha de soja em Puerto Barra terminou de maneira um tanto brusca, sem grandes anúncios. Perguntei tanto a Pablo quanto a Martin o que era necessário realizar após o fim do plantio, como quem quer saber mais sobre o acompanhamento dos grãos, a aplicação de defensivos e demais atividades relacionadas

ao período de crescimento dos grãos, mas ambos me responderam que de imediato era preciso limpar o trator e a semeadeira, pois nenhum resto de semente, insumo ou terra pode ficar no maquinário sob pena de danificá-lo. Arturo foi a pessoa que realizou esta limpeza, sob observação de Martin. Todos os cabos, tanques e demais peças removíveis foram desconectadas da semeadeira e da plataforma para serem higienizados com o auxílio de um compressor de ar; nenhuma gota de água é utilizada em todo o processo. O trabalho de limpeza é meticuloso, vai de parte em parte, e leva cerca de dois dias. Fiquei mais 25 dias na aldeia depois que o plantio de soja terminou, indo embora no final de março.

1.2 O "ALDEAMENTO" PUERTO BARRA

A família Fostervold, atualmente composta por Bjarne, Rosalba e seus três filhos, vive ainda hoje entre uma residência na cidade de Naranjal e a moradia existente na aldeia de Puerro Barra. Há décadas, os Fostervold eram compostos por Rolf, Irene, Lual e Bjarne, e mudaram-se para a região de Puerto Barra no ano de 1971. De acordo com Bjarne, um dos motivos que levou seu pai e sua mãe a irem para o Paraguai anos antes foi a história que escutaram acerca de uma população que vivia nas florestas da região oriental do país, os Aché.

"...conocieron los relatos de otro misionero del Guairá sobre sus padecimientos en la zona de Caazapá, donde eran utilizados como esclavos. Lo que más les impactaba es que usaban niños como sirvientes, les alarmaban los asesinatos y las muertes masivas por enfermedades."

(ABC Color, 15 outubro de 2016)²⁹

Na época, o casal Fostervold teve a *missão* de "alcançar los Aché y les prover un lugar seguro, de tal maneira que ellos no mueran". Neste período, Rolf chegou ao Paraguai fazendo parte do grupo missionário norte-americano Missão Novas Tribos (New Tribe Mission), que a partir do ano de 1968 já tinha vários de seus membros vivendo com outros grupos Aché, os da recém fundada aldeia de Cerro Moroti. No início dos anos 1970, no entanto, quando os Fostervold já tinham se instalado na região de Puerto Barra e estabelecido seus primeiros contatos com o grupo de Ñacunday ou Yñaro, a central da organização sugeriu a mudança da família para outro país. Rolf,

²⁹ Ver OLAZAR, Hugo Ruiz (2016).

insatisfeito com a alternativa de abandonar o trabalho já iniciado, rompeu com a MNT e deu continuidade a seu projeto missionário de maneira independente.

Em uma reportagem do jornal estadunidense West Central Tribune, década de dezembro de 1981, o próprio Rolf resume que o interesse de geral de sua empreitada era *integrar* os indígenas à sociedade paraguaia, fazê-los conhecer o dinheiro e as armadilhas da vida fora da floresta. Na mesma matéria, registra que:

"...civilization was moving and it's difficult. There were very few people interested in the in Indians - you know, to help. There're a minority, but need helping, not destroying."

(West Central Tribune, Minnesota, dezembro de 1981)

Pessoas como Timoteo Turugi contam histórias que demonstram a dificuldade dos primeiros anos de vida fora da floresta. Turugi conta que

"...o branco tem dinheiro. Um dia há muito tempo atrás o pai de Anegui, chamado José Kuategi, aceitou bananas de uma mulher que passou vendendo frutas na aldeia. Kuategi pensou que fosse presente e pegou para comer. Acontece que não era grátis e tinha que pagar com dinheiro."

(nota de campo, março de 2019)

Em relação aos primeiros movimentos da família Fostervold com os Aché recém saídos da floresta, uma vez que minhas perguntas se inclinavam para o tema do contato e da agricultura, ouvi muito de meus interlocutores sobre os ensinamentos de Rolf, Bjarne e Lorenzo Krachogi em relação ao cultivo de alimentos, bem como sobre a nomeação e alfabetização das pessoas promovida por Irene e Lual. Também a partir de meus questionamentos, especialmente nas conversas com Timoteo Turugi, o tema da religião, ou "aprendizado das escrituras", apareceu bastante.

Embora os primeiros esforços de trabalho dos Aché em Puerto Barra tenham sido na agricultura de consumo - "a ideia era comer bem, não venda" -, em poucos anos os interesses ficaram maiores e as pessoas deram início a um primeiro cultivo para a venda, que foi o algodão. Avaliando negativametneesta experiência, reoptaram pela soja. Bjarne relata na entrevista de 2016:

"...al principio plantábamos mandioca, maíz, poroto, caña dulce, productos para el autoconsumo; más tarde, cultivo para renta. Con el tiempo se incorporó tecnología, el tractor. Entre el 82 y 83 se inició la plantación de soja. Hoy son 200 personas, casi 50 familias..."

(ABC Color, outubro de 2016)

Meus interlocutores Aché são pessoas que possuem um discurso muito forte de valorização do trabalho. Em diversos momentos os escutei falando sobre o quanto os Aché são pessoas trabalhadoras, que não querem pedir nas ruas das cidades como os outros indígenas, mas sim trabalhar em sua própria terra. Em 2015, Francisco Mbepegi sublinhou que é muito difícil viver exclusivamente daquilo que se planta, a despeito das pessoas em Cerro Moroti trabalharem bastante durante o ano. Na mesma experiência de campo, na ocasião em que avistávamos um conjunto de mulheres trabalhando, Cornelio Mbykagi, interlocutor morador da aldeia de Cerro Moroti, comentou que "as mulheres Aché trabalham igual os homens", o que duplamente reforça esta ideia de que os Aché são pessoas bastante afeitas ao trabalho. Casos como este se multiplicam.

Em sua participação no fórum da ONU chamado Good Growth Partnership: is cultivating sustainability in commodity supply chains³⁰, em Nova Iorque, em agosto de 2017, o na época cacique de Puerto Barra José Anegui disse que

"...hoy en día, el caso del pueblo Aché, salimos adelante mediante el trabajo; mediante la educación nosotros se abrimos, renunciando la miseria y ja entrando en una vida digna. No es facil [...] gracias al trabajo que mi papa (hoyen día tiene 80 anos), lo que el hizo fue trabajar, trabajar y trabajar. Mediante a este trabajo y dedicación que hizo mis padres hoy yo puedo tener la salud y la educación. [...] Como enfrentar eso de salir de una vida de pobreza a una vida digna? Es mediante de capacitación y mediante el trabajo, nosotros salimos de eso. Nosotros ese año vamos a cumplir 41 años de trabajo y eso demostró que si se puede."

(José Anegui, agosto de 2017)

A pesquisa de doutorado de Marta Amoroso versa sobre o aldeamento paranaense de São Pedro de Alcântara, ocupado pelos grupos indígenas Kaiowá, Kaingang e Guarani Ñandeva entre os anos 1855 e 1895, na região norte do estado. Considerado como "núcleo" de um sistema de aldeamentos da época, a antropóloga faz a investigação a partir dos relatórios do administrador do aldeamento, o capuchinho Frei Timotheo de Castelnovo. O eixo principal da análise de Amoroso é a organização da destilaria de aguardente operada pelos Kaingang nas últimas três décadas deste núcleo. Um produto da economia da época, o período de maior produção de cachaça no aldeamento é considerado seu ápice econômico.

³⁰ O vídeo infelizmente não está disponível na internet. Para mais informações: <https://goodgrowthpartnership.com/wp-content/uploads/Good-Growth-Partnership-Highlights-Year-One.pdf>

Nenhum dos três grupos indígenas viveram exatamente na sede do aldeamento São Pedro de Alcântara, ou o que na época era chamado de *círculo urbano*. De acordo com Amoroso, eram três as tipologias empregadas pelos capuchinhos para descrever a situação de contato com os grupos indígenas. Os índios aldeados, os agregados e os índios do sertão. Enquanto os primeiros viviam instalados próximos a sede da colônia e eram contados nos censos, o segundo grupo - constituído por vezes de Kaingang de outras regiões - se caracterizava por manter contatos com a missão mas ao mesmo tempo conservar distância (por vezes de razão ideológica, como a religião). Por fim, os índios do sertão eram aqueles que visitavam parentes nos aldeamentos, mas eram de outras regiões do estado. Embora tenham sido aldeados em momentos diferentes, os Kaingang, Kaiowá e Nandeva foram considerados aldeados no período final de São Pedro de Alcântara.

As fontes da pesquisa de Amoroso, os escritos do Frei Timotheo destinados ao governo e aos superiores de sua ordem religiosa, tratam especialmente da administração e da contabilidade do aldeamento, isto é, dados relativos à área cultivada, à participação dos diferentes grupos indígenas nos trabalhos, aos números finais da produção e os recursos obtidos. Deste modo, segundo a autora é possível organizar a história do aldeamento em três etapas econômicas com objetivos bastante distintos.

Inicialmente, na primeira década, o objetivo foi atrair e garantir a permanência dos primeiros grupos aproximados, como os Kaiowá e os Kaingang; a subsistência do aldeamento e das aldeias onde moravam os indígenas, próximos à sede de São Pedro do Alcântara, constituíram o interesse principal. A garantia da subsistência era fundamental também por causa de pressões do governo geral para que os recursos públicos fossem poupados; à administração cabia a tarefa de fazer os indígenas trabalharem para não mais depender do governo Imperial. Nessas primeiras décadas os trabalhos dos indígenas foram pagos com mantimentos da própria produção.

Na metade da segunda década de existência do aldeamento houve uma nova etapa econômica, período em que a produção excedente em São Pedro de Alcântara passou a ser comercializada na região. A partir daí os indígenas e pessoas negras escravizadas passaram a receber seus salários em dinheiro e o aldeamento passou a não apenas vender para fora, mas também a comprar de outros comerciantes. A produção e

as vendas se concentravam na cana de açúcar e produtos dela derivados, e as compras eram de tecidos, pólvora, café e produtos como azeite.

Na fase seguinte, Frei Timotheo solicitou a Ordem Maior equipamentos para aumentar a produção dos derivados da cana, notadamente a aguardente. Estes equipamentos - novos alambiques e caldeiras - chegaram no ano de 1870. A partir desta década o aldeamento São Pedro de Alcântara entrou em sua melhor fase econômica. Nesta época, tanto os grupos Kaiowá quanto os Kaingang aldeados plantavam e produziam açúcar, mas apenas os Kaingang ingressaram na atividade de produção de aguardente.

A pesquisa de Marta Amoroso serve como uma referência para pensar a experiência dos Aché de Puerto Barra, mesmo que separados de diversas maneiras, histórica e geograficamente. Enquanto os capuchinhos católicos organizaram junto aos Kaiowá e aos Kaingang a produção de açúcar no aldeamento de São Pedro de Alcântara, na segunda metade do século XIX, os missionários e indígenas em Puerto Barra se organizaram para a produção e venda de soja no início da década de 1980. Ao apresentar os diferentes momentos da economia do assentamento, Amoroso destaca

"...a gradativa conscientização dos Kaiowá e Kaingang do momento histórico que viviam. Participavam agora da economia de mercado."

(Amoroso, 1998, p. 178)

O mesmo pode ser pensado em relação aos Aché da aldeia de Puerto Barra. As 28 pessoas que saíram da floresta, junto da família de Bjarne, ingressaram no mercado da soja de maneira concomitante ao aumento da área de cultivo do grão no Paraguai, chegando ao máximo por volta do ano de 2005, que são os atuais 230 hectares mecanizados. Se de início os indígenas plantaram para a venda alguns poucos hectares de algodão, em um segundo momento optaram pelo cultivo que estava em plena valorização no mercado nacional e internacional.

Amoroso destaca que, em 1868, após a mudança de diretrizes políticas por parte do governo do Império para a região onde se localizava São Pedro de Alcântara, Frei Timotheo enviou uma carta à sua ordem religiosa dizendo que a existência do aldeamento encontrava-se em risco, vide a posição secundária que passaria a ocupar nos planos do governo. É nesse momento que Frei Timotheo solicita os novos equipamentos para ampliar a produção de açúcar e derivados, garantindo uma maior autonomia de São

Pedro de Alcântara em relação ao governo. Relacionado a esse tema, Amoroso sinaliza o fato de que:

"...em menos de duas décadas parte dos grupos aldeados tornar-se-ão produtores e, dominando as tecnologias dos civilizados, passaram a pleitear a posse de equipamentos para a produção."

(Amoroso, 1998, p. 178)

A mecanização de parte do trabalho parece existir na história dos Aché como um evento bastante singular. A compra do *tratorzito rojo* sempre aparece nas narrativas do começo da aldeia, do mesmo modo como o trator John Deere parece ser importante porque possibilitou que os próprios Aché plantassem soja em seu território. Conversando sobre os ganhos do passado presentes na atualidade e os objetivos futuros, as pessoas de Puerto Barra e também de Cerro Moroti falam da vontade de comprar um caminhão e uma máquina de colher. Falam do aumento populacional e das previsões demográficas destacando que em breve a área de plantio que possuem não será suficiente para dar conta de manter a aldeia toda. Será preciso ganhar dinheiro de outras maneiras.

O aldeamento de São Pedro de Alcântara se configurava como uma situação em que diferentes povos indígenas viviam em uma mesma região, mesmo que cada grupo vivesse em uma aldeia própria. Frei Timotheo escreve que os Kaiowá e os Kaingang contribuíam de maneira distinta na economia do aldeamento, pois cada grupo tinha uma própria plantação. No caso de Puerto Barra há apenas um povo indígena, o que não garante totalmente que os plantios sejam feitos em um mesmo local. Em Cerro Moroti, onde também vivem apenas os Aché, além de não indígenas, até hoje existem roças individuais e coletivas. De acordo com Bjarne, a organização evangélica Missões Novas Tribos, que do princípio de Cerro Moroti, em 1968, até o início dos anos 1990 conduziu a missão religiosa na comunidade, é a responsável por esse tipo de configuração agrícola individualizada. Sabendo dessa realidade, ainda com Bjarne, em Puerto Barra tentou-se fazer diferente, trabalhando coletivamente em uma mesma área de plantio.

Embora as dificuldades enfrentadas pelos Aché no Paraguai nos anos 1950 e 1960 tenham de alguma maneira obrigado o Estado paraguaio a fazer algum movimento, como a criação da Colônia Nacional Guayaki e posteriormente da aldeia de Cerro Moroti, Puerto Barra surgiu sem que o Estado paraguaio garantisse direitos básicos como o território. A maior parte do que hoje é o território de Puerto Barra

surgiu da doações de empresas privadas e de compras realizadas pelos próprios Aché ou pela família Fostervold.

Conversando com meus interlocutores, tanto em Puerto Barra como em Cerro Moroti, percebo uma relação ambígua com o Estado paraguaio. Ao mesmo tempo em que se aproximam e cobram uma maior atuação do Estado, são alvos de políticas públicas e atores de parcerias com o poder público, as falas dos Aché também enfatizam o quanto eles querem trabalhar para não precisarem depender de ajuda estatal. Fica evidente que nenhuma ajuda estatal é recusada, mas os Aché de Puerto Barra querem garantir que não dependam de ninguém, que possuam por conta própria recursos para garantir aquilo que pensam ser necessário.

Neste capítulo, apresentei de que maneira teve início a atividade sojeira na aldeia de Puerto Barra, inicialmente com base na percepção de que seus vizinhos não indígenas estavam conseguindo ganhar dinheiro com a agricultura e, mais para a frente, a partir de uma sugestão de ampliação do vizinho Miro Schuster. Felipe Kajagi, Angel Tatugi e Daniel Rytagi são sobretudo as pessoas mencionadas nesses começos da soja na aldeia, a partir do início da década de 1980. Na atualidade, do mesmo modo como em qualquer outra propriedade que cultiva soja, são poucas as pessoas que se envolvem efetivamente no trabalho com este cultígeno em Puerto Barra, boa parte disso em razão da mecanização do trabalho agrícola. Na ocasião de minha experiência de campo, em que pude acompanhar o ciclo da safrinha de soja, o plantio foi organizado e coordenado por Pablo Piragi com o auxílio de outras pessoas, todas mais novas que ele, como Arturo Tatumambiagi. Do mesmo modo como as mesmas pessoas são lembradas pelos Aché quando se fala do início da soja na aldeia, em 2019 as pessoas me indicavam também as mesmas pessoas para falar de quem trabalhava com a soja na atualidade: Pablo, Martin, Daniel e Modesto, sobretudo.

Tanto no passado quanto no presente, o trabalho com a soja acontece por meio dos vínculos de parentesco. Além de Pablo, seu irmão Martin e seu pai Daniel, conforme mencionei acima, são as pessoas que na atualidade se envolvem com a atividade de soja (mesmo que eu não tenha visto Daniel trabalhar com a soja no meu período em campo). No passado, os irmãos Felipe, Angel e Timoteo estavam entre os que organizavam e realizavam a produção sojeira na comunidade, sempre aprendendo com os funcionários do vizinho Miro Schuster. Em 2019, além de Pablo, um jovem

rapaz chamado Arturo Tatumambiagi auxiliou bastante no plantio da safrinha de soja. Veremos no próximo capítulo que o pai de Arturo, Modesto Chuwagi, é uma das pessoas "antigas" que seguem envolvidas com a atividade de soja na aldeia.

A aldeia Aché de Puerto Barra foi fundada em meados da década de 1970 a partir da procura do missionário Rolf Fostervold pelos Aché que viviam na região. Se a motivação inicial era garantir um lugar seguro para os indígenas, o casal Fostervold acabou conduzindo os primeiros passos dos Aché rumo à agricultura de subsistência e posteriormente o caminho para dar início a uma agricultura para a venda. Da mesma maneira como Marta Amoroso sinaliza que os Kaingang e os Kaiowá do aldeamento São Pedro de Alcântara, no século XIX, aprenderam a trabalhar e a comercializar o açúcar e a cachaça, um produto da economia da época, os Aché de Puerto Barra, que até o final da década de 1980 não passavam de 40 pessoas, deram início ao cultivo de soja para a venda, artigo que desde a década de 1970 se tornou o principal item de exportação do Paraguai. Recém-saídos da floresta, onde se mantinham a partir da caça e da coleta, os Aché muito rapidamente envolveram-se com a agricultura voltada ao mercado internacional.

No capítulo seguinte falarei sobre o período da colheita da safrinha de soja em Puerto Barra e a entrega dos grãos na cooperativa que os Aché são associados, chamada COPRONAR. Tanto uma quanto outra atividade foram realizadas por Wanderlei e Silvio, cunhados e vizinhos de terra dos Aché que há aproximadamente quatro anos (no caso de Wanderlei) "prestam serviços" aos indígenas. Estas etapas finais do ciclo da soja foram acompanhadas por Modesto Chuwagi, pai de Arturo Tatumambiagi e irmão de Felipe Kajagi, Angel Tatugi e Timoteo Turugi, nomes profundamente associados aos começos da atividade sojeira e mesmo à prática de agricultura em Puerto Barra de maneira geral.

CAPÍTULO 2 A COLHEITA DE SOJA EM PUERTO BARRA

Após este primeiro período de trabalho de campo, esperava voltar para a aldeia dentro de pouco tempo, mais ou menos dois meses, em maio de 2019. Partindo da informação recebida enquanto eu estava na comunidade de que no período de safrinha o tempo de crescimento da soja é mais curto em razão da menor quantidade de luz e água, pensei que dois meses seriam suficientes, mas não foi o que aconteceu. Neste meio tempo entre o final de março e o início de junho, houve um período de seca que fez com que a quantidade de água necessária à soja fosse ainda mais baixa, seguido de um período de três semanas de chuva, fazendo com que as plantas quase morressem justamente pelo motivo oposto, dessa vez o excesso de água. Nesses meses, enquanto estive entre Foz do Iguaçu e Curitiba, continuei conversando com Pablo Piragi, Bjarne Fostervold e outros amigos da aldeia, que sempre me mantiveram informados sobre o que se passava em Puerto Barra.

Foi na primeira segunda-feira do mês de junho de 2019 que Pablo me ligou várias vezes e conseguiu comunicar que a colheita de soja começaria na quinta-feira daquela semana. Nessa mesma ligação, Pablo contou que Claudio, o agrônomo da COPRONAR, disse que a hora havia chegado e as plantas estavam no tamanho correto para serem colhidas. Este ponto é interessante pois vai ao encontro do que ouvi diversas vezes em campo a respeito do papel que a cooperativa a qual os Aché são associados possui de assessorar os indígenas ao longo da produção de soja. Por "ao longo da produção de soja" entendo tanto o momento da compra das sementes, passando pelo plantio, o crescimento, a colheita e a venda.

Nesse mesmo dia, rapidamente me organizei para no dia seguinte ir para Foz do Iguaçu e chegar o mais rápido à aldeia, a fim de acompanhar o máximo que eu pudesse desta etapa do ciclo da soja. Viajei no sábado pela manhã e no mesmo dia cheguei à comunidade.

2.1 A COLHEITA DE SOJA

"...de Ypetimi no tiene la maquina para plantar, no tiene tractor. Solamente la persona, vecino de Ypetimi, se planta todo, a fumigación. Pero nosotros no tenemos la parte de fumigación, se falta a la comunidad, y tambien cosechadora, scania para levar la semilla... y ese es mi sueno, quiero alcanzar. Cuando yo mire nuestro vecino, estava

plantando la soja, yo mire: será que no va llegar los Aché a ese punto? Yo pienso en esto. Y ahí después chego, ya tenemos la maquina."

(Pablo Piragi, nota de campo, fevereiro de 2019)

Diferentemente do período de plantio da soja, em que as atividades foram inteiramente realizadas por Pablo Piragi e alguns *jovens* como Arturo, Leoncio e José, no período da colheita o serviço foi acompanhado por apenas uma pessoa: Modesto Chuwagi, pai de Arturo Tatumambiagi. Na primeira etapa do trabalho de campo, o nome de Modesto apareceu algumas vezes, especialmente quando eu perguntava a meus interlocutores sobre as pessoas mais velhas que trabalharam ou trabalham com a soja. Mesmo assim, ainda que nome de Modesto tenha sido mencionado, em nenhum momento o vi na aldeia realizando alguma atividade no plantio da safrinha de soja de 2019. Todas as vezes em que me lembro de Modesto Chuwagi ele estava trabalhando em cultivos menores, para consumo, que algumas pessoas de Puerto Barra são responsáveis por desenvolver, como mandioca, melancia e poroto, além do trabalho nos tanques de peixes existentes na aldeia.

Cheguei em Puerto Barra para a colheita de soja pensando que ela se passaria com as mesmas pessoas que conheci na primeira etapa do trabalho de campo, como Pablo Piragi, Martin Airagi e um jovem agricultor brasiguaiio chamado Luis Schorr. Conheci Luis na própria aldeia, no dia em que um boi caiu dentro do buraco de um poço em construção, localizado atrás do novo prédio da escola da comunidade. Luis foi chamado para ajudar a tirar o animal para fora da escavação porque possui um caminhão com um braço hidráulico, algo semelhante a um guindaste. De volta a aldeia, eu esperava por Luis porque ele é filho de Wilson Schorr, vizinho mencionado pelas pessoas diversas vezes, tanto por dar empregos temporários aos Aché em sua fazenda quanto por realizar a colheita em Puerto Barra e o transporte de grãos até a cooperativa. De maneira distinta, quem trabalhou na colheita da soja dos Aché foi outro vizinho, este de nome Wanderlei Lunkes, brasiguaiio nascido na cidade de Toledo, Paraná. No momento oportuno falaremos sobre Wanderlei.

Nesta segunda etapa do trabalho de campo, Pablo Piragi esteve inteiramente envolvido no plantio de aveia - uma planta de inverno - na área da comunidade onde a soja safrinha não foi cultivada. Na seção anterior deste texto contei que no período da safrinha de soja há um rodizio nas áreas de cultivo. Este ano, Pablo plantou aveia nos

120 hectares que estavam até então desigualmente preenchidos de milho e calcário. Os *jovens*, que até aquele momento eu encontrava na aldeia e nos momentos em que as atividades da soja aconteciam, passei a ver somente quando caminhava pela comunidade. Ao mesmo tempo, Martin Airagi, irmão de Pablo e filho de Daniel e Alicia, foi a única pessoa que vi acompanhar Modesto em um dos dias de trabalho. Embora Pablo, Martin e Daniel sejam as pessoas mais associadas a soja em Puerto Barra atualmente, não vi nenhum dos dois últimos participarem de alguma etapa do plantio no primeiro período em campo. Nesta ocasião as coisas também se passaram de maneira distinta.

No mesmo dia em que cheguei na aldeia, após me direcionar ao rio Yñaro para ver se algo se passava do outro lado da margem, onde a colheita devia estar acontecendo, encontrei Martin e Modesto voltando da *roça* mais cedo pois nuvens escuras no céu prenunciavam uma chuva. Para minha surpresa, segundo eles o trabalho de colheita acabaria no dia seguinte, e não na semana seguinte. Deste modo, caso não chovesse, combinei de encontrá-los no outro dia pela manhã para que pudesse acompanhá-los na última jornada de colheita de soja. O local combinado foi o galpão onde o maquinário de propriedade da comunidade é guardado, que também é próximo da casa de Modesto: se algo relacionado a soja fosse acontecer eles deveriam passar por ali.

No outro dia pela ensolarada manhã, apenas Modesto apareceu no local combinado. Rapidamente começamos a caminhar em direção ao rio e chegamos até a balsa. Aproveitei o percurso para conversar com Modesto sobre o início da aldeia, como que a soja começou e como ele mesmo deu início a seu trabalho com a agricultura. Atualmente com 44 anos, Modesto conta que aos 13 começou a trabalhar com seus irmãos, Felipe e Angel. Na atualidade, ele é o encarregado de cuidar dos açudes de peixe existentes em Puerto Barra, onde há uma criação de tilápias para consumo das pessoas da própria aldeia. Falarei mais sobre o assunto no terceiro capítulo deste trabalho.

Após atravessarmos o rio, constatei que o caminho do outro lado da margem estava bastante diferente desde a última vez que passei por aquele local, no final de fevereiro: o mato havia crescido demasiado e estava bastante difícil ver o chão de terra. Tudo isso era indício de duas coisas: poucas pessoas e máquinas passando por ali e

muita chuva nas últimas semanas. Caminhamos alguns poucos minutos até chegarmos na área de plantio, que na ocasião, ao invés de possuir uma coloração amarelada, estava mais puxada para o verde das ervas daninhas e demais plantas que cresceram entre os canteiros de soja.

Como dessa vez fomos até a área da colheita a pé, levamos cerca de trinta e poucos minutos para chegarmos até o lugar em que a máquina estava trabalhando, de maneira bastante silenciosa. No caminho, de fato percebi que a maior parte da soja plantada naquele local já havia sido colhida, vide os destroços das plantas que formavam uma fina camada sobre o chão. Além de nós, nesse local haviam apenas duas outras coisas: um grande caminhão scania branco, com uma lona cobrindo a caçamba, e um trator Case 615 acoplado em uma máquina que mais tarde vim saber que se chama bazuca. Chegamos a esse local e Modesto ficou apenas acompanhando, observando, enquanto eu seguia fazendo minhas perguntas.

Na colheitadeira estava Wanderlei, que ainda não me conhecia. De longe eu intercalava minha atenção entre a máquina e as plantas de soja a minha frente, que tinham por volta de 30 centímetros e uma coloração amarela bem escura. Modesto estava de pé, com as mãos para trás, caminhando entre os canteiros.



Modesto Chuwagie os 110 hectares de soja plantados pelos Aché na safrinha de 2019. Foto: o autor

A máquina se aproximava de nós e novamente se afastava; ia longe, em torno de um quilômetro e meio. Ali eu fiquei sabendo que Wanderlei trabalha com os Aché há cerca de quatro anos, quando os indígenas o procuraram. Inicialmente o vizinho prestou serviço apenas fazendo a aplicação de defensivo nos cultivos, mas já há dois anos também faz a colheita dos grãos no período apropriado. Além disso, é também o brasiguaió a pessoa que transporta o carregamento de soja para a COPRONAR. A partir destas conversas preliminares com Modesto pude mais ou menos saber o que conversar com Wanderlei, como orientar minhas perguntas.

A colheitadeira de Wanderlei - Case 2688 - é uma grande máquina vermelha com um formato relativamente diferente do de um trator comum, pois nela os pneus dianteiros são muito maiores que os pneus traseiros. Conectado à frente da máquina há um equipamento chamado plataforma, que diz respeito a estrutura eléto-mecânica específica para colher um determinado tipo de planta. Para efeito de comparação, a plataforma de colher soja e a plataforma de colher milho são bastante distintas em razão do material que é colhido: no caso da soja, grãos, no caso do milho, espigas. A entrada que a máquina precisa fazer no solo é outra, bem como o movimento para separar o caule e demais partes da planta do que é mais precioso: a semente no caso da primeira e a espiga no caso da segunda. Também, há dois outros itens que me chamaram atenção na colheitadeira: primeiramente há um reservatório na parte de trás da cabine, que é onde os grãos do que está sendo colhido ficam armazenados. Neste depósito há espaço para 10,500 litros de sementes, que em quilos resulta em 7,500. O que separa este reservatório da cabine, obviamente, é uma estrutura de metal, mas há também um resistente vidro que possibilita visualizar o enchimento do tanque. Ligado a este repositório há um braço mecânico em formato de tubo, que retira as sementes do tanque e as deposita em outro local, geralmente o caminhão que fará o transporte dos grãos.



A colheitadeira de Wanderlei. Foto: o autor

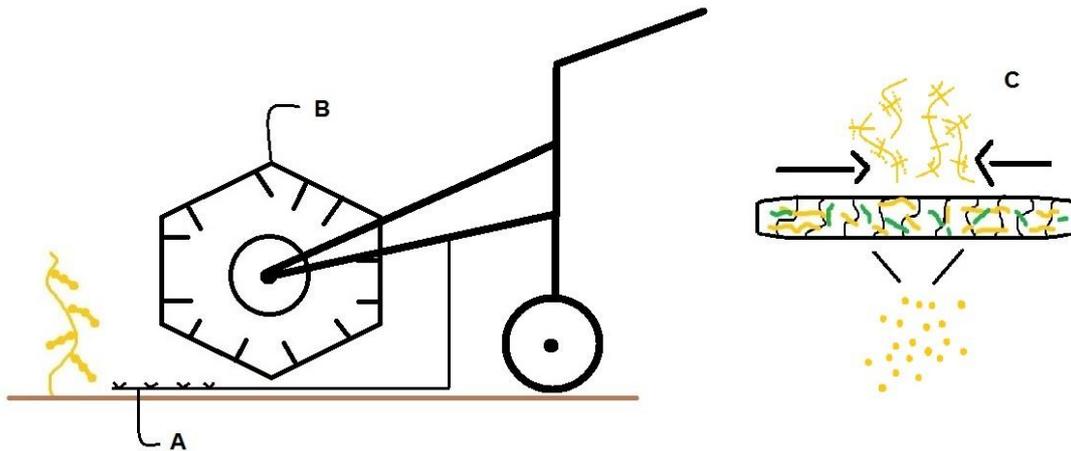
Em uma dessas vezes que a máquina se aproximou, Modesto fez sinal para eu subir e entrar na cabine. Meio sem pensar corri ao lado da colheitadeira, agarrei a escadinha lateral e subi até a plataforma que dá acesso a parte interna do equipamento. Wanderlei abriu a porta e me convidou para sentar, também esticando a mão para me cumprimentar. Me apresentei logo em seguida, dizendo meu nome, o que estava fazendo ali com os Aché e que era um prazer conhecê-lo. Ele, em silêncio, olhava ora para frente, ora para meu rosto. Quando terminei de falar, as primeiras palavras de Wanderlei foram "mas você não é um desses esquerdistas, né, que acha que índio não pode trabalhar e que soja dá câncer?". A despeito da agressividade do enunciado, Wanderlei disse tudo isso com um sorriso no rosto, demonstrando, ao mesmo tempo, uma abertura para conversa e uma dissimulada simpatia pela minha pessoa. O vizinho dos Aché tem 40 anos e nesse dia estava usando camisa polo, calça jeans e bota marrom. No rosto, óculos escuros, pois o sol raiava forte do lado de fora. Conversamos por algumas horas dentro da cabine e pude dimensionar o tamanho da empreitada que é a colheita de soja dos Aché.

O trabalho envolvendo Wanderlei e a soja plantada pelos Aché, como já mencionamos anteriormente, acontece há quatro anos. O vizinho comentou que de início realizava apenas a aplicação periódica dos defensivos nas plantas, mas com o passar dos anos, e com o fim da parceria de trabalho entre os Aché e outros vizinhos, passou também a realizar a colheita. Na sua opinião, faz mais sentido participar de todas

estas etapas, uma vez que esses momentos estão conectados e acontecem em sequência. O valor do trabalho realizado por Wanderlei é calculado a partir da quantidade de hectares colhidos e é pago apenas no final da empreitada, quando as sementes são comercializadas. Na safrinha, o vizinho cobra 45 dólares por hectare colhido, enquanto que no período da safra o valor cobrado sobe para 65 dólares. Para cada aplicação de defensivo, e foram três na safrinha deste ano, 700 dólares são cobrados. Todos os serviços prestados pelo agricultor geram uma nota fiscal, que os Aché incorporam a sua prestação de contas ao Ministério da Fazenda do Paraguai.

De dentro da cabine da colheitadeira, altamente informatizada e bastante distinta da parte interna da semeadeira de propriedade dos Aché, Wanderlei me mostrou o que os painéis e componentes faziam acontecer. Nesse espaço que cabem confortavelmente duas pessoas há apenas um volante, uma espécie de maçaneta ou câmbio, que é por onde se acelera e se controla funções tais quais acionar a plataforma, além de uma tela onde são visualizadas informações como área já colhida (em hectares), área restante, umidade do ar, capacidade do tanque de combustível, capacidade do tanque de armazenamento de sementes e outras informações. No total, a colheitadeira e a plataforma pesam juntas 15 toneladas, peso consideravelmente maior que o da semeadeira.

Na nossa frente a soja foi colhida a uma velocidade média de 7 quilômetros por hora. A plataforma, que possui 25 pés de tamanho, o equivalente a sete metros e sessenta centímetros, separava a semente de soja de todo o resto que não pode ser vendido: caule, folhas e baga. Da mesma maneira que prestei atenção e conversei com meus interlocutores para saber como a semeadeira funcionava, perguntei a Wanderlei o que a colheitadeira concretamente realiza. Primeiramente, há na plataforma uma serra elétrica que funciona de maneira semelhante a um serrote, realizando movimentos de vai e vem. Esta serra é a primeira parte do equipamento plataforma que entra em contato com a soja. Funcionando de maneira rente ao solo, a lâmina corta a planta na base e possibilita que uma segunda parte da plataforma, conhecida como molinete, puxe a planta para dentro do equipamento. O molinete se constitui de barras de ferro soldadas, vazadas, em um formato pentagonal, e seu papel é trazer a planta para dentro de um local chamado caracol, em que um cilindro com raias choca um galho de soja contra o outro. Nesse processo, as sementes são encaminhadas para o tanque de armazenamento e o restante é triturado e direcionado para o descarte, fora da colheitadeira.



a) a serra é a primeira parte da plataforma que entra em contato com a planta. Esta lâmina corta a soja rente ao solo, em sua base;

b) após a planta ser cortada, a segunda parte da plataforma que tem contato com a soja se chama molinete. Ela traz a planta para dentro da plataforma;

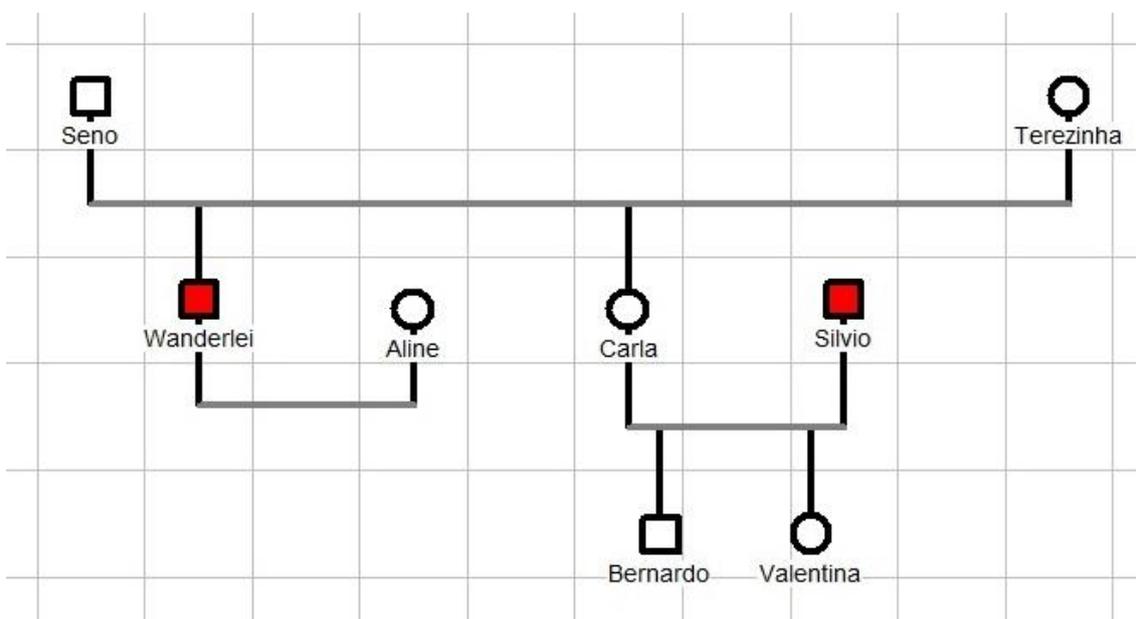
c) após entrar na máquina, as plantas colidem umas nas outras em um cilindro de nome caracol. Para me explicar esta etapa, a palavra empregada por Wanderlei foi "debulhar". No caracol, as plantas de soja são direcionadas para a parte central da plataforma, em que uma esteira separa o que é semente de todo o resto indesejável (caule, folhas, insos...).



O molinete de uma colheitadeira de soja

No dia em que acompanhei a soja sendo colhida, o trabalho de Wanderlei teve início por volta das 11h da manhã. Próximo das 14h ou 15h ele momentaneamente deixou a colheitadeira para ir almoçar na sede de sua propriedade, passando o comando da máquina para seu cunhado, chamado Silvio. Geralmente, Silvio é a pessoa que opera um segundo trator que é conectado a um equipamento chamado bazuca, que possui a função de receber a carga da colheitadeira, evitando que a mesma se desloque ao ponto da plantação onde se encontra um caminhão toda vez que precisar descarregar os grãos, pois isso toma muito tempo. A bazuca, que possui 12 mil litros de capacidade, e a colheitadeira trabalham simultaneamente, e Wanderlei e Silvio se comunicam o dia todo através de um par de walkie-talkies.

Embora a família de Wanderlei seja originária de uma cidade do interior do estado do Paraná, seu pai Seno e sua mãe Therezinha foram morar em Santa Rita no Paraguai há mais de 40 anos, no momento em que outras famílias brasileiras - ou brasiguaias - aproveitaram o baixo preço de grandes lotes de terra em toda a região oriental do Paraguai. Seno e Therezinha tiveram dois filhos, Wanderlei e uma irmã mais novachamada Carla. Wanderlei se casou com Aline, natural de Santa Rita (de família brasileira), e Carla se casou com Silvio, também brasileiro, mas natural de Cascavel, que se localiza a 150 km de Ciudad del Este.



Silvio e Carla moraram em Cascavel durante muitos anos. Recentemente, após Carla encerrar a graduação em agronomia, ela, o esposo e os dois filhos voltaram para Santa Rita respondendo a um chamado de trabalho da família. Silvio conta que quando

foram para Cascavel, Seno, pai de Carla, auxiliou Silvio com a compra de uma relojoeira e Carla com as mensalidades da graduação. Graças a ajuda da família de Carla, portanto, os seis anos que Silvio e a esposa ficaram em Cascavel foram bons. Ao final deste período, após o apelo da família, Silvio sinaliza que ficou difícil recusar o retorno. Desse modo, enquanto Carla trabalha com a parte agrônômica, Wanderlei e Silvio, além de uma terceira pessoa, funcionária, realizam as atividades de plantio, colheita e transporte, tanto de soja quanto de milho. Tudo acontece em família.

Durante todo esse dia em que a colheita aconteceu, Modesto Chuwagi ficou próximo ao caminhão branco que encontramos logo que chegamos ao local em que a colheita estava acontecendo. Lembrando do que presenciei na primeira etapa de trabalho de campo, em que os Aché realizaram toda a atividade de plantio, fiquei pensativo em relação ao papel exercido pelos indígenas no momento da colheita, que é feita por outras pessoas (que são pagas) e de alguma maneira coloca os Aché totalmente de lado. Nesse dia, inicialmente o próprio Wanderlei descarregava a carga da colheitadeira no caminhão, mas depois das 16h Silvio passou a trabalhar junto e a realizar esta atividade. Modesto passou a auxiliar Silvio quando este começou a encher os grandes sacos de 700 quilos, usados para armazenar sementes. Para que a bolsa possa receber os grãos é preciso que alguém, de dentro da caçamba do caminhão, abra a boca do recipiente: era essa a tarefa de Modesto. De resto, sua incumbência nesta etapa da colheita era a de acompanhar o trabalho de Wanderlei, ou "monitorar", como ele disse. Segundo Wanderlei, Claudio, o agrônomo da COPRONAR é consultado sempre que uma situação adversa acontece, pois se algo der errado, pelo menos ele seguiu a ordem de alguém que está em melhores condições de avaliar as situações.

De uma perspectiva de longe e de fora, talvez fosse possível compreender esta "pouca participação" na colheita como uma situação desigual para os Aché, afinal eles supostamente não possuem controle sobre parte da produção de soja. Ouvi diferentes pessoas falando sobre o desejo de comprar as máquinas que a comunidade não possui, como a colheitadeira e o caminhão, evitando o custo de pagar para alguém realizar algo que é indispensável. Estes comentários sugerem que esta situação não é inteiramente confortável para os Aché. No entanto, contrapondo o caso dos Aché de Puerto Barra em relação a situação que ocorre na aldeia Aché de Ypetimi, localizada no departamento de Caazapá, torna-se possível avaliar este cenário de outra maneira. Em Ypetimi, parte do território é "arrendado" (o termo usado pelos Aché é "alquilado") a brasiguaios que

usam a área para plantar soja. A aldeia possui 1000 hectares de tamanho e 600 hectares estão em posse dos brasileiros. Certa vez toquei nesse assunto³¹ com Pablo, que ficou bastante envergonhado, e disse somente que "na opinião dele" seria melhor que os próprios Aché trabalhassem em seu território.

Já citamos o artigo 17 do Estatuto de las Comunidades Indígenas do Paraguai para falar da impossibilidade de usar a terra indígena como garantia em compras e financiamentos. Nesse mesmo artigo, em trecho para o qual até agora não dei destaque, está escrito que a terra indígena não pode ser arrendada ou alugada para terceiros.

"La adjudicación de tierras fiscales a las comunidades indígenas se hará en forma gratuita e indivisa. La fracción no podrá ser embargada, enajenada, *arrendada a terceros*, prescripta ni comprometida en garantía real de crédito alguno, en todo o en parte." (Paraguai, 1981)

Na colheita da safrinha de 2019, tanto os Aché quanto Wanderlei guardaram uma quantidade de sementes para serem plantadas na próxima safra. Conforme já registramos, o mesmo aconteceu no último período de plantio principal, em que sementes foram guardadas da safrinha do ano anterior. Ao final deste dia de colheita, mais de 10 sacos foram preenchidos. Dois ficaram com Wanderlei e o restante ficou com os Aché. Devido a chuva e a outros fatores, de acordo com Wanderlei, a safrinha deste ano, como a safra 2018/2019, não rendeu o esperado. Em média, na região onde se localiza Puerto Barra, colhe-se entre 1800 a 2500 quilos de soja por hectare durante a safrinha, diferentemente dos 1000 quilos por hectare que em média foram colhidos no ano de 2019.

Em anos passados, pelo menos dois outros vizinhos trabalharam com os Aché na atividade de soja. Primeiramente Miro Schuster e depois Wilson Schorr, pai de Luis Carlos. Ouvi muitas vezes na aldeia - de pessoas não indígenas - que "é preciso ter bastante paciência com os Aché", pois eles "tem um tempo próprio, uma própria maneira de fazer as coisas". Mais tarde, percebi que o que as pessoas estavam me sugerindo é que os Aché possuem dificuldades em proceder da mesma maneira que pessoas não indígenas em algumas atividades. Como exemplo, as pessoas me contavam anedotas sobre a falta de pontualidade no horário dos cultos religiosos, ou então o não planejamento de alguma atividade de trabalho que é imprescindível. Em certo sentido, esta observação também se relaciona ao trabalho com a soja.

³¹ Segundo um interlocutor não indígena, contratos são assinados para firmar estes arrendamentos.

Quando o vizinho Miro ficou doente e se afastou de vez dos negócios de sua família, seu filho Paulo Neimar foi quem ficou no lugar para trabalhar com os Aché. A princípio os serviços conjuntos continuaram, mas a partir de um momento Paulo Neimar teve dificuldades em trabalhar com os Aché devido a "problemas de organização". Na ocasião em que fiquei sabendo dessa história, Cesar, um dos professores não indígenas da escola, apontou que Miro teve mais facilidades em trabalhar com os Aché pois é uma pessoa mais velha, de um outro tempo, ao passo que seu filho teve dificuldades pois estava tentando trabalhar de uma maneira mais "empresarial".

Quando perguntei a Wanderlei sobre como é trabalhar com os Aché, tendo esses comentários na cabeça, o vizinho teceu elogios aos indígenas, descrevendo-os como pessoas que são honestas e muito amáveis. Ao mesmo tempo, insinuou que os Aché são um "povo primitivo" e que a "transição à nossa sociedade não está 100% realizada", uma vez que, em relação a algumas atividades, "os Aché precisam sempre ser lembrados, um pouco puxados, ano após ano". Para ilustrar o que estava dizendo, para me fazer compreender seu ponto, Wanderlei disse que algumas coisas na *roça* podiam estar melhor, como o controle de ervas e inços, além da retirada de alguns objetos do solo que podem danificar a colheitadeira, como pedras e raízes. Também, algumas partes da área de plantio de soja simplesmente não receberam sementes, o que segundo ele é descuido das pessoas que ficam na parte de trás da semadeira verificando se tudo está correndo bem. Na compreensão de Wanderlei, orientada pelo assimilacionismo, este conjunto de situações é indício de que o caminho dos Aché rumo a "civilização" *ainda* não está completo, como se um dia ele fosse se realizar plenamente.

As falas e opiniões do vizinho se aproximam bastante das concepções que orientam tanto o Estado brasileiro quanto o paraguaio no que se refere às populações indígenas que vivem dentro de seus territórios. Ao tematizar o caráter assimilacionista da política indigenista brasileira, que possuía como mote a emancipação dos indígenas através do trabalho, Eduardo Viveiros de Castro registra que:

"[...] a filosofia da legislação brasileira era justamente essa: todos os índios "ainda" eram índios, no sentido de que um dia iriam, porque deviam, deixar de sê-lo. Mesmo os que estavam nus no mato, com seus proverbiais cocares de plumas, seus colares de contas, seus arcos, flechas, bordunas e zarabatanas, os índios com "contato intermitente" ou os "isolados" – mesmo esses ainda eram índios. Apenas ainda; ou seja, ainda, apenas, porque ainda não eram não-índios. O objetivo da política indigenista de Estado era gerenciar (e, por que não?, acelerar) um movimento visto como inexorável (e, por que não?, desejável): o célebre "processo histórico"."

(Viveiros de Castro, 2008, p. 137)

Os apontamentos de Viveiros de Castro se referem tanto ao SPI, fundado no começo do século XX, quanto a FUNAI, que a partir de 1967 assumiu a responsabilidade institucional pelos grupos indígenas brasileiros. No Paraguai, argumenta Miguel Chase Sardi (2001, p. 47), a mentalidade da "geração dos 1900" (definida por ele como os intelectuais que guiaram *as leis e a cultura paraguaia* nos primeiros três quartos do século XX) era a de incorporar os indígenas a civilização mediante a desindianização, isto é, descaracterizá-los. Na segunda metade do século, por sua vez, quando da oficialização do Estatuto de las Comunidades Indígenas e da criação do INDI, ainda com Chase Sardi, houve uma funesta inspiração na brasileira FUNAI (2001, p. 50), que o autor define como verticalizada e garantidora de pouco espaço de representação dos povos indígenas e associações indigenistas.

O vizinho Wanderlei, embora tenha alguns anos de relação com os Aché e saiba que eles moram em aldeia, falam a língua nativa e vivem de uma maneira muito distinta da sua, ainda tem dificuldades em enxergá-los como *indígenas que plantam soja*, e não como *ex-indígenas rumo a se tornar camponeses paraguaios, agricultores pobres* ou coisa assim. Essas são as suas ideias porque estes são os princípios que há séculos orientam as ações dos Estados brasileiro e paraguaio, guardadas as singularidades históricas de cada país.

Naquele mesmo dia, a colheita terminou por volta das 20h, após toda a área de 110 hectares ter sido inteiramente percorrida. Como o caminhão que armazenava as bolsas de sementes já estava completo, Wanderlei descarregou o último tanque da colheitadeira direto no veículo destinado a carregar as sementes até a cooperativa. Para realizar este procedimento é necessário que uma pessoa suba na caçamba do caminhão e oriente a pessoa que está na colheitadeira para que descarregue os grãos de maneira semelhante ao longo de toda a carroceria, para facilitar o transporte e poupar o sobrepeso em um dos eixos ou pneus. Modesto e Silvio ajudaram Wanderlei nesta tarefa, enquanto eu continuava dentro da cabine, registrando o que se passava.

Independentemente do transporte até a cooperativa não ter acontecido naquele mesmo dia, era necessário cobrir a carroceria do caminhão com lona. Modesto, Wanderlei, Silvio e eu esticamos a lona ao longo de toda a caçamba e amarramos as cordas de maneira que o tecido sintético ficasse bastante esticado, revelando o formato abaulado das vigas de metal que existem em cima do veículo. O ambiente era de total

escuridão, pois apenas a luz da colheitadeira estava ligada nesse momento. Todos estávamos cansados, com fome, mas ainda era necessário conversar sobre o dia seguinte, quando as sementes seriam finalmente entregues na cooperativa.

Enquanto as últimas carreiras de soja eram colhidas, Wanderlei se adiantou e conversou com Claudio pelo celular. Ficou decidido que no dia seguinte, bastante cedo, todos nos encontraríamos na área de plantio para levar o caminhão até a cooperativa. A presença de Claudio no local era também necessária para confirmar se as sementes que seriam armazenadas estavam em boa qualidade para serem plantadas na safra seguinte, pois caso não estivessem elas também seriam levadas para a COPRONAR para serem vendidas.

Nos despedimos de maneira breve, uma vez que em pouco tempo nos veríamos. Wanderlei e Silvio foram para a sede da propriedade e Modesto e eu demos início ao nosso retorno. Nesse caminho de volta, Modesto sugeriu que eu deveria conversar com Geronimo Tatugi, que é a pessoa que cuida da parte de "contabilidade" da aldeia de Puerto Barra, pois ele seria a pessoa que acompanharia Wanderlei na cooperativa. Sugeri que fossemos conversar com Geronimo juntos, pois seria mais fácil de nos organizarmos se Modesto estivesse presente. Chegando na aldeia, imediatamente fomos a casa de Geronimo. Modesto chegou na frente, me pediu para esperar e entrou na residência (geralmente não sou convidado a entrar na casa das pessoas). Pouco tempo depois voltou acompanhado de Geronimo, que não estava por dentro da situação. Após conversarmos, eu falando algumas coisas em espanhol e Modesto dialogando com ele em Aché, ficou decidido que o próprio Modesto acompanharia Wanderlei na COPRONAR, pois na manhã seguinte Geronimo tinha planos de ir a cidade de Santa Rita acertar algumas contas da comunidade.

2.2 DE PUERTO BARRA À COPRONAR

Ficou combinado com Wanderlei que no dia seguinte por volta de 7:30 nos encontraríamos na divisa das terras, onde estava o caminhão scania branco carregado com as sementes. Modesto e eu nos encontramos em frente a sua casa pouco antes desse horário e iniciamos o percurso em direção ao rio Yñaro. Após atravessarmos com a balsa e caminharmos por volta de 30 minutos, vimos o caminhão coberto com a lona, mas não encontramos nem Wanderlei nem Silvio. Modesto sugeriu que fossemos à sede

da propriedade da família de Wanderlei, que ficava a 20 minutos de caminhada dali, atrás de um paredão de eucaliptos.

Chegamos no local por uma estrada de terra. No terreno há duas casas e um grande galpão para as máquinas. A casa maior é da família de Wanderlei e a menor é a casa em que reside o caseiro da propriedade. De longe avistamos Silvio limpando a colheitadeira com um compressor de ar, coisa que, como no caso da semeadeira, precisa ser feita logo após o fim de cada colheita. Poucos após nos encontrarmos com Silvio, Wanderlei apareceu falando no telefone com Claudio, que comunicava que não iria até a fazenda. A avaliação das sementes armazenadas para o plantio foi realizada a partir de uma foto enviada no aplicativo whats app.



Modesto Chuwagi, o trator e a bazuca. Foto: o autor

Desta maneira, após a questão das sementes ter sido resolvida, Silvio nos levou de carro até a área de plantio onde estava o caminhão. Dali Wanderlei assumiu o volante e saímos em direção a COPRONAR, que fica na cidade de Naranjal, a aproximadamente 30 quilômetros de onde estávamos. O caminhão é do ano de 2009 e tem capacidade para carregar 31 toneladas. Até então não sabíamos quanto de carga havia no veículo, mas era possível notar que ele não estava completamente cheio pois as sementes de soja não eram vistas do solo.

Do ponto onde estávamos até a COPRONAR levou cerca de 30 minutos, variando entre estrada de terra, paralelepípedo e asfalto. Saímos pelo outro lado da

aldeia, passando por duas diferentes cidades: Iruña e San Cristobal. A cooperativa fica na rodovia que dá acesso a uma terceira municipalidade, que é Naranjal. Quando chegamos a COPRONAR, Wanderlei parou o caminhão na porta de entrada e desceu para iniciar a abertura da lona que cobria a caçamba. Subimos todos carroceria e ponto a ponto os ganchos laterais foram desatados, dali de cima sim possibilitando que os grãos pudessem ser vistos. Wanderlei desceu, entrou novamente no caminhão, o colocou dentro do pátio da cooperativa e o emparelhou ao lado de uma plataforma de metal de cor verde, de aproximadamente três metros de altura (a altura do caminhão). É a partir desse andaime que a pessoa responsável por receber as cargas na cooperativa sobe na carroceria do caminhão para coletar amostras da carga e realizar as análises de umidade, impureza, tamanho médio dos grãos e outras informações.

O funcionário que realizou esta operação no caminhão chegou com dois baldes pretos, um dentro do outro. Pensei que a coleta fosse ser realizada com as próprias mãos ou mesmo com o balde, um pouco de qualquer jeito. Contrariamente, o recolhimento das amostras foi realizado com um aparelho semelhante a um cano de metal de quase dois metros de tamanho. O instrumento possui diversas aberturas laterais, espaçadas umas das outras por aproximadamente 10 centímetros. Cada fresta é controlada por um maçaneta em formato de cruz posicionada na extremidade da ferramenta. O lado oposto do instrumento possui formato pontiagudo para facilitar que o cano de metal seja espetado em diversas partes do amontoado de sementes. Estas aberturas laterais serão abertas em momentos diferentes, fazendo com que os grãos de distintos níveis da carga sejam coletados, uns localizados mais em cima, outros mais ao meio e outros ainda no fundo do carroceria.



Quando um caminhão chega na cooperativa para descarregar, esta é a primeira etapa. Todo o processo de coleta das amostras leva cerca de 10 minutos, e o passo seguinte é o da pesagem do caminhão. Esta é a primeira de duas pesagens que acontecem, uma no começo e outra no final, após o caminhão descarregar a carga. A balança que faz a medição fica a apenas alguns metros para frente da plataforma de

coleta de amostras. Ao lado desta balança há uma construção de material com duas ou mais pessoas dentro, responsáveis por registrar o peso do caminhão no nome da pessoa que o está conduzindo. É neste local, uma espécie de escritório, que as sementes são rapidamente analisadas, tanto por máquinas quanto por pessoas treinadas. Após a análise do material, uma projeção estatística é feita para toda a carga. Se em um quilo de sementes coletadas haviam X por cento de impurezas, estende-se proporcionalmente este dado para todo o carregamento: o mesmo vale para outras informações, como a umidade.

O peso do caminhão conduzido por Wanderlei foi de 44 mil e 110 quilos. Toda o processo de análise do material e pesagem do caminhão é informatizado. Na sequência, o caminhão é direcionado para um das áreas de descarga de sementes, em um dos galpões que ficam ao redor de grandes silos. São nesses galpões de descarga, chamados de *tolvas*, que as sementes são despejadas, secadas e enviadas para os silos. É ali que tudo acontece e é dali que as sementes saem prontas para ir para os caminhões que as levarão ao porto. Dentro de uma tolva é possível ter dimensão do quão grande e complexo é um silo por dentro. Um caminhão fica pequeno próximo a toda aquela estrutura de tubos, cabos e botões. O espaço é grande por dentro, podendo dar abrigo a várias pessoas e pelo menos 2 caminhões. O chão é parte de cimento e parte de grades de metal, que ficam sobre um espécie de fosso, chamada *muega*.

O caminhão de Wanderlei foi encaminhado para um tolva e a maneira como as sementes foram despejadas é bastante específica. Há dois modos de descarregar os grãos, pelo que vi no silo: um deles é abrir um buraco que há na carroceria do caminhão e deixar que as sementes saiam por ali, por baixo. Outra maneira é levantar a caçamba do caminhão e fazer com que as sementes escorram pela parte de trás da carroceria. O caminhão de Wanderlei foi descarregado da primeira maneira. Abriu-se o buraco na carroceria e as sementes começaram a cair na *muega*. Nesse momento, vários grãos ficaram acumulados no chão em razão do grande volume de material. Por este motivo, dois funcionários da cooperativa estavam com vassouras nas mãos "varrendo" as sementes de soja que caíam do caminhão de Wanderlei, ajudando-as a entrar na *muega*. Estes dois empregados usavam capacete - acessório indispensável aos que trabalham no silo - e máscaras, dessas brancas utilizadas por profissionais de saúde.

Da muela, as sementes são encaminhadas para dois diferentes locais, a depender do critério de umidade: caso estejam úmidas, algo igual ou acima de 16% para o caso da soja, os grãos precisam ir para uma máquina de secagem, que as aquece entre 80 e 100 graus celsius por aproximadamente uma hora. Caso a taxa de umidade esteja igual ou menor a 14%, as sementes são conduzidas diretamente aos silos. A soja plantada pelos Aché e colhida por Wanderlei estava com uma alta taxa de umidade, o que fez com que ela fosse para o equipamento de secagem. O enorme aparelho de cor vermelha fica ao lado das muelas e recebe as sementes através de um elevador que é controlado de dentro de uma *sala de máquinas*, repleta de cabos, botões, relatórios e capacetes. A pessoa que opera estas máquinas é chamada de *maquinista* e, neste dia, quem me apresentou a maneira como o silo funciona, de maneira muito breve e enquanto tudo acontecia, foi um rapaz brasileiro que vive no Paraguai há 18 anos.

A carga completa foi descarregada em 15 ou 20 minutos. Após agradecer e dar gorjeta as pessoas que realizaram o trabalho, Wanderlei saiu da tuelva e direcionou o caminhão para a balança localizada no início do terreno da cooperativa, a fim de realizar a segunda e última pesagem. Desta vez o equipamento marcou 16,960 quilos, gerando um relatório impresso chamado "boleto de recepção de entrada de produto". Cerca de 27,170 quilos de soja foram descarregados. Desde que havíamos saído da primeira pesagem, esta foi a primeira vez que revi Modesto, que não acompanhou a descarga do caminhão.

O boleto de recepção de entrada de produto é feito de papel branco, desses de nota fiscal, furados na lateral. Tem o tamanho de meia folha sulfite e veio em nome de "Comunidad indígena Aché Puerto Barra Tapy". Contendo dois espaços de assinatura, para minha surpresa um deles era no nome do funcionário da cooperativa que recebeu a carga e o outro no nome do "chofer" do veículo, que era Wanderlei. O documento, portanto, foi assinado por Wanderlei, e não por Modesto, ainda que a carga tenha sido recebida como sendo da "comunidade aché" de Puerto Barra. Wanderlei assinou o boleto e o entregou a Modesto, que o dobrou e guardou no bolso de sua camisa.

Neste documento estão discriminadas diversas informações: o peso do caminhão na primeira pesagem, o peso do caminhão na segunda pesagem, a diferença entre esses valores; a taxa de umidade e impureza da carga e a porcentagem de grãos estragados ou

quebrados. Todos esses dados são importantes pois serão proporcionalmente descontados do valor pago pela carga pela cooperativa.

COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROP. NARANJAL LTDA. (518) 504 COMERCIAL SOCIOS

COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROP. NARANJAL LTDA.
Cooperativa de Producción Agrícola Naranjal Limitada
Instituto Registral y Catastral de 1992
Instituto Registral y Catastral de 1992
CONSERVACIÓN DE PRODUCTOS DE ALTA CALIDAD
CONSERVACIÓN DE PRODUCTOS DE ALTA CALIDAD
CONSERVACIÓN DE PRODUCTOS DE ALTA CALIDAD

Casa Central: Calle 40, No. 100, San Pedro de Macoris, Santo Domingo, República Dominicana. Tel: (809) 232 844 / (809) 232 844 / (809) 232 844
Tel: (809) 232 844 / (809) 232 844 / (809) 232 844
Tel: (809) 232 844 / (809) 232 844 / (809) 232 844

Boleta de Recepción Entrada de Producto (Silo Central)
0216307/067245

10 JUNIO 2019
CENTRAL COPRONAR
(261) COMUNIDAD INDIGENA ACHÉ PUERTO BARRA TAPY

44.120 10/06/2019 10:08:57
16.750 10/06/2019 10:56:45
27.370

DESCRIPCIÓN	% -DESC.	PESO	571
1-HUMEDAD	15,40	02,10	516
2-IMPUREZAS	02,50	01,50	0
4-DAÑADO	00,00	00,00	0
7-PEQUENOS	00,00	00,00	0
5-PARTIDOS	00,00	00,00	0
3-CALCULADOS	00,00	00,00	0

El cliente arriba identificado, manifiesta el conocimiento y la concordancia de los criterios de recibimiento y comercialización de la Empresa. El cliente autoriza a COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROP. NARANJAL LTDA a disponer libremente de los productos entregados y depositados para cumplir con sus compromisos de exportación, industrialización y/o venta en el mercado, asimismo por COOPERATIVA DE PRODUCCIÓN AGROP. NARANJAL LTDA a los terceros.
....NO ES VALIDO COMO COMPROBANTE DE VENTA:....

CONFIRMA CHIEFER: WANDERLEI LUMENES

1.067
24-
OPERADOR: JOAO CARLOS DIEZENA

TECNOLOGIA DECLARADA Y DECLARADO
RESULTADO DEL ANALISIS HERBATIVO
TOTAL DESC.
PESO FINAL

Boleto de recepção de entrada de produto. Foto: o autor

Há algo que até agora não comentei, mas que acredito ser de extrema importância para esta pesquisa. Durante a primeira etapa de trabalho de campo eu pude conviver bastante com os Aché, afinal são eles quem plantam a soja existente na comunidade. Eles possuem os grãos, as máquinas e realizam todo o trabalho. Mas nesta segunda etapa, em que vim acompanhar a colheita, acho que posso dizer que passei pouco tempo com os Aché ou, se passei, foi menos tempo que da primeira vez. Concomitantemente, acompanhei Wanderlei durante dois dias, que foram os da colheita e do descarregamento na cooperativa. Este fato ilustra muito bem pelo menos duas coisas: que as populações indígenas, sobretudo as da região sul do Brasil, do Paraguai, da Argentina e do Uruguai convivem intensamente com os não indígenas de seu entorno. Ainda que não existam pessoas não indígenas vivendo em Puerto Barra além da família Fostervold e dos professores, os vizinhos estão na região de Puerto Barra há muito tempo, desde antes do tempo do contato. Não há como pensar os Aché de Puerto Barra desconsiderando as pessoas que vivem nas cercanias da aldeia. Os Aché circulam por toda a região há muitos anos.

Um segundo ponto que não é menos importante diz respeito ao tema de minha pesquisa, a produção de soja por parte dos Aché aqui da comunidade. Como pensar que

um cultivo como a soja aconteça sem a presença de pessoas não indígenas? Em algum lugar isso pode até acontecer (ainda que eu duvide), mas entre os Aché de Puerto Barra esse definitivamente não é o caso. Em resumo, a presença de não indígenas deve ser considerada de saída quando se trabalha com um povo indígena do sul, ainda mais no caso de uma pesquisa cuja tema é a produção de soja. Os Aché são os únicos indígenas associados a COPRONAR. Lá compram suas sementes, buscam combustível e manutenção para suas máquinas e escoam sua produção.

Ao longo deste capítulo vimos que tanto a aplicação dos defensivos agrícolas no decorrer do crescimento dos cultivos quanto a colheita e o transporte da soja plantada pelos Aché foi realizada pelo vizinho Wanderlei Lunkes e seu cunhado Silvio, ambos também agricultores da soja e do milho. Como no caso da atividade agrícola entre os Aché, em que os vínculos de parentesco estão presentes, as tarefas realizadas por Wanderlei e Silvio dão conta de praticamente a totalidade das atividades, tanto quando trabalham em sua própria propriedade quando se dedicam as atividades na terra indígena dos Aché.

De maneira diferente a etapa do plantio de soja, no entanto, em que Pablo e outras pessoas assumem a tarefa de semear os grãos, nas fases seguintes a participação dos indígenas é bastante reduzida, se resumindo a estar presente na realização das atividades. Na safrinha de soja de 2019, a colheita dos grãos e o transporte até a cooperativa COPRONAR foi acompanhada por Modesto Chuwagi, pai de Arturo Tatunambiagi, que participou do plantio, e irmão de Felipe Kajagi, Angel Tatugi e Timoteo Turugi, pioneiros da atividade sojeira na aldeia. Martin Airagi, irmão de Pablo Piragi e filho de Daniel Rytagi, também esteve junto de Modesto nos primeiros dias de colheita.

No próximo capítulo apresentarei de que maneira os recursos advindos da venda da soja retornam para a aldeia sobretudo sob a forma de alimento e assistências de maneira geral, como para a realização de festas, a compra de medicamentos ou o acerto de algum procedimento hospitalar necessário. Além de serem poucas pessoas, quem trabalha com a atividade sojeira na aldeia não recebe nenhum salário, o que faz com que especialmente os homens busquem ocupações temporárias fora da comunidade para contribuírem com as despesas de suas famílias. Na sequência, em uma segunda parte do capítulo, falarei brevemente sobre outras atividades existentes em Puerto Barra, como a

produção de mel e a criação de tilápias em açúdes. Coordenadas por pessoas diferentes, nem uma nem outra dessas produções são inicialmente realizadas para a venda, mas para o consumo das próprias pessoas de Puerto Barra, embora um pequeno excedente de mel seja comercializado. Para finalizar, faço uma reflexão sobre a dispersão dos recursos advindos da venda de soja em Puerto Barra. Se entre os vizinhos dos Aché o cultivo da soja permite a concentração de renda entre os familiares, entre os próprios Aché os recursos oriundos da produção extrapolam as famílias que mais diretamente estão envolvidas nos trabalhos e chegam a toda a comunidade.

CAPÍTULO 3 A SOJA DISTRIBUÍDA: ALIMENTAÇÃO, TRABALHO E OUTRAS PRODUÇÕES

Nos capítulos anteriores, apresentei de que maneira acontece uma das duas produções anuais de soja em Puerto Barra, a denominada safrinha. Constatamos que são algumas poucas pessoas que se envolvem direta e diariamente com as atividades de plantio, manutenção e colheita dos grãos. Na etapa do plantio, vimos que Pablo Piragi, Arturo Tatunambiagi e cerca de dez outras pessoas auxiliaram no trabalho. No momento da colheita, apenas Martin Airagi e Modesto Chuwagi se relacionaram com Wanderlei, especialmente Modesto. Deste modo, ficou evidente que mais que uma produção comunitária, no sentido de um trabalho coletivo em que todos participam, o que é comunitário em Puerto Barra é a apropriação e distribuição dos recursos advindos da venda da soja, realizada na cooperativa no momento da entrega dos grãos. Neste capítulo, falarei sobre como o dinheiro proveniente da soja retorna para a aldeia de Puerto Barra como alimento, acesso a saúde e medicamentos. Para tratarmos destes temas, falaremos também sobre as maneiras que as pessoas obtêm recursos na aldeia, sobre os modos de trabalho na comunidade e fora dela.

Em um segundo momento do capítulo, vou apresentar brevemente outras duas realizações dos moradores de Puerto Barra, como a piscicultura de tilápia e as caixas com abelhas para a produção de mel. Apesar de não fornecerem peixes e mel ao longo de todo o ano, quando dão resultado estas produções são distribuídas a todos da aldeia. Em anos anteriores, Puerto Barra chegou a possuir aproximadamente 60 cabeças de vaca para a produção e venda de leite, queijo e iogurte, este último apenas para consumo dos próprios moradores. Aos poucos, segundo o interlocutor Francisco Kandepiapegi, os animais foram envelhecendo, pouco a pouco sendo abatidos para o consumo. Em 2019, ao longo dos períodos em campo a aldeia não possuía nenhuma vaca de propriedade coletiva, apesar de ter sido iniciada a construção de um curral. Quanto aos porcos, em dezembro de 2019 os primeiros animais estavam prestes a chegar.

O cultivo de soja em Puerto Barra teve início, conforme apresentei no primeiro capítulo, de um encontro entre pelo menos dois elementos. Primeramente o plantio de algodão realizado na comunidade custou muito caro e não rendeu economicamente o esperado. Ao mesmo tempo, a partir dos anos 1970 a região oriental do Paraguai passou

a ser ocupada por migrantes brasileiros, que compraram terras e deram início ao cultivo, sobretudo, de soja. Fruto da observação e de conversas com os produtores vizinhos, no início dos anos 1980 os Aché perceberam³² que era soja que deveriam plantar para conseguir dinheiro.

Quando pergunto aos Aché o que foi que eles primeiro compraram com os recursos advindos da venda da soja, a maioria fala sobre as mesmas coisas: alimentos e algo que podemos chamar de *bens de consumo*. Timoteo Turugi conta sobre o aumento da área de cultivo e da entrada de recursos, nos anos 1980, da seguinte maneira:

"...ai começa mas grande, 2 hectarias, 5 hectarias, 10 hectares y ai nosotros ja conece recursos, plata... y compramo chapa [para] la casa de comunidad. Ai ja sabe plata, chapa, sapato, campera, perfume, shampoo para la señora..."

(Timoteo Turugi, nota de campo, março de 2019)

Daniel Rytagi relata que após realizarem a venda da primeira produção de soja os Aché compraram alimentos, agasalhos, sapatos e medicamentos. Neste período, nos anos 1980, foram as vendas de milho, soja e erva mate que garantiram a entrada de recursos na comunidade. Passados muitos anos, ainda hoje é sobretudo a venda de soja, em dois momentos do ano, que garante que a comunidade continue mantendo parte de suas atividades. Além deste grão, também são comercializadas pequenas quantidades de milho, erva mate e mel, sendo também estes recursos apropriados coletivamente. Em anos anteriores havia em Puerto Barra a criação de vacas e porcos, que eram desenvolvidas, no primeiro caso, para a venda e o consumo de leite e, no segundo caso, para a produção de banha e carne para o consumo interno. Nenhuma dessas outras produções, no entanto, arrecadava ou arrecada tanto quanto a venda da soja, pois a quantidade em que cada uma é desenvolvida é bastante menor.

De acordo com meus interlocutores, são as *lideranças* de Puerto Barra, os cinco *caciques* eleitos em assembleia, que *administram* ou *manejan* o dinheiro da comunidade. Essas lideranças foram eleitas em fevereiro de 2019 e algumas foram

³² Acredito que os missionários em Puerto Barra contribuíram mais em relação a organização dos trabalhos do que em relação a escolha da soja; isto é, não acho que a ideia de plantar soja veio unicamente da cabeça dos missionários.

substituídas ao longo do mesmo ano. No início de 2019 os caciques de Puerto Barra eram:

- Irma Mbewyragi (esposa de J. Anegui);
- Lorenzo Puapirangi (filho de Lorenzo Krachogi);
- Emiliano Takuangi (filho de Hugo Eiragi, um dos responsáveis pela agricultura de consumo);
- Ricardo Minogi (envolvido em diversas atividades);
- Celica Tyjangui (esta, irmã de P. Piragi e M. Airagi, e filha de Daniel Rytagi) ;
- D. Rytagi (trabalha com soja, pai de Pablo, Martin e Celica).

Em junho de 2019, quando fui para campo pela segunda vez, Irma Mbewyragi havia deixado de ser cacique em razão de uma gravidez e o cacique passou a ser Lorenzo Puapirangi. Em dezembro do mesmo ano, ocasião da última etapa do trabalho de campo, os caciques novamente mudaram e passaram a ser as seguintes pessoas:

- Emiliano Takuangi (filho de Hugo Eiragi);
- Célica Tayjagi (filha de Daniel Rytagi);
- Hugo Eiragi (pai de Emiliano);
- Ricardo Minogi (envolvido em diversas atividades);
- Alejo Baipukugi (trabalha com com a agricultura de consumo).

A ordem que estes nomes foram apresentados também revela a posição que cada pessoa ocupa na hierarquia das lideranças. Há o primeiro cacique, o segundo cacique e assim por diante. Essas cinco lideranças, mas sobretudo as duas primeiras, são as que *manejam* tudo, segundo contam as pessoas. Quando alguém de mais idade precisa de atendimento médico, fala-se com as lideranças para providenciar um automóvel e o destino de atendimento. Quando está para acontecer um aniversário de um ano, 15 anos ou uma cerimônia de casamento, fala-se com as lideranças para providenciar os ingredientes do bolo, a comida e a bebida da festa, a decoração do local e as roupas dos aniversariantes ou cônjuges. Quando acaba o combustível ou quebra a peça de alguma

máquina, fala-se com as lideranças para providenciar o reparo necessário em alguma loja de ferragens da região. A compra do alimento preparado e servido uma vez ao dia em Puerto Barra, nos dias de semana, por fim, também é de responsabilidade destas pessoas: se informar sobre o que está faltando, conversar com a cooperativa e organizar a busca ou a entrega.

Além das cinco lideranças formais escolhidas nas eleições, há pessoas que possuem posições de influência por conta de inúmeros outros fatores: a idade, a atual ou antiga ocupação ou por já terem sido liderança alguma vez. Isso se verifica nas reuniões semanais que fazem as lideranças, que nunca contam com apenas cinco pessoas, mas com quase 15. Há também em Puerto Barra a figura de Geronimo Tatugi, Aché de 35 anos que tem como serviço o trabalho na *oficina* da aldeia. A *oficina*, mais do que se referir a uma função, alude a um local, algo como um escritório onde são armazenadas as papeladas de Puerto Barra: contas, dívidas, boletos, recibos, relatórios de entrada e saída recursos, além dos artesanatos produzidos na aldeia. Trata-se de um contêiner com duas mesas e dois computadores, uma impressora, internet wifi (disponível a todos da comunidade³³) e ar condicionado. É neste local que acontecem as reuniões das lideranças, sempre nas noites de domingo, e os encontros com os órgãos do governo, como o Instituto Paraguai de Tecnología Agraria. Na aldeia, os Aché definem a *oficina* como *parte administrativa*.

Gerônimo diz que trabalha na oficina há cerca de 12 anos, quando chegou em Puerto Barra vindo da aldeia Aché de Chupa Pou, localizada na região norte do país. Antes sua função era realizada por José Anegui, que hoje é supervisor de educação na comunidade, e por uma pessoa de fora da aldeia, não indígena, que morava em Santa Rita. Quando José Anegui saiu, Geronimo começou a fazer o trabalho e, anos depois, deu início a faculdade de contabilidade, recentemente concluída. A despeito de já há anos organizar as contas de Puerto Barra, por até pouco tempo não possuir um diploma em contabilidade, Geronimo não podia assinar os papéis, portanto a comunidade pagava um contador registrado para referendar seu trabalho.

³³ Grande parte das pessoas de Puerto Barra possuem conta no facebook e atualmente possuem whatsapp (situação muito diferente de 2015, em que apenas o facebook era mais comum). A internet também é utilizada para o trabalho na escola.

Quando conversava com as pessoas sobre os números, valores e quantidades, os Aché sempre me pediam para falar com Geronimo. Pablo Piragi disse, em relação à soja, que sabe sobre como as coisas concretamente acontecem, mas não tem de cabeça os preços de cada um dos serviços contratados (transporte, fumigação) ou produtos comprados pela aldeia (diesel). Seu irmão, Martin Airagi, de maneira envergonhada admitiu não saber sobre o que eu estava interessado: o preço da saca de soja, do pacote de insumo e do frete da comunidade até a cooperativa. Conversando com Alejo Minagi sobre o almoço servido na aldeia, o mesmo afirma que

"... os líderes da comunidade falam com Gerônimo Tatugi e ele libera o dinheiro que será utilizado para realizar a compra. G. Tatugi é a pessoa que trabalha na "oficina" da comunidade, é a pessoa que cuida das papeladas."

(Alejo Minagi, nota de campo, fevereiro de 2019)

No começo do mês de março de 2019 os Aché participaram da feira agrícola anual promovida pela COPRONAR, chamada AgrosHOW. Realizada ao lado da sede da cooperativa, na cidade de Naranjal, o local em que a principal parte do evento aconteceu é um grande gramado a céu aberto chamado "campo experimental da COPRONAR". As únicas estruturas cobertas nesse local eram os estandes das grandes empresas e bancos, que expunham de tudo: sementes, demonstrações de cultivos, máquinas agrícolas, equipamentos, carros, camionetes, caminhões e animais. Nesses estandes haviam pessoas para conversar, apresentar os produtos, negociar preços e entregar brindes. A disposição dessas arrumações não era linear em razão da quantidade de máquinas e canteiros espalhados pelo campo experimental. Deste modo, cada empresa se localizava em um ponto do terreno. Além de temas ligados a agricultura de maneira específica, uma parte do AgrosHOW era composta de uma praça de alimentação e um palco para shows de duplas sertanejas.

Os Aché também tiveram um local para expor seus produtos, localizado próximo aos sanitários da feira, um tanto distante das grandes empresas. Em uma pequena construção de madeira e piso de cerâmica foram expostas peças de artesanato como arcos, flechas, colares e bichos de madeira, além de mel, cuja produção da aldeia havia acabado de ser colhida.



Mel e artesanatos Aché expostos no estande da feira Agroshow, março de 2019. Foto: o autor

Potes de mel de 500 ml e 750 ml estavam sendo vendidos, a 30 e a 40 mil guaranis, ao passo que cada peça de artesanato tinha um valor, variando de 20 mil guaranis para cada colar à 950 mil guaranis por um machado de madeira com lâmina de pedra. Como a produção de mel era oriunda das caixas da aldeia, o dinheiro da venda era para uso da própria comunidade. Para o caso do artesanato, no entanto, cada peça possuía uma etiqueta que identificava o nome do artesão. Diferentes pessoas expuseram suas peças de artesanato no Agroshow, como Felipe Kajagi, Simon Pychangi, Aníbal Waypigi, Ricardo Minogi, Felipe Krajagi e Alejandra Guingi. A idade dessas pessoas varia, com Simon e Felipe Krajagi de vinte e poucos anos até Ricardo com aproximadamente 70. Diferentemente de outras etnias indígenas, como os Mbyá Guarani, os Aché não vão as cidades mais próximas da aldeia para venderem seus artesanatos. As vendas ocorrem nesses eventos em que os Aché participam e em visitas que as pessoas de fora realizam à comunidade.

Da aldeia, José Anegui, Geronimo Tatugi, Gladys Kuachingi, Reidar e Silvia Fostervold foram as pessoas que ficaram no estande na maior parte das manhãs e tardes. José Anegui tem moto e Reidar tem carro, o que possibilitou o transporte de mais pessoas da aldeia. Cada pote de mel vendido era registrado por Geronimo e Gladys em um caderno de anotações das vendas. Todo o dinheiro que entrou nos dias de Agroshow ficaram de posse de Geronimo, que dias depois prestaria contas na reunião da comunidade. No caso dos potes de mel, o dinheiro era destinado ao caixa da própria

comunidade. Algo diferente se passa com a venda de artesanatos. A produção de mel é uma atividade comunitária, ainda que desempenhada por poucas pessoas, e a aldeia inteira ganha pelos potes vendidos. A feitura de artesanatos, não obstante, é uma atividade individual, que depende exclusivamente do artesão. É ele quem busca a madeira na floresta e passa dias trabalhando em cada peça, as vezes meses, como no caso do machado com lâmina de pedra feito por Anibal Waypigi. Se a produção de mel aponta para um ganho coletivo, assim como a soja, as tilapias e os alimentos para consumo, o artesanato aponta para um ganho individual.

3.1 O ALMOÇO SERVIDO EM PUERTO BARRA

O almoço servido em Puerto Barra parece ser o principal destino dos recursos que entram da venda da soja. Conforme já registrei, um almoço é servido diariamente na aldeia, de segunda à sexta-feira. Nenhum de meus interlocutores soube precisar quando esta prática teve início, mas todos confirmam que ela acontece há muito tempo. Francisco Mbupigi tem 31 anos e disse que este almoço é servido desde que ele era pequeno. Anibal Waypigi, embora viva em Puerto Barra há apenas 20 anos, disse que isso acontece na aldeia desde sempre porque era assim que as coisas se passavam no monte. No tempo do monte os Aché viviam em coletividades bem menores, jamais ultrapassando 30 pessoas. No tempo da aldeia, especialmente nos últimos anos, o número de pessoas convivendo é bastante maior, não apenas em Puerto Barra como em qualquer outra aldeia Aché. No entanto, ao menos em Puerto Barra parece haver continuidade no padrão de coletivização dos alimentos.

De segunda à sexta-feira, por volta das 10h da manhã, cerca de três ou quatro mulheres começam a se agrupar em baixo de uma cobertura de zinco, anexa ao lado de fora do *comedor*, construção de alvenaria com chão de cimento bruto que armazena os alimentos e os produtos congelados de Puerto Barra. Estas mulheres são as *encarregadas* de preparar o almoço que diariamente é servido na aldeia, e a escolha dessas pessoas é realizada em uma reunião comunitária, coisa que Anibal Waypigi chamou de *conselho*, em que também são debatidos e decididos outros *temas*. Pelo menos uma mulher de cada residência³⁴ em Puerto Barra participa da preparação dessa refeição. Quando conversava com as pessoas, sobretudo os homens, perguntava se suas

³⁴De acordo com o senso realizado pelos alunos do final do secundário em Puerto Barra, feito em 2019, são 50 residências em Puerto Barra, a maior parte delas feita de material.

esposas ou filhas participavam em algum dia da preparação dos alimentos na aldeia. Como resposta, sempre recebia um sim, e percebia que as pessoas ficavam mesmo constrangidas em dizer que não.

Assim que chegam ao *comedor* as mulheres abrem as portas desse grande armazém e retiram os alimentos que serão cozidos. Grandes sacos de arroz, feijão, macarrão e farinha ficam armazenados na parte de dentro do *comedor*, rente a parede. O cardápio das refeições varia diariamente, bem como a equipe de *encarregadas*, mas geralmente serve-se arroz e carne ou macarrão e carne, junto de mandioca (esta última plantada na aldeia). A carne pode ser de porco, de frango ou de gado, mas geralmente é de frango em razão do menor custo. Não há criação de outros animais para o abate além do peixe em Puerto Barra, a despeito de vez ou outra as pessoas matarem uma galinha em suas casas para comer.

Como na pesquisa de monografia (2017), em que trabalhei a alimentação dos Aché da aldeia de Cerro Moroti, em Puerto Barra também tive bastante dificuldade de me aproximar das mulheres que no dia a dia preparavam os alimentos na comunidade, seja de meus interlocutores mais próximos, seja nessas ocasiões em que foram feitos os almoços para todas as pessoas. Minha presença em meio ao trabalho dessas mulheres sempre se mostrou desconfortável, portanto observei as coisas acontecendo a uma certa distância, do lado de fora da oficina, que fica de frente para o *comedor*.

Das 10h da manhã em diante portanto as mulheres chegam no *comedor*, o abrem e colocam para fora tudo aquilo que vão utilizar para cozinhar: os alimentos, uma ou duas grandes panelas de 30 litros, outros recipientes menores que serão utilizadas para armazenar a mandioca depois de descascada, sal e azeite (este último termo foi empregado pelos próprios Aché). A panela é preenchida com água com uma mangueira e na sequência uma das mulheres despeja com um prato uma grande quantidade de grãos de feijão. Por várias vezes esse prato é utilizado, tanto para o caso do feijão quanto para o caso do arroz.



Foto: Matthew Abeler, 2019

O fogo onde os alimentos são cozidos é alimentado por lenhas, que são colocadas embaixo das panelas acomodadas em tijolos. O chão dessa parte anexa ao *comedor* é de cimento e é coberto por chapas de zinco que protegem o fogo de uma possível chuva. Enquanto as mulheres descascam a mandioca ou a batata e esperam o momento de colocar outros alimentos no fogo, elas conversam, tomam tererê e dão de mamar a suas crianças mais novas. Os filhos e filhas que já caminham ficam brincando entre si no entorno de suas mães. Do instante em que as mulheres chegam ao *comedor* até o momento em que os alimentos são servidos, apenas mulheres e crianças circulam naquela parte da aldeia. Os homens não se envolvem no preparo dos alimentos, sendo duas as exceções: são eles que providenciam a lenha que será utilizada para abastecer o fogo das preparações diárias, e são também os homens que preparam e assam a carne nos dias de festa em Puerto Barra. Em breve falarei mais sobre este tema.

Os alimentos preparados na aldeia tem duas origens: a mandioca e o poroto são plantados na própria comunidade, mas todo o restante, como o arroz, o macarrão, o sal, o azeite e as carnes são compradas no mercado da cooperativa que os Aché são associados, chamada COPRONAR. Quando conversei com Lorenzo Puapirangi sobre o assunto, o cacique disse que os alimentos são comprados no mercado na modalidade crédito, o que significa duas coisas. Primeiramente que eles não são pagos no momento da compra ou da entrega, mas na ocasião da venda de algum produto produzido em Puerto Barra, como a soja ou o milho. Depois, comprar na modalidade de

crédito significa que o custo dos alimentos aumenta por causa dos juros embutidos. Na primeira etapa do trabalho de campo ouvi diversas vezes as pessoas comentarem que os alimentos adquiridos no mercado da cooperativa custavam muito caro e que antes os Aché os compravam em outros mercados da região, mesmo em Ciudad del Este. Em dezembro de 2019, quando conversei sobre o assunto com Geronimo Tatugi, o mesmo manifestou uma opinião diferente, dizendo que o mercado da cooperativa não é caro; segundo ele, caro é comprar no crédito, sejam alimentos, remédios, combustível ou peças para as máquinas.

Atualmente, Puerto Barra possui uma dívida de 311 mil dólares na cooperativa COPRONAR. Essa dívida refere-se à compra de alimentos³⁵, peças de máquina, combustível e outros itens. Para pagar esta conta, Geronimo Tatugi disse que precisa de 100 toneladas de soja, o que equivale a praticamente três safrinhas completas com um rendimento mediano. Uma vez que não existe a possibilidade de uma safra inteira ser poupada ou usada para liquidar parte desta dívida, aos poucos a conta vai ficando maior, mesmo que os Aché continuem trabalhando duro. Além disso, nos últimos anos o preço da soja tem abaixado bastante, segundo Pablo, Martin e Geronimo. Em 2019, a saca de 50 quilos do grão estava sendo vendida por 22 dólares, ao passo que em anos anteriores estava valendo entre 23 e 24 dólares.

Embora sejam contextos etnográficos distintos, a dívida que os Aché possuem com a cooperativa COPRONAR lembra a dinâmica econômica existente nos seringais acreanos, tematizada em pequeno artigo por Mauro Cherobim (1983). O autor descreve um seringal basicamente como um *continuum* (1983, p. 5) entre barracão, armazém, depósito de borracha ou castanha e os mercados nacional e internacional. Seringalistas e seringueiros são os atores desta rede em que ocorre a troca de matéria prima por produtos de um armazém. As categorias nativas da relação entre seringalista e seringueiro são as de *patrão* e *freguês*, um vínculo que por excelência é uma dívida do segundo para com o primeiro.

Estas dívidas nunca acabam, de acordo com Cherobim, pois o que é entregue ao patrão pelo freguês jamais se equivale ao preço das mercadorias fornecidas pelo

³⁵ De acordo com um de meus interlocutores, gasta-se aproximadamente dois mil dólares por mês com comida em Puerto Barra. Este é um dos motivos das lideranças desejarem dar início na aldeia a outros cultivos para consumo.

armazém de propriedade do seringalista. Cherobim se refere a esta característica como um *contínuo desequilíbrio* (1983, p. 5) em que a dívida, uma vez mais, nunca se encerra. O caso dos Aché de Puerto Barra é diferente em muitas maneiras para além do contexto etnográfico. Não há relação de dívida entre a cooperativa e pessoas isoladas da comunidade, como Pablo, Geronimo ou Felipe. A dívida é em nome da pessoa jurídica da aldeia, o que a torna coletiva. De modo semelhante aos seringais, no entanto, os Aché possuem uma relação de venda e crédito com a cooperativa. Vendem sua produção principal, a soja, e por meio de crédito a longo prazo obtêm mercadorias de diversos tipos: alimentos, peças para máquinas e combustível. O preço das mercadorias adquiridas nessa modalidade de crédito é superior ao valor geral de mercado, o que acaba pesando o cálculo sempre para um lado. A quantidade de soja entregue à COOPRONAR pelos Aché jamais será equivalente aos gastos feitos na própria cooperativa.

Diversas vezes vi pequenos caminhões da COPRONAR entregando alimentos em Puerto Barra. Sacos de arroz e macarrão de 20 ou 30 quilos, inúmeras latas de óleo e vários frascos de produtos de limpeza. Uma vez ao mês um grande caminhão realiza a entrega de uma quantidade maior de alimentos, ao passo que no restante do mês carros menores ou os próprios Aché vão à cooperativa buscar os produtos. Tudo que é comprado na modalidade crédito precisa ser conversado com Geronimo, que autoriza e solicita o recibo de cada compra.

No momento em que o alimento está pronto uma das mulheres toca algo como um sino, que na realidade é uma antiga peça de trator em formato de círculo que produz um som bastante alto. Diversos locais em Puerto Barra, como a igreja, a escola e a oficina possuem uma peça como essa, que é tocada sempre que alguma atividade está para ter início, seja uma reunião, a distribuição de alimentos ou o culto. No caso do almoço, quando o sino é tocado, aos poucos mulheres e crianças começaram a chegar com vasilhas e potes nas mãos, formando uma fila para receber uma quantidade de comida. Duas mulheres estavam servindo as pessoas que estavam na fila com o auxílio de uma concha. A comida oferecida em um dos dias que observei o almoço foi arroz e frango cozidos juntos, na mesma panela, e mandioca, que estava em outro recipiente. As pessoas recebiam uma quantidade de comida e depois seguiam em direção a uma mesa, colocada à frente, onde estava a bacia com as mandiocas cozidas.

O alimento preparado nesse almoço diário não é consumido no *comedor*, embora haja naquela região da aldeia algumas mesas e bancos de madeira. As pessoas recebem os alimentos em vasilhas porque ele é levado para casa e dividido entre as pessoas que vivem na residência. Desta maneira, embora a comida tenha sido providenciada pela aldeia e tenha sido preparada pelas mulheres de Puerto Barra, o que em ambos os casos nos sinaliza para uma dimensão coletiva, o consumo dos alimentos é domiciliar, em família, o que aponta para outro lado. Dentro das casas a comida é colocada em pratos ou outras vasilhas e consumida pelas pessoas as vezes em pé, as vezes sentadas nas cadeiras ou camas. Alejo Minagi comentou que os Aché não são como os brancos, que comem sempre três vezes ao dia, nos mesmos horários, e em volta de uma mesa. Na casa do próprio Alejo não há uma mesa e as pessoas se sentam em cadeiras e bancos improvisados. Esse almoço coletivo não necessariamente ficava pronto ao 12h; muitas vezes era servido às 14 ou 15 horas.

No capítulo 1 desta dissertação sinalizei que embora o trabalho com a soja em Puerto Barra seja realizado por algumas poucas pessoas aparentadas, a apropriação dos recursos advindos da venda do grão não é individual ou familiar, pois ninguém recebe um salário para plantar soja na aldeia. Ao mesmo tempo, para o caso da refeição servida na comunidade, apesar dos alimentos serem comprados com o dinheiro da aldeia e a refeição ser preparada por diversas mulheres, o consumo do alimento não é realizado coletivamente, isto é, as pessoas não comem juntas e ao mesmo tempo, mas em suas residências, com seus familiares.

Situação bastante semelhante acontece durante as festas realizadas em Puerto Barra, como aniversários de um ano e 15 anos, a celebração de fundação da aldeia e cerimônias de casamento. Tive a oportunidade de acompanhar dois matrimônios e uma festa de 15 anos na aldeia. Em março de 2019, em uma mesma ocasião, os casais Nicodemo Kajaminigi e Luciana Mbepegi e Hugo Tatugi e Adriana Karengi se casaram, e a debutante Noelia Krywegi comemorou seu aniversário. Após uma cerimônia religiosa em que falaram em aché Timoteo Turugi, um dos pastores da comunidade e pai de Noelia, e Bjarne Fostervold, foi servido um grande almoço no lado de fora do *comedor*. A comida desse almoço foi providenciada pelas lideranças da comunidade e preparada pelas mulheres e pelos homens. As mulheres cozinharam mandioca, arroz e carne de frango, além de uma grande torta que começou a ser preparada no dia anterior.

Os homens assaram as carnes de gado em espetos de madeira colocados no solo sobre valas cavadas na terra.

No momento em que o almoço da festa ficou pronto, situação semelhante a do almoço diário servido na comunidade aconteceu: uma fila de mulheres e crianças foi formada e em ordem as pessoas seguravam vasilhas e recipientes menores para que pudessem levar a comida para suas residências. As pessoas não indígenas que estavam presentes na cerimônia, como a família Fostervold e alguns professores da escola, comeram todas juntas, sentadas em uma mesma mesa na região do *comedor*. Os Aché, por sua vez, comeram em suas residências. Eu comi junto aos professores e aos outros não indígenas.



Foto: Bjarne Fostervold, 2019

Mais tarde nesse mesmo dia, depois que todos haviam comido em suas casas, foi servido um grande bolo em comemoração ao casamento e ao aniversário de 15 anos. A torta foi dividida em vários pedaços e entregue para cada pessoa que ficou em uma outra fila de mesmo esquema, em que algumas mulheres serviam o bolo e as pessoas traziam recipientes de suas casas. Dessa vez ninguém comeu o bolo do *comedor*, nem os não indígenas. Todos receberam seus pedaços e foram para as próprias residências.

Ao trabalhar com a alimentação entre os Mbyá Guarani da aldeia de Marangatu, no estado de Santa Catarina, Nadia Heusi Silveira (2011) criou duas tipologias de consumo, que denominou como “vetor centrífugo” e “vetor centrípeto” da comensalidade. De acordo com a autora, quando se presta atenção ao cotidiano Mbyá em torno das práticas alimentares, percebem-se vetores ora direcionados para o interior do grupo de pessoas mais próximas, como os parentes, e vetores ora direcionados para o exterior, para o grupo local e as alteridades mais distantes, como os não indígenas.

O vetor centrípeto da comensalidade pode ser verificado em operação na descrição da autora da rotina da residência de um dos casais principais de sua etnografia, os indígenas Augusto e Maria. Enquanto esteve morando próximo ao casal, nos conta Silveira (2011, p. 77) que era raro o dia em que alguém de outro conjunto residencial não passasse pela casa dos dois para fazer alguma refeição. Nessa rotina alimentar mais básica, as pessoas comiam alimentos diferentes em momentos distintos, mas pertenciam a um mesmo grupo sociológico como o grupo local.

Ao mesmo tempo, Silveira nos apresenta ao vetor centrífugo da comensalidade, que foi percebido pela autora nas festas ao "estilo dos brancos" e nos mutirões, onde acontecem as refeições coletivas. Estas ocasiões são caracterizadas pelo modo como o consumo dos alimentos acontece: diferentemente da rotina das casas, nestes eventos todos comem de uma mesma comida e ao mesmo tempo. Nas festas que acontecem em Marangatu, estilo que os indígenas se referem como sendo coisa de branco, são consumidos alimentos como maionese, churrasco, refrigerantes, cerveja e vinho.

Situação bastante diferente se passa em Puerto Barra, em que tanto as práticas alimentares do dia a dia - vetor centrípeto - quanto as dos dias de celebração - vetor centrífugo - ora possuem inclinações às esferas residenciais e ora possuem inclinações às esferas mais coletivas da aldeia. O alimento diariamente consumido em Puerto Barra não é em sua maioria preparado nas residências, como entre os Mbyá de Marangatu, mas no *comedor* da aldeia por uma equipe de mulheres. A preparação do alimento, portanto, de saída extrapola o núcleo residencial. No caso dos Aché, a comida é servida à todas as pessoas da aldeia, conforme descrevemos acima, e é providenciada pelas lideranças da comunidade a partir da venda da produção, sobretudo, da soja. O consumo do alimento preparado por uma equipe de pessoas é realizado nas habitações, ainda que em momentos diferentes.

Para o caso dos alimentos preparados nas festas, o trabalho também é realizado por uma equipe de mulheres - variável, ainda que algumas mulheres sejam sempre chamadas a participar por causa de saberes culinários específicos, como bolos de festa - e, agora, os homens também estão incluídos nas atividades por causa da preparação da carne assada. Embora as festas sejam uma das ocasiões em que pessoas não indígenas permanecem um tempo em Puerto Barra, o consumo dos alimentos não é realizado conjuntamente. Quando em dezembro de 2019 Simon Pychangi e Quesia Ayala se casaram, pessoas de uma igreja de Assunção chamada Iglesia Centro Familiar de Adoración ajudaram na preparação da cerimônia. Simon os conheceu na própria aldeia por meio do casamento de sua prima Carolina, também realizado pela congregação. No caso de Simon e Quesia, o terno utilizado por ele, parte da decoração da igreja e a cerimônia com música ao vivo (Hallelujah, de Leonard Cohen) foram providenciados por Julia, sua filha Queila e mais alguns amigos de Simon, também de Assunção. Dessas relações, além de contribuições monetárias do caixa da aldeia, dos Fostervold e do próprio Simon, é que saiu o evento.

Quando a cerimônia se encerrou e o almoço foi servido, os Aché da aldeia fizeram fila, pegaram o alimento e foram comer em suas casas. Simon, Quesia e seus convidados não indígenas, como os Fostervold, os amigos e amigas que vivem em outras localidades e os professores não indígenas que moram em Puerto Barra comeram todos juntos em uma mesma mesa, ao lado do *comedor* da aldeia, mas longe do restante dos Aché, o que contrasta radicalmente com a situação etnográfica apresentada por Nádía Silveira.

3.2 MODOS DE TRABALHO

No último período que passei em campo, em dezembro de 2019, o almoço comunitário não foi servido em nenhum dia. Embora vez ou outra os Aché cacem, apenas as presas abatidas não são suficientes para fornecer a carne que diariamente é preparada pelas mulheres nesse almoço comunitário. Por este motivo, junto de outros alimentos, as lideranças de Puerto Barra mensalmente compram grandes quantidades de carne no mercado da cooperativa COPRONAR. No mês de dezembro, após questionar diversas pessoas sobre a não ocorrência do almoço, fiquei sabendo sobre a venda de um lote de carne estragada para a aldeia, coisa que os Aché não aceitaram e acabaram devolvendo o produto à cooperativa. Meus interlocutores comentaram que a carne era

nitidamente velha, pois estava com mau cheiro e não possuía uma coloração avermelhada.

Ao longo do ano, cada família de Puerto Barra é responsável por providenciar o próprio alimento durante os dias do final de semana, em que a refeição comunitária não é preparada. Como no mês de dezembro o almoço diário não foi servido, as pessoas tiveram que cozinhar em suas próprias casas durante toda a semana, usando de seus próprios alimentos, utensílios e fogo ou fogão. Pouco compartilhei refeições com os Aché, mas em algumas conversas que tive no entorno das residências de meus interlocutores pude parcialmente observar os alimentos sendo preparados do lado de fora das residências, em fogueiras feitas no chão.

Em um dia de garoa fina, o que na minha experiência em Puerto Barra significava pouco contato com as pessoas (pois elas pouco saem de casa), encontrei Filemon Chengygi e recebi um convite para tomar tererê. Nos acomodamos do lado de fora da moradia de seus pais, Davi Kandegi e Alejandra Guingi, e começamos a conversar sobre algumas dúvidas que eu tinha em relação a horta que ele, seu pai e seu avô (Alejo Baipuku) são responsáveis em Puerto Barra. O assunto rapidamente mudou quando percebi que pessoas de outra aldeia Aché aparentadas com a família de Filemon estavam vivendo em Puerto Barra há pouco tempo.

Soube então nessa conversa que Filemon não vive na mesma residência de seu pai e sua mãe, embora elas sejam próximas. Na casa de Davi e Alejandra vivem o casal e outras oito pessoas, sendo uma delas irmã de Alejandra, chamada Carmen Pykugi, seu esposo Catalino Tayjagi e seus filhos.

- Carmen Pykugi, irmã de Alejandra, 31 anos, nascida em Chupa Pou;
- Catalino Tayjagi, esposo de Carmen, 36 anos, nascido em Chupa Pou;
- Clara Tatugi, 15 anos, filha do casal, nascida em Chupa Pou;
- Catalina Krombegi, 13 anos, filha do casal, nascida em Chupa Pou;
- Madaleno Tykuarangi, 11 anos, filho do casal, nascido em Chupa Pou;
- Ruth Pirajugi, 7 anos, filha do casal, nascida em Chupa Pou;
- Jeremias Kreygi, 2 anos, filho do casal, nascido em Chupa Pou;

- Eliseo Beipurangi, 5 meses, filho do casal, nascido em Chupa Pou.

Em dezembro de 2019, Filemon dividia casa com sua esposa Norma Chejugi, suas filhas Valeria Pykugi e Isabel Jeyjangi, além de um de seus irmãos, seus primos (filhos de Carmen e Catalino), e Francisco Kandepiapegi. Moravam na residência, portanto:

- Filemon Chengygi, 19 anos, nascido em Arroyo Bandera;
- Norma Chejugi, 18 anos, nascida em Chupa Pou;
- Valeria Pykugi, 5 anos, filha do casal, nascida em Chupa Pou;
- Isabel Jeyjangi, 8 meses, filha do casal, nascida em Puerto Barra;
- Daniel Piragi, 17 anos, irmão de Filemon, nascido em Arroyo Bandera;
- Clara Tatugi, 15 anos, sua prima, nascida em Chupa Pou;
- Catalina Krombegi, 13 anos, sua prima, nascida em Chupa Pou;
- Madaleno Tykuarangi, 11 anos, seu primo, nascido em Chupa Pou;
- Francisco Kandepiapegi, filho de José Kuategi e Maria Tatugi, irmão de José Anegui, Rosa Brevigi e Juan Krygi.

Nessa conversa com Filemon, sua mãe e sua tia participaram contribuindo com os nomes, as idades e os locais de nascimento das pessoas. As duas preparavam a refeição daquele dia do lado de fora da casa de Davi e Alejandra, que basicamente era composta de arroz branco e carne de frango, cozidos conjuntamente. Não há produção de arroz e apenas vez ou outra as pessoas matam uma galinha para comer na aldeia. Os alimentos provavelmente foram comprados em um dos mercados da região. Enquanto as crianças e os cachorros circulavam de lá para cá em torno da residência, Alejandra e Carmen habilmente alimentavam o fogo e a cuidavam das duas panelas que estavam sobre ele, presas no teto por uma fina corrente. Davi trabalhava com a enxada no pátio da casa, limpando alguns ervas daninhas do terrero, e Catalino observava, de perto, as mulheres cozinhando.

Nesse dia, não vi a comida ficar pronta nem ser consumida, o que geralmente acontece em minhas experiências com os Aché. Em outra oportunidade, quando

conversava com Manuel Tykuarangi, amigo e interlocutor que me ajudou nos diálogos com as pessoas mais velhas entre os Aché fazendo as traduções, sua esposa Rosalina Kutingui começou a preparar o almoço do lado de fora da moradia do casal, que vive com o pai de Manuel, Timoteo Turugi. Rosalina é a única mulher que mora na residência e é a responsável pela preparação dos alimentos. O cardápio do dia em questão foram algumas tilápias que haviam sido distribuídas mais cedo na aldeia, mandioca e arroz. Cozidas em uma panela assentada sob tijolos e uma fogueira, Rosalina ficou em torno do fogo enquanto o filho brincava sob os cuidados do pai. Também nesse dia não vi a refeição ficar pronta nem ser consumida.

No mês de dezembro de 2019, compartilhei refeições durante alguns dias com Simon Pychangi e Quesia Ayala, mas elas aconteceram na casa onde se hospedam os visitantes de Puerto Barra. Na ocasião estavam acomodados por lá um casal de missionários alemães, Reinaldo e Ilda Raftles, que há muito tempo viviam no Brasil e que acompanharam Quesia desde pequena em sua aldeia de nascimento, em outra região do Paraguai. Os missionários vieram de longe e Simon e Quesia quiseram dar uma atenção especial ao casal. As refeições foram preparadas na casa que Simon e Quesia estavam ficando, originalmente ocupada pelos avós de Simon, Gavian Chimbegi e Victoria Pikygi, que naqueles meses estavam vivendo na casa de outro filho. O cardápio desses dias variou entre arroz, salada, mandioca e carne de frango ao molho e carne de gado. Vez ou outra um suco desses de saquinho também era feito e todos bebíamos depois da refeição.

Quesia era quem assumia a preparação desses alimentos, ainda que Simon ajudasse na hora de montar e servir os pratos. Todos esses alimentos, com exceção da mandioca, eram comprados em mercados de Naranjal. Talvez pela proximidade maior com Simon, que conheci em 2015 quando ele vivia em Cerro Moroti, me fez acompanhar mais sua rotina de compras na cidade, sempre de motocicleta. Em um dos dias desse almoço, após a partida dos missionários convidados de Quesia, contribuí com com pacotes de arroz, macarrão e tomates. O almoço seguiu sendo preparado na casa ocupada por Simon e Quesia e apenas servido na casa de visitas.

Desde a primeira etapa do trabalho de campo em Puerto Barra questiono como é que as pessoas da aldeia conseguem dinheiro para providenciar suas necessidades, como comida, produtos de limpeza, roupas, eletrodomésticos ou mesmo passagens de ônibus.

Conforme pude observar e confirmar, nenhuma pessoa recebe um salário das lideranças para realizar as atividades na comunidade: nem Pablo e Modesto, que trabalham com a soja, nem Salatiel Gachogí, que trabalha com o mel, ou as mulheres que cozinham o almoço servido nos dias de semana. Não existe trabalho assalariado em Puerto Barra no sentido de que a aldeia não emprega ninguém.

Conforme já apontado na segunda seção do capítulo 1 desta dissertação, há um discurso muito forte de valorização do trabalho tanto em Puerto Barra quanto em Cerro Moroti. Deste modo, para obter dinheiro é preciso encontrar alguma atividade remunerada, algum trabalho, e não foram poucas as vezes que pessoalmente recebi pedidos de emprego de pessoas Aché, novamente, tanto em uma quanto em outra aldeia.

Na segunda vez que fui a campo em 2015, um de meus interlocutores, interessado na possibilidade de arrumar um emprego para seu filho, perguntou-me se meus parentes trabalhavam com mecânica automotiva ou agricultura, área que seu filho gostaria de se inserir. German Pachagi, genro do na época cacique Eloy Chachugi, me pediu, um pouco envergonhado e em tom de brincadeira, um emprego no Brasil. Santiago Mbejyvagi, filho de Francisco Mbepegi, ao longo dos anos seguintes ao campo de 2015 me solicitou emprego no Brasil durante algumas oportunidades. Seu pedido não tinha uma preferência em relação ao emprego, Santiago estava interessado em qualquer atividade.

Em Puerto Barra foram poucas as pessoas que me perguntaram sobre as condições de emprego e os salários no Brasil. Adrian Kuyrigi o fez após olharmos uma moto passando pelas ruas de terra da aldeia. Suspirando, o indígena disse que queria comprar um moto como aquela, mas que no momento não possui emprego. Na sequência me perguntou a respeito do trabalho com a agricultura no estado brasileiro do Mato Grosso, onde a agricultura de soja é a realidade dominante (mas não a dos indígenas). Adrian mudou-se da aldeia de Chupa Pou para Puerto Barra para aprender a trabalhar no campo e a *manejar* máquinas agrícolas. Ele é uma das pessoas de Puerto Barra que também frequenta a escola técnica CETAPAR, que já apresentamos neste trabalho.

Para o caso de Puerto Barra, há aproximadamente três maneiras das pessoas obterem recursos financeiros: existem as que possuem cargos públicos estatais, como os professores, diretores e merendeiras da escola; as pessoas que - de maneira esporádica -

trabalham (executando tarefas de limpeza de áreas agrícolas, silos ou tratando de animais) nas propriedades particulares da região, geralmente por um dia ou um pequeno período de tempo; e por fim as pessoas que possuem vínculos empregatícios regulares nas cidades da região, como dois de meus interlocutores que trabalham em uma cooperativa que processa óleo de canola. Além desses modos de empregabilidade, falarei também de três maneiras relativamente incomuns de se ganhar uma quantia de dinheiro na aldeia: ou fazendo artesanato para venda (nas feiras, desfiles, reuniões e demais eventos que os Aché regularmente participam) ou comprando mercadorias na cidade e revendendo dentro de Puerto Barra, como refrigerantes, biscoitos, salgadinhos e sorvete. Ou então fazendo produtos para a venda nos jogos de piki-vôlei e vôlei, como salgados assados e sucos naturais.

Finalmente, há ainda dois auxílios governamentais que são pagos à algumas pessoas residentes da aldeia: a aposentadoria aos idosos acima de 67 anos, chamada pelos Aché de "tercera edad", e o benefício destinado às famílias com crianças pequenas, chamado Teko Porã. São esses os modos que as pessoas de Puerto Barra sustentam suas vidas com o recebimento de pequenas quantias.

Francisco Mbupigi é um Aché de 31 anos que desde os seis meses de vida mora em Puerto Barra. Sua mãe se chama Carmen Mbywangi e é a primeira pessoa Aché que veio de outra comunidade, de fora de Puerto Barra, para viver na aldeia, isso há aproximadamente 30 anos. Carmen se casou com Angel Tatugi, uma das jovens pessoas que saiu da floresta em 1976 e que nos anos seguintes se envolveu bastante com a atividade de soja. Francisco contou que durante muito tempo trabalhou *para a comunidade*, com a pequena agricultura, os porcos e também a soja. Recentemente, no entanto, está sem trabalhar - na comunidade e fora dela - em decorrência de uma cirurgia de hérnia de disco, realizada em Ciudad del Este no mês de setembro de 2019. Francisco é casado com Mercedes Atagi e possui 3 filhos. No momento, é com o salário recebido por sua esposa como funcionária pública municipal de Naranjal - merendeira da escola de Puerto Barra - que a família compra comida, roupas e demais itens de consumo.

Rosa Brevigi, filha de José Kuategi e Maria Tatugi, casal pioneiro da aldeia, é casada com Miguel Jakangi e possui seis filhos. Ela é a atual diretora da escola de Puerto Barra, chamada Escuela Básica Jamo Chachugi. Rosa é servidora pública federal

e recebe um salário do governo, como outras poucas pessoas da aldeia. Seu irmão, José Anegui, é "técnico de supervisão" ou "técnico pedagógico", outro cargo público federal. Anegui, que já foi cacique duas vezes, é casado com Irma Mbewyragi e possui cinco filhos. Em diversas ocasiões vi Anegui realizando outros serviços Puerto Barra, como a instalação de postes de madeira na horta comunitária, o trabalho coletivo de capinar um terreno e a retirada de um boi que caiu em um poço em construção, próximo à escola. No entanto, faz anos que a principal ocupação de Anegui é como servidor público, e é com o salário recebido por esse emprego que sua família se sustenta. Há aproximadamente 14 pessoas envolvidas no trabalho com a escola em Puerto Barra, entre direção, supervisão e docência. A maioria dessas pessoas são indígenas Aché.

Há um segundo conjunto de pessoas em Puerto Barra que são as que não possuem nenhum vínculo empregatício regular, mas que vez ou outra trabalham nas propriedades vizinhas à aldeia. A maior parte dos moradores homens se enquadra nessa categoria. Meus interlocutores do trabalho com a soja, como Pablo, Martin e Modesto, seus tios, irmãos e filhos, todos realizaram atividades nas propriedades vizinhas de Puerto Barra nos momentos em que estive em campo. Os trabalhos desempenhadas são de diversos tipos, mas sempre manuais: semear ou limpar um pedaço de terra, alimentar um rebanho ou realizar a limpeza de um silo. Martin conta (com bastante orgulho) que vez ou outra é chamado para trabalhar na propriedade do vizinho Wilson, onde opera a semeadeira no plantio de soja ou milho, coisa que ele sabe fazer pois também realiza esta atividade dentro da comunidade.

Em dezembro de 2019, época em que a safrinha de soja estava sendo semeada em toda a região de Santa Rita e Naranjal, várias homens de Puerto Barra saíram para trabalhar nas fazendas do entorno. No dia em que cheguei na aldeia encontrei três Aché na rodovia, 13 quilômetros longe da aldeia. Modesto Chuwagi, Geronimo Tatugi e outra pessoa que não sei o nome estavam em cima de uma moto, cada um com uma enxada na mão, se direcionando à uma propriedade da região. Alguns dias depois, durante uma manhã, uma boa parte dos homens da aldeia foram trabalhar em uma fazenda vizinha à Puerto Barra. Vários de meus interlocutores, como Pablo, Martin, Modesto e Daniel voltaram para a aldeia apenas depois do almoço, quando o serviço já tinha terminado.

Modesto conta que esses trabalhos vêm de convites de vizinhos brasileiros ou alemães, que chamam um número de pessoas de Puerto Barra para carpir alguma área

da propriedade, por exemplo. O tempo de duração dessas jornadas varia bastante, mas geralmente é encerrada no mesmo dia. Em Cerro Moroti presenciei pessoas, como o filho de Francisco Mbepegi, Reinaldo Urugi, e o genro do cacique Eloy Chachugi, German Pachagi, que foram trabalhar durante dois meses no Chaco Paraguai, localizado na região norte do país. Nesses casos a pessoa não retorna diariamente para casa, mas fica um período residindo na localidade próxima ao emprego. Não há garantias trabalhistas.

Em Puerto Barra, quando perguntava sobre a remuneração média desses trabalhos realizados nas propriedades do entorno as pessoas diziam que depende muito de qual vizinho os estava empregando (se brasileiro, paraguaio, alemão...). Um vizinho que remunera bem geralmente oferece 80 mil guaranis³⁶ de pagamento e 10 mil guaranis para o almoço. Segundo Francisco Mbupigi, um vizinho que paga mal, como Antonio, requisita um trabalho bastante pesado e oferece 60 mil guaranis, sem nada para o almoço. Com esses trabalhos diários os Aché complementam sua renda, segundo conta Daniel Akuagi.

Por fim, falarei dos vínculos empregatícios em empresas, que são muito reduzidos em Puerto Barra. Alejo Minagi nasceu em Cerro Moroti e seus pais - Higinio Mbyvangy e Gregória Kandegi - nasceram em diferentes aldeias Aché, ele em Chupa Pou, na região norte do país, e ela em Cerro Moroti, na região leste. Quatro dos seis irmãos de Alejo vivem em Puerto Barra, e ele chegou à comunidade com a família há apenas dois anos. Sua esposa, Felicita Mbepurangi, nasceu em Cerro Moroti e tem a maioria dos parentes próximos naquela aldeia. O casal possui cinco filhos e ocupa uma das poucas casas de madeira de Puerto Barra. No período anterior a mudança para a aldeia, Alejo estava trabalhando na região de Cerro Moroti com a criação de gado. Disse que fazia de tudo das propriedades, dava comida, tratava e inseminava vacas; nesta época, viajava quilômetros até as fazendas para trabalhar e recebia mal. Quando passou a viver em Puerto Barra, em 2018, o indígena trabalhou inicialmente como segurança noturno na cooperativa COPRONAR, mas desde o início de 2019 atua como funcionário de produção em uma indústria de fabricação de óleo de canola, chamada COPORDINI. Alejo é uma das pouquíssimas pessoas de Puerto Barra que possui um emprego permanente e registrado, e conta gostar muito de sua situação atual, sobretudo

³⁶ Pouco mais de R\$50,00.

do ponto de vista econômico. Quando vivia em Cerro Moroti, sinaliza que não conseguia comprar as coisas que hoje tem em sua casa, como geladeira, forno e um bom celular. Sua esposa e seus filhos agora possuem roupas novas, compradas em lojas de Naranjal e Santa Rita, coisa que no tempo de Cerro Moroti era mais difícil. Ao olhar para outras pessoas que vivem em Puerto Barra, Alejo percebe a diferença entre a sua situação econômica e a situação econômica de outras famílias.

Conheci o pai de Alejo apenas em 2019, apesar de ouvir falar dele e conversar via whatsapp desde 2015. Em nosso primeiro encontro na aldeia, Higinio destacou inúmeras vezes as vantagens que o filho possui em razão da carteira assinada, coisa que ele chamava de *seguridad*, como um salário regular e as férias. Dizia que era das poucas pessoas em Puerto Barra que tinha carteira assinada, coisa que, de saída, o possibilitava de realizar compras parceladas e empréstimos bancários. Bens de consumo como geladeira, televisão e motocicleta são muito mais fáceis de se adquirir de maneira parcelada, e com um emprego regular a autorização para o parcelamento se torna muito mais fácil.

Em um dos dias em campo no mês de fevereiro, Alejo me ofereceu um jantar em sua casa, coisa que não aconteceu nas duas experiências que tive com ele em Cerro Moroti. Dois de seus filhos me procuraram na casa de visitas de Puerto Barra e disseram que seu pai estava me chamando para comer em sua residência. Cheguei na casa da família e sentamos nós dois na frente da habitação. A noite já havia caído e enquanto esperávamos sua esposa preparar o jantar ficamos conversando sobre seus pais e assuntos mais gerais de Puerto Barra. Depois de um tempo conversando, Alejo levantou-se pra ajudar sua esposa com o forno elétrico onde a comida foi preparada e voltou aproximadamente dez minutos depois me convidando para entrar na residência. Nos três períodos que passei em Puerto Barra, entrei apenas em duas residências indígenas. Esse convite geralmente não é feito pelas pessoas da aldeia; fica-se sempre na parte da frente ou lateral das casas. A habitação de Alejo e Felicita possui três cômodos: um primeiro aposento que atualmente está vazio, uma segunda dependência que é a cozinha, onde fica uma pia, geladeira, alguns móveis de parede e um forno elétrico, e um terceiro cômodo, que é usado como quarto, local em que ficam duas camas (uma de cada lado do cômodo) e um sofá, além de um pequeno móvel e uma televisão.

Momentos antes do jantar ficar pronto as crianças filhas do casal começaram a circular pela casa com pedaços de linguiça nas mãos. Quando a comida ficou pronta, uma pequena mesa foi trazida para perto do sofá onde eu estava sentado. Em cima dessa mesa foi colocada uma travessa de vidro com um pedaço de carne de gado de mais de um quilo, um prato com três linguiças e outro prato com três pedaços de mandioca. Alejo e Felicita sentaram-se em uma das

camas do local e comeram juntos dos dois filhos menores as três preparações, que estavam em uma forma de alumínio. Do outro lado do acomodado os filhos mais velhos do casal comiam da mesma comida em uma mesma bandeja. Nem o casal nem os filhos utilizaram pratos ou garfos, apenas uma faca era empregada para cortar os pedaços do alimento, enquanto que para meu uso foi trazido um prato de vidro, uma faca e um garfo. A carne e a linguiça que comemos naquela noite foi comprada no mercado da empresa em que Alejo trabalha.

A maior parte do que me foi servido sobrou na travessa e nos dois pratos. Depois de comermos, um suco de pó de um litro foi feito por Felicita e um copo foi trazido para mim, enquanto que o restante das pessoas dividiram um outro copo. Finalizamos a refeição e Alejo comentou, enquanto assistíamos televisão, que ele queria ter feito o mesmo em Cerro Moroti, quer dizer, me oferecido uma refeição, mas em Cerro Moroti as coisas eram muito mais difíceis e ele não tinha condições. Em Puerto Barra as coisas realmente melhoraram para a família.

Em outra ocasião alguns dias antes, compartilhei uma refeição noturna com José Anegui. Embora sua filha mais velha Nancy Bekrorongi estivesse presente, além de dois meninos e duas crianças que não sei o nome, na ocasião apenas eu e Anegui comemos. O convite para essa refeição foi realizado pelo interlocutor em cima da hora, então não pude ver a comida sendo preparada. Como no dia em questão havia chovido bastante, chegamos do lado de fora da residência e deixamos os sapatos embarrados na porta. Ao entrar, Nancy entregou para Anegui um prato fundo de vidro com ensopado de macarrão e carne de frango e ele me passou, na sequência me convidando a sentar em uma cadeira de plástico. Estávamos em uma espécie de sala, que dá acesso a cozinha, banheiro e quartos. Me sentei e esperei o prato de Anegui chegar para comermos juntos. A panela onde o ensopado foi preparado era uma dessas de alumínio, de 20 litros, e estava no chão, próxima a estante da televisão. Dentro havia o final da

sopa e uma escumadeira de metal, que o próprio Anegui usou para se servir e darmos início a nossa refeição. Naquela altura ficava evidente que as pessoas que ali estavam haviam se alimentado antes de nós.

Eu e Anegui, além de sermos os únicos a comer, éramos também os únicos que sentávamos em cadeiras, pois as outras pessoas estavam acomodadas no chão. Terminei de comer depois de meu anfitrião e ambos colocamos os pratos e a colher dentro da panela, que agora estava vazia. Nancy rapidamente se levantou e levou os utensílios para o local onde se cozinha, que não era possível visualizar de onde estávamos. Percebi que havia uma curiosidade em torno da minha presença, as pessoas ainda não sabiam quem eu era. Não em Puerto Barra, mas em Cerro Moroti ocorreram situações semelhantes a estas, em que eu e a pessoa que havia me convidado éramos as únicas a comermos durante uma refeição, ou então éramos os primeiros a receber um prato de comida. Da mesma maneira como em Puerto Barra, em Cerro Moroti as pessoas pouco me convidaram para adentrar a parte interna de suas residências. Nesta aldeia, quando isso acontecia, apenas eu e meu anfitrião compartilhávamos a refeição, sem a presença de outro familiar próximo. Como os homens Aché não cozinham, toda a comida que nos era servida era preparada pelas mulheres da residência, ou a esposa, ou a filha ou a mãe de meus interlocutores. Em Cerro Moroti, em novembro do ano de 2015, compartilhei uma refeição com Cornelio Mbykagi que havia sido preparada por sua mãe, Benita Tykuarangi.

"Cornelio saiu da cozinha, que se localiza na parte de trás da casa e que é separada do restante da residência por um conjunto de tábuas, com um prato desses de metal e uma colher na mão. O prato estava cheio de comida, dividido: de um lado arroz branco e de outro poroto, ovo e cebola, tudo cortado pequeno e misturado. Sua mãe havia preparado a comida, me contou, embora em nenhum momento eu tenha visto ela circulando por aquela parte da casa."

(nota de campo, novembro de 2015)

Em Cerro Moroti, os alimentos consumidos nas residências eram em sua maioria provenientes dos mercados da região. Não havia no ano de 2015 na aldeia qualquer tipo de refeição diária preparada para todas as pessoas da comunidade, como acontece em Puerto Barra. O mais próximo disso, conforme já registramos neste capítulo, são as

refeições coletivas que ocorrem em razão de aniversários, trabalhos comunitários ou datas comemorativas, como aniversário da aldeia ou o natal.

Retornando ao contexto etnográfico de Puerto Barra, são dois os auxílios governamentais recebidos pelas pessoas da aldeia: a aposentadoria, chamada pelos Aché de *tercera edad*, e o Teko Porã³⁷, benefício que é concedido aos pais de crianças de até 14 anos. Pouco mais de 10 pessoas recebem a aposentaria pela idade na aldeia, e o valor pago é de 500 mil guaranis, o equivalente a R\$330,00. O Teko Porã, por sua vez, é repassado a 42 famílias e são pagos 450 mil guaranis por filho a cada dois meses. Tem direito ao Teko Porã apenas as famílias de Puerto Barra que não possuem nenhum membro como funcionário público. As famílias de Rosa Brevigi e José Anegui, portanto, não recebem o benefício.

Do modo como apresentei as maneiras das pessoas de Puerto Barra obterem recursos, talvez tenha ficado a impressão de que há pouco dinheiro circulando na aldeia. Ao contrário disso, em algumas ocasiões fica bastante evidente como, apesar de levarem uma vida humilde e serem considerados pelo Estado paraguaio como uma população que vive em situação de fragilidade econômica, há ocasiões em que é possível presenciar a circulação de dinheiro dentro da comunidade: os jogos de piki, sempre valendo dinheiro; os pequeníssimos mercados existentes na aldeia, que não me parecem durar bastante tempo, e por fim, alguns poucos produtos que são comercializados de maneira esporádica pelas pessoas, como sorvetes, salgados fritos e sucos naturais.

De maneira semelhante ao Brasil, no Paraguai o futebol é um esporte bastante popular. Quando cheguei na aldeia Cerro Moroti pela primeira vez fiquei espantado com a quantidade de pessoas vestindo roupas relacionadas ao futebol, como camisas de time, calções fabricados para a prática da atividade e, no momentos dos jogos, chuteiras, meiões e uniformes. Tudo isso era usado por homens e mulheres, mais jovens e mais velhos, que se revezavam entre jogar e assistir as partidas nos finais de tarde. Em Cerro Moroti havia um grande campo de futebol e uma cancha de piki, ambas em regiões centrais da aldeia.

³⁷ Disponível em: <https://www.mds.gov.py/index.php/programas/tekopora>. Acessado em: 29 de julho de 2020.

Em Puerto Barra se pratica bastante o futebol, o piki vôlei, que no Brasil é conhecido como futevôlei, e o próprio vôlei. Os jogos acontecem diariamente nos finais de tarde e reúnem uma grande parte da aldeia, que fica na frente das casas e em volta do campo para assistir as partidas. Há duas *canchas* para piki e volêi em Puerto Barra, uma localizada logo na entrada da aldeia e outra posicionada ao lado do *comedor* onde são preparados os alimentos. Os jogos costumam ser bastante divertidos e não presenciarei nenhuma desavença entre as pessoas. Muitas das conversas que tive sobre os temas desta pesquisa aconteceram no entorno dos campos de piki, pois as pessoas realmente apreciam esses momentos.

Conforme registrado na introdução deste trabalho, a maior parte das pessoas Aché são *crístianas*, que é como os evangélicos se definem no Paraguai. Eva Maria Roessler, linguista que trabalha com a etnia há mais de uma década, contou que diversas denominações protestantes já passaram pelas aldeias Aché, excetuando-se o caso de Puerto Barra, em que a mesma missão está desde o início. Em Cerro Moroti, uma dessas várias missões proibiu a prática de qualquer esporte, considerada pelos religiosos como algo ruim. Roessler conta que esta denominação religiosa não conseguiu fazer o trabalho missionário na aldeia ir para frente e pouco tempo depois de chegar foi colocada para fora pelos Aché. Segundo ela, os Aché são esportistas demais para seguirem qualquer orientação desse tipo. De acordo com Francisco Mbepegi

“...assim vivem os Aché, na semana trabalhando e nos finais de semana eles jogam muitos jogos.”

(nota de campo, novembro de 2015)



4 mulheres de Puerto Barra jogando vôlei, março de 2019. Foto: o autor

A maioria dos jogos em Puerto Barra são disputados valendo, com várias pessoas apostando uma quantidade de dinheiro em cima de cada dupla ou trio. Pablo Piragi explicou como essas apostas funcionam: se ganha o mesmo tanto que se aposta, isto é, se se joga 10 mil guaranis, se ganha 10 mil guaranis, e grande parte das pessoas que estão ali presentes, no entorno, apostam nesses jogos. Não há uma quantidade mínima ou máxima nessas apostas, mas geralmente as disputas não passam de 300 mil guaranis, com cada pessoa jogando pequenos valores de 10, 20 ou 40 mil guaranis. Raras são as ocasiões em que uma só pessoa aposta 100 mil guaranis, por exemplo. Ao mesmo tempo, em pouquíssimas oportunidades vi somas muito maiores, como 800 mil guaranis, sendo disputados em um jogo.

Todas as apostas são realizadas antes dos jogos começarem e geralmente tomam alguns minutos. Nesses momentos, as pessoas interessadas em apostar ficam na lateral ou muitas vezes dentro do campo conversando com a pessoa que guarda todo o dinheiro apostado, figura que está sempre variando. É nesse momento que os Aché somam as economias e apostam em uma das duplas, ou então que alguém pede para outrem pegar dinheiro em casa, ou com o pai, a mãe ou o cônjuge. Muitas vezes são as crianças que levam o dinheiro das mãos de seus pais até a pessoa que concentra as apostas.

Os recursos obtidos com essas apostas muitas vezes são gastos na própria aldeia com a compra de um refrigerante, um pacote de bolacha ou um sorvete. Não foram

poucas as vezes em que de uma hora para outra o entorno do campo de piki ficou cheio de pessoas circulando para lá e para cá com produtos (industrializados ou não) comprados em alguma residência ou venda da aldeia. Em duas de minhas três estadias em Puerto Barra pude verificar a existencia de pessoas que individualmente vendem um ou outro produto na aldeia, como sorvetes e sucos, e a criação de dois mini mercados dentro da comunidade, um em que os lucros obtidos retornaram para a aldeia, situado dentro do *comedor*, e outro localizado na residência de uma pessoa chamada Moises, em que os lucros são privados.

Segundo meus interlocutores, já existiram outros pequenos mercados em Puerto Barra, mas nos primeiros dias de minha estadia em fevereiro nenhum deles estava em funcionamento. Em anos anteriores, um desses mercados era de propriedade de uma pessoa de fora da aldeia, não indígena, e se localizava em uma construção de madeira ao lado da oficina. Nessa venda haviam disponíveis produtos de limpeza, alimentos e carne, o que fazia necessário a existência de um congelador. O acordo na época era que a pessoa proprietaria do mercado não pagaria pela energia elétrica, coisa que começou a ficar complicada assim que os Aché perceberam o enorme gasto de energia promovido pelo eletrodoméstico. Além disso, os lucros obtidos com o mercado não retornavam para a aldeia, o que por fim fez com que o mercado fosse extinto.

Na atualidade, quatro foram as maneiras de comércio que presenciei dentro da aldeia de Puerto Barra, três delas permitindo que pessoas ganhassem pequenas quantias com a venda de alimentos, e uma delas que a própria comunidade ganhasse uma soma com a venda de produtos. Conforme já registrado, houve o pequeno mercado da comunidade que funcionou no *comedor*, outro mercado organizado por um casal de moradores da aldeia, uma terceira forma de comércio em que pessoas vendiam apenas um ou outro ítem, como sorvete, geladinho ou sucos e salgados e, por fim, pequenos vendedores de fora da aldeia que circulam pela grande região rural de Naranjal visitando as propriedades e oferecendo seus produtos, geralmente alimentos e material de limpeza.

Segundo já sinalizado, presenciei diversos momentos em que o entorno da cancha de piki ficou repleto de pessoas consumindo salgadinhos de pacote, biscoitos, caramelos, pirulitos, refrigerantes de diversos sabores e geladinhos. Descobri de um dia para o outro que parte destes produtos havia sido comprada em um recente mercado

criado pelas mulheres da aldeia, cuja uma das pessoas *encarregadas* da organização era Vicenta Kuachingi, esposa de Pablo Piragi. De acordo com Adrian Kuyrigi, em uma dessas conversas no entorno da cancha de piki, o mercado havia sido criado alguns dias antes para arrecadar dinheiro para a compra dos uniformes escolares das crianças pequenas da aldeia. Para realizar a compra inicial, 3 milhões e 200 mil guaranis, o equivalente a R\$2,100 reais, foram reunidos por diversas famílias a partir do dinheiro recebido via Teko Porã. O dinheiro foi gasto na compra de pacotes de arroz, macarrão, pipoca doce, salgadinhos, bolachas, refrigerantes, azeite, sal e açúcar. Esta compra não foi realizada no mercado da empresa COPRONAR, de acordo com a Adrian, pois os preços nesse estabelecimento estavam altos demais. Nessa ocasião da compra para o mercado da aldeia, tudo foi pago a vista.

Para realizar compras neste pequeno mercado bastava procurar uma das mulheres *encarregadas* ou então se direcionar para a região do *comedor*, pois há sempre alguém por perto que pode indicar quem são as pessoas e onde encontrá-las. Não há alguém que fique permanentemente no *comedor* esperando pelos compradores; a porta do local geralmente fica chaveada, inclusive. Como a ocasião em que fiquei sabendo da existência do mercado era a de um jogo de piki, um conjunto de mulheres estava atenta a todas as pessoas interessadas em comprar. Parte dos alimentos ficavam guardados em uma das salas que existe dentro do ambiente, sobre uma mesa de madeira, divididos em duas ou três caixas, cada uma com um produto específico: diferentes tipos de bolacha, de salgadinho e de pipoca doce. No chão, encostado na parede, estavam os pacotes de arroz, de feijão, de macarrão e alguns litros de refrigerante, que ainda não estavam no grande congelador existente no local.

A pessoa que deseja realizar uma compra entra nesse espaço junto de quem faz a venda, e tudo é acertado na hora. O dinheiro para troco fica dentro de uma caixa em cima da mesa, ao lado dos recipientes já descritos, e os preços dos produtos desse mercado não eram em nada diferentes dos preços dos mercados da cidade de Naranjal. Poucos dias depois, ainda no mês de março de 2019, todos os produtos disponíveis acabaram e ficaram alguns dias sem reposição. Nas outras duas ocasiões em que fui para Puerto Barra, nos meses de junho e dezembro, esse mercado não estava funcionando. Deste modo, para adquirir produtos como arroz, macarrão, refrigerante e salgadinhos era necessário ou procurar a casa de Moises Pepangi, ou se deslocar até a mercearia ou mercado mais próximo, fora da aldeia.

O mercado localizado na casa de Moises fica logo no início de Puerto Barra e foi criado no ano de 2019. Em fevereiro e em março ainda não estava operando, mas em junho e em dezembro pude presenciar pessoas realizando compras em sua residência. No local, as vendas são feitas de dentro da própria casa. Uma porta de madeira dividida em duas partes possibilita que a metade de cima fique sempre aberta e a de baixo sempre fechada. Deste modo é possível visualizar alguns produtos mesmo quando se está do lado de fora da residência. Neste mercado vende-se pipoca doce, salgadinhos, bolachas recheadas, caramelos, geladinhos e refrigerantes. Os preços, uma vez mais, não se diferenciam muito dos preços dos mercados da cidade.

No dia em que a colheita de soja foi realizada por Wanderlei, Modesto sugeriu que no retorno à aldeia nós passássemos no mercado para comprar algo para comer e beber, pois nem eu nem Modesto havíamos comido nada ao longo do dia. Passava das 20h e Moises continuava realizando as vendas. Neste mercado, toda a renda obtida com a saída dos produtos fica para Moises e sua família, diferente do mercado que funcionou no *comedor* da aldeia, que apresentamos há pouco.

De acordo com o que apresentamos nos parágrafos acima, uma boa parte da alimentação em Puerto Barra é custeada pela própria aldeia, que são os almoços servidos uma vez ao dia. Durante o ano de 2019 o almoço aconteceu normalmente, excetuando-se o mês de dezembro, em que as famílias tiveram que providenciar o próprio alimento. Para tanto, é preciso trabalhar para conseguir uma quantidade de dinheiro, mesmo que pequena, que possibilite as famílias de adquirirem, além de alimentos, outras aquisições como produtos de limpeza, gasolina ou remédios. Mesmo que irregulares para o caso da maioria, estas ocupações permitem que os Aché continuem levando a vida, mesmo que de maneira humilde.

3.3 O ACESSO À SAÚDE E A MEDICAMENTOS

Além da alimentação, é através do acesso a saúde e a medicamentos que parte dos recursos oriundos da venda da produção de soja retorna à Puerto Barra. Em alguns casos, mais do que pagar por um hospital privado, em Puerto Barra as pessoas conseguem acesso a qualquer hospital por conta da proximidade com cidades maiores. Há um grande hospital público na região de Ciudad del Este, a pouco mais de 100 quilômetros da aldeia. Foi neste hospital que Francisco Mbupigi realizou sua cirurgia de hérnia de disco, em agosto de 2019. A operação foi totalmente gratuita, mas os

medicamentos foram pagos em parte por sua família (sua esposa é servidora pública municipal) e parte com uma espécie de fundo da aldeia, em que as pessoas são chamadas a contribuir na emergência de alguma necessidade. Além do mais, alguém da comunidade que possui carro teve de levar Francisco e algum familiar para o acompanhar durante os dias internado.

Em junho de 2019, Filemon Chengygi, filho de Davi Kandegi e neto de Alejo Baipukugi, se acidentou gravemente na rodovia federal que passa a 13 quilômetros da aldeia. Certa noite, o rapaz de 19 anos saiu da comunidade com uma moto sem nenhuma iluminação - sem farol, seta, luz de freio ou adesivo refletivo. Quando já estava no asfalto, foi de encontro a um automóvel que não conseguiu identificá-lo em meio a escuridão. Filemon caiu no chão, bateu a cabeça e ficou tonto, desorientado. Segundo me contou, nenhum veículo vinha atrás e o motorista do automóvel prestou socorro. De todo modo, ele foi levado a um hospital em Santa Rita e ficou internado alguns dias, com a esposa o acompanhando.

Quando alguma pessoa velha fica doente e a comunidade não consegue providenciar a totalidade do dinheiro necessário para pagar o atendimento ou os medicamentos, uma reunião comunitária é chamada e as pessoas são convidadas a contribuir com a quantidade de dinheiro que puderem para realizar os procedimentos. Segundo Alejo, estas reuniões de contribuição não são regulares, pois no geral as lideranças conseguem resolver as demandas com o caixa da própria aldeia, mas elas sim acontecem, não sabendo ele me explicar desde quando.

Quando ocorrem, essas reuniões contam com a presença de duas pessoas que em Puerto Barra lidam com a questão da saúde, que são Juan Krygi e Angelica Chachupurangi. Juan é o *promotor de saúde* da aldeia, outra pessoa portanto que ocupa um cargo público, e Angelica o ajuda nessas atividades, apesar de não possuir formação. É na casa que Juan, casado com Luisa Buipugi, que ficam os medicamentos de posse de Puerto Barra. Angelica é esposa de Modesto Chuwagi, encarregado da piscicultura na aldeia e pessoa que acompanhei no monitoramento da colheita de soja realizada por Wanderlei.

Há também os casos em que exames e outros procedimentos são realizados em hospitais privados na cidade de Santa Rita. A história da mudança do pai de Alejo Minagi, chamado Higinio Mbyvangi, para a aldeia de Puerto Barra passa por um

hospital em Santa Rita. Depois de viver 18 anos em Cerro Moroti, Higinio ficou doente e foi para Puerto Barra para poder se tratar. A enfermidade era uma úlcera e pedra na visícula. Uma cirurgia de oito horas foi realizada e aos poucos Higinio conseguiu se recuperar. Voltando para Cerro Moroti, não conseguiu se adaptar e passou a morar definitivamente em Puerto Barra com a esposa e alguns dos filhos.

Há alguns anos os partos das mulheres de Puerto Barra acontecem nos hospitais da região. Embora várias pessoas da aldeia tenham nascido em Ciudad del Este, recentemente, em março de 2020, o filho de Felicita Mbepurangi e AlejoMinagi, chamado José Bywangi, nasceu em Santa Rita. Reidar Fostervold foi quem levou o casal ao hospital acompanhado do professor da escola da aldeia Heber Gonzales. No mês de abril nasceu o filho de Marina Krinagi, neto de Geronimo Tatugi e Amada Kuachingi. A criança também nasceu no hospital de Santa Rita e Marina foi levada ao local pelo professor de informática Hugo Cesar Arce em um automóvel. A esposa de Hugo, Nancy Contrera, acompanhou Marina até o hospital, além de Célica Teyjangi, a segunda cacique da aldeia na ocasião.

3.4 A PRODUÇÃO DE MEL E TILÁPIAS

O gosto dos Aché pelo mel (*myngá*) está registrado na literatura etnográfica desde os primeiros trabalhos de Guillhermo Bertoni, Alfred Métraux e Herbert Baldus, mesmo que de maneira pontual. Jean Vellard publicou na década de 1950 a obra *Uma civilização do mel: os índios Guayaki do Paraguai*, inteiramente dedicada a apresentar e explorar a maneira como os Aché se relacionam com as variadas espécies de abelha de sua região e a importância do mel na sua alimentação e vida social. Pierre Clastres aborda o mel em várias passagens de sua *Crônica dos índios guayaki*, publicada em 1974, destacando o grande gosto pelo mel dos Aché e etnografando um grande encontro entre os subgrupos Aché para uma celebração denominada *tokybairu* (1995, p. 168), período do *grande frio*, o inverno, em que o mel da abelha *myrynga* é colhido.

Os Aché de Puerto Barra cultivam mel em caixas de madeira desde os anos 1980, quando um esforço de salvaguardar as colméias disponíveis na região foi realizado por alguns homens da comunidade como Ricardo Minogi, Blanco Pepangi, Felipe Kajagi, Daniel Rytagi e Miguel Jakangi. Bjarne Fostervold conta que a medida que as áreas de floresta do entorno de Puerto Barra passaram a ser derrubadas, os Aché

procuravam por estas árvores e depositavam as colméias ali disponíveis dentro das grandes caixas de madeira.



Na foto (tirada entre 1979 e 1990) os Aché de Puerto Barra resgatam colméias de árvores recém derrubadas. Foto: Bjarne Fostervold

Neste período de intenso desmatamento, uma pessoa chamada Ingi Bjernevoll ensinou aos indígenas como é que se fazia para criar abelhas dentro caixotes, segundo conta Angel Tatugi. Ricardo Minogi relata que tudo deu muito trabalho, pois ele só sabia coletar o mel como se fazia no monte, mas seguindo as orientações de Ingi os Aché conseguiram ao final produzir bastante mel para o próprio consumo. Nesse início não havia equipamento para se proteger das abelhas e tudo era feito com a roupa do corpo e com as próprias mãos.

De lá para cá o processo se modernizou e hoje a aldeia conta com 50 caixas de abelha, localizadas ao lado da área reservada para a produção de mandioca, melancia e poroto. O principal encarregado da produção de mel na aldeia é Salatiel Gachogi, filho de Aníbal Waypygi e Rosalina Chachugi, esta última já falecida. Salatiel está responsável pelo mel em Puerto Barra há aproximadamente 10 anos. Aníbal também diz ajudar na produção, além de Adam Mbejarogi e Felipe Krajagi, pessoas que os Aché me indicavam para conversar quando eu tocava no assunto do mel.

Existe em Puerto Barra uma construção chamada Laboratório Apícola, onde estão os equipamentos necessários para retirar o mel dos favos, como o cilindro e as

roupas e capacetes com vedação. O laboratório é fruto de um acordo entre o Fundo Mundial do Meio ambiente (GEE), o Banco Mundial e a Itaipu Binacional do Paraguai e foi inaugurado em 2017. O valor total do projeto foi de 90 milhões de guaranis, o equivalente a quase 14 mil dólares. Deste modo, além de produzido para o consumo das pessoas da aldeia, o mel é envasado em potes de 500 ou 750 mls e recebe um rótulo de que foi produzido em Puerto Barra.

Em março de 2019, em uma reunião noturna realizada no *comedor*, foram entregues dois litros de mel para cada uma das 67 famílias que no período residiam em Puerto Barra. 134 litros de mel foram inteiramente destinados ao consumo das pessoas, que nas palavras de Simon Pychangi "acontece de qualquer maneira", seja adicionando ao tererê, ao mate quente, puro ou passando no pão. Nesse mesmo período, uma grande quantidade foi reservada para a venda nas feiras que no mesmo mês de março e depois em abril os Aché participaram, o AgrosHOW, promovido pela COPRONAR, e a feira agropecuária Innovar, promovida pela União de Empresas Agropecuárias (UEA) e realizada no distrito Yguazu, na sede da já mencionada CETAPAR, onde várias pessoas de Puerto Barra estudam.

Na COPRONAR, o mel era o principal produto oferecido pelos Aché, mais que os artesanatos. No estande, um grande banner com os dizeres "mel de flores silvestres" e "usando conhecimentos ancestrais na produção moderna" foi colocado atrás da mesa onde os potes de mel estavam acomodados, ideia de Reidar Fostervold, acredito. Em comparação com os outros itens disponíveis para a venda, como os artesanatos, o mel vendeu consideravelmente melhor.

A produção de tilápia acontece em Puerto Barra há cerca de 11 anos, quando da construção dos primeiros tanques. Modesto Chuwagi é o encarregado da atividade, além de outras pessoas como Hugo Tatugi, com quem infelizmente não consegui conversar. Hoje são nove açudes na aldeia, localizados também próximos à área onde são cultivados alimentos para o consumo. Uma bomba hidráulica leva a água do rio Yñaro até os tanques.



No mapa, o círculo maior indica a localização dos açúdes e o menor o local onde funciona o laboratório apícola

A piscicultura na aldeia ainda me deixa confuso em relação a sua finalidade. Embora alguns interlocutores como o próprio Modesto tenham relatado que a produção existe exclusivamente para o consumo, em entrevistas aos jornais paraguaios José Anegui fala que os peixes também são para a venda.

No período que estive em campo, apenas na última vez, em dezembro, é que tive a oportunidade de ver cerca de três açúdes ocupados com peixes. De acordo com Modesto, estes haviam sido colocados ali no fim de novembro. Leva cerca de oito ou nove meses para que as tilápias estejam no tamanho ideal de consumo, o que indica que os açúdes estavam sim cheios em minhas duas outras estadias em campo. Para a pesca as pessoas utilizam redes ou esvaíam os açúdes e coletam os peixes no fundo do reservatório.

Certo dia pela manhã, no mês de dezembro de 2019, ouvi o barulho de sino tocar sem saber o que ele avisava. Marta, professora da escola que vive ao lado da casa de visitantes, me chamou e disse para eu ir ao *comedor* pois as pessoas estavam indo buscar peixes. Fui ao *comedor* apenas para observar, pois meus dias em Puerto Barra estavam para acabar. No *comedor*, Ricardo Minogi e Emiliano Takuangi, na época quarto e primeiro cacique, respectivamente, estavam distribuindo os peixes para uma fila de

peças formadas por mulheres e crianças, cada uma com um prato, uma tigela ou uma sacola nas mãos.

Os peixes não foram pescados no mês de dezembro de 2019, mas pelo menos há algum tempo, e estavam armazenados no grande congelador da aldeia. Ricardo vestia grandes botas de borracha, dessas brancas usadas por açogueiros. Ele era a pessoa que buscava os peixes no congelador e os passava para Emiliano, que enfim os distribuía às pessoas da fila.



Na foto, Ricardo Minogi de chapéu na cabeça, Emiliano Takuangi de boné branco e as pessoas na fila dentro do *comedor*. Foto: o autor

Algum tempo antes, na ocasião do casamento de Simon Pychangi e Quesia Aiala, uma grande quantidade de tilápia foi preparada para servir as pessoas da aldeia naquele dia de festa. Em dezembro de 2019 o peixe era de longe a carne que mais estava sendo consumida em Puerto Barra.

3.5 A CONCENTRAÇÃO DA ECONOMIA DA SOJA E A DISPERSÃO DE RECURSOS EM PUERTO BARRA

A atividade de soja no Paraguai se caracteriza por dados aparentemente contraditórios: ao mesmo tempo em que 80% da produção ocorre em localidades menores que 100 hectares, 47% do total exportado ainda é fornecido por propriedades

que possuem acima de 1000 hectares cultivados, que existem em menor número. Segundo Werz Junior,

"os dados do Censo apontam que, apesar de haver uma manutenção do cultivo da soja nos estabelecimentos menores ao longo do período (1991 - 2008), houve uma forte concentração da área e da produção nas grandes unidades (maiores de mil hectares)."

(Werz Junior, 2019, p. 8)

De acordo com informações de Wanderlei, vizinho que realizou a colheita de soja para o Aché em 2019, os departamentos que tem maior tamanho no Paraguai estão localizados na região norte do país, onde também estão as propriedades acima dos 1000 hectares. Para o caso da região sul, em que áreas agrícolas menores prevalecem, os Aché de Puerto Barra plantam acima da média nacional de 100 hectares ao cultivarem 230 nos períodos de safra.

A família de Wanderlei Lunkes produz em sua propriedade menos soja e menos milho que os Aché, pois não chegam a 200 hectares plantados. Os recursos advindos da venda desses cultígenos, no entanto, ficam majoritariamente entre as pessoas da família³⁸, além de alguns poucos funcionários³⁹, consequência da mecanização do trabalho no campo. Em comparação com seus vizinhos Aché, cuja produção é apenas um pouco maior, a diferença está no número de pessoas beneficiadas pelas receitas da venda da soja: uma aldeia inteira com aproximadamente 270 pessoas.

Em diversos momentos deste trabalho sinalizo o interesse que os Aché possuem pelas máquinas de maneira geral, como colheitadeiras e caminhões. A compra do primeiro trator é sempre mencionada nas histórias dos primeiros avanços tecnológicos, bem como a aquisição da semeadeira John Deere no ano de 2007. Quando falam sobre o futuro da agricultura na aldeia, este contempla caminhões e colheitadeiras, além de pessoas sabendo operar e realizar a manutenção do maquinário.

A família de Wanderlei possui os equipamentos necessários para realizar o ciclo completo da soja, isto é, a semeadeira, a pulverizadora, a colheitadeira e o caminhão para o transporte. Com os rendimentos das colheitas, desde aproximadamente o início dos anos 2000, o produtor conta que foi adquirindo estes maquinários. Além da possibilidade de crédito e parcelamento, Wanderlei pôde oferecer sua própria

³⁸ As notas fiscais emitidas pelos Aché são em nome de Wanderlei.

³⁹ O caseiro da propriedade e o operador do trator bazuca, por exemplo.

propriedade de terra como seguro pela dívida, coisa que os Aché não podem fazer segundo o Estatuto de las Comunidades Indígenas de 1981, que em seu capítulo II, Artigo 17, estabelece (os grifos são meus):

"La adjudicación de tierras fiscales a las comunidades indígenas se hará en forma gratuita e indivisa. La fracción no podrá ser embargada, enajenada, arrendada a terceros, prescripta *ni comprometida en garantía real de crédito alguno*, en todo o en parte."

(Paraguay, 1981)

Em outros momentos deste trabalho menciono o vizinho Miro Schuster, pessoa bastante citada por meus interlocutores quando falam dos começos e das ampliações da atividade sojeira na aldeia. A família de Miro é produtora de soja e milho na região de Naranjal e proprietária de um grande silo chamado Agro Silo Ñacunday. Durante muitos anos a soja cultivada em Puerto Barra foi semeada e colhida pelos funcionários de Miro, que já na década de 1990 era proprietário dos equipamentos necessários. Miro foi a pessoa que *tirou o trator* para os Aché, como as pessoas dizem na aldeia, pois, como Wanderlei, pôde colocar sua propriedade como garantia de pagamento.

Depois da família de Miro e antes da família de Wanderlei, eram os vizinhos brasiguaios Milton Schorr e seu filho Luis (chamado também de Alemão) que realizavam a colheita para os Aché em Puerto Barra. A família de Milton também cultivava milho e soja nos períodos de safra e safrinha e é mais uma das que possuem as máquinas necessárias para realizar o ciclo completo. Vez ou outra Milton oferece trabalhos temporários a alguns homens de Puerto Barra, segundo contou seu filho.

Consegui pouca ou nenhuma informação sobre essas famílias mencionadas logo acima, visto que passei a maior parte do tempo na própria aldeia. Estes dados foram produzidos na relação com os Aché e no caso de Wanderlei nos dias em que acompanhei a colheita e o caminho das sementes até a cooperativa. De todo modo, consigo perceber que nessas três famílias brasiguaias a soja permitiu a concentração e multiplicação da renda a partir de um pedaço de terra muito menor que 1000 hectares, no qual as três famílias cultivam milho e soja (além de outras culturas), possuem o maquinário e não plantam nada para o consumo.

Fazendo uma comparação com um grupo indígena brasileiro, os Paresi movimentaram cerca de 50 milhões de reais nas duas safras do ano de 2018 com sua produção de soja, milho e outros grãos. Dos 1,3 milhão de hectares de terra indígena que a etnia possui, localizada no estado do Mato Grosso, 15,500 hectares estão

destinados aos cultivos para a venda, cerca de 2% do território, sendo 10 mil hectares reservados apenas à soja (Blecher, 2019, p. 24). Com tamanha quantidade de recursos advindos da produção, após as safras de 2018 foi possível distribuir cerca de R\$1,8 milhões entre as 63 aldeias existentes na terra indígena. Em número, os Paresi somam hoje aproximadamente três mil pessoas.

A situação dos Paresi é atraente, mas nada disso se aproxima ao universo dos Aché da comunidade de Puerto Barra ou de qualquer outra aldeia Aché no Paraguai. Se somarmos a área das seis terras indígenas⁴⁰ Aché passaremos em apenas 1000 hectares o que os Paresi dedicam à agricultura em seu território. Além disso, especificamente no caso de Puerto Barra, a produção de 230 hectares de soja durante o período de safra jamais garantiu a entrada de recursos na casa do milhão. Mesmo assim o trabalho com a soja é visto dentro da comunidade como uma boa maneira de se ganhar a vida no mundo fora da floresta. José Anegui destaca a segurança do mercado da soja, Higinio Mbyvangi diz que sem a soja as pessoas tentariam trabalhar individualmente, o que na opinião dele seria mais difícil. Filemon, por sua vez, registra que sem a soja as pessoas buscariam emprego fora da comunidade. Em Cerro Moroti, minha impressão é que Puerto Barra é vista como um lugar que possui boas condições de vida por garantir com mais segurança alimento as pessoas, por ter acesso e proximidade a bons hospitais e por estar em uma região de boa empregabilidade.

A antropóloga Marta Amoroso escreve em sua tese de doutorado sobre o aldeamento capuchinho São Pedro de Alcântara, que durou de 1855 a 1895. Na obra a autora dá destaque ao ingresso dos Kaingang e dos Kaiowá na produção de açúcar e mais especificamente o engajamento dos Kaingang na fabricação de cachaça, ambos produtos da economia do século XIX que propiciaram o período de maior prosperidade econômica do aldeamento, nas últimas três décadas de sua existência.

O aldeamento São Pedro de Alcântara era constituído de uma sede administrativa, onde ficavam a residência de seu responsável, o Frei Timotheo de Castelnovo, a paróquia, os engenhos e depósitos. Os grupos indígenas não se concentravam nesse local definido como sede, mas em localidades vizinhas não muito distantes, onde faziam seus roçados para consumo, cultivavam a cana para a produção

⁴⁰ Para o tamanho das seis aldeias Aché no Paraguai verificar a nota de rodapé número quatro na página 15.

de açúcar e cachaça e, sinaliza Amoroso, davam sequência a sua vida ritual e a suas "formas de organização sócio-política bastante tradicionais" (1995, p. 106). Conforme já sinalizamos no primeiro capítulo, para estes grupos, a categoria utilizada pela administração do aldeamento era a de *índios aldeados*, que compreendia aos grupos que mantinham relações de produção e comércio com o aldeamento, os diferenciando dos *índios agregados* e os *índios do sertão*.

Ao longo do trabalho, Amoroso destaca o quanto a distância social e espacial que separava os indígenas (considerados aldeados) da sede era resultado de negociações entre a administração do aldeamento e as chefias indígenas locais. Nesse sentido, a autora argumenta que

"O plano urbano do aldeamento de São Pedro de Alcântara revela, assim, menos controle e imposição de normas dos missionários sobre os aldeados do que negociações e respeito mútuo às fronteiras erguidas no interior do aldeamento." (1995, p. 106)

Deste modo, a despeito de manterem vinculações produtivas e comerciais com o aldeamento, da mesma maneira como os demais produtores brancos e negros da região, também em razão dessa relativa autonomia, os Kaingang, Guarani e Kaiowá foram compreendidos por Marta Amoroso como grupos indígenas, e não como populações camponesas indistintas, o que segundo a autora foi a maneira como os povos indígenas foram tratadas em outros trabalhos sobre distintos aldeamentos católicos no Brasil imperial.

No caso de Puerto Barra, o produto da economia da época é a soja, que desde a década de 1980 vem, ao mesmo tempo, se constituindo como o principal produto de exportação do Paraguai e o cultivo prioritário destinado a venda entre os Aché de Puerto Barra, muito mais que o milho ou qualquer outro grão. De igual modo aos indígenas do aldeamento de São Pedro de Alcântara, os Aché de Puerto Barra mantêm relações comerciais e de produção com diferentes níveis de seu entorno. Se são os vizinhos próximos que realizam a colheita da soja e oferecem empregos temporários as pessoas, para ficar apenas no terreno da agricultura, a soja produzida pelos Aché chega a outros países e continentes a partir da relação que os Aché possuem com a cooperativa COPRONAR, que exporta dos grãos recebidos.

A despeito de fazerem parte dessa rede de relações que os conecta a seus vizinhos, aos moradores da cidade e aos países do mundo, os Aché vivem em aldeia e falam a língua nativa, além de saberem o espanhol. Em seu dia a dia, vez ou outra se

alimentam de animais de caça, palmito nativo, mel e buchu, uma larva bastante apreciada na aldeia que nasce nos troncos das palmeiras golpeadas pelo facão das mulheres. A terra onde vivem não pode ser penhorada, vendida ou posta como garantia em nenhum tipo de negociação, o que reafirma o caráter de terra indígena. A educação escolar que todas as crianças recebem a partir dos seis anos é especialmente desenvolvida para elas e está presente nas seis aldeias, em que a maioria dos professores são os próprios indígenas. Quando falam sobre seus vizinhos, os Aché destacam as diferenças de "costume"; o mesmo acontece quando seus vizinhos falam dos Aché, que elencam uma ou outra característica que os diferenciam.

Como vimos no primeiro capítulo, numericamente são poucas as pessoas que se envolvem com o plantio de soja na aldeia, como é o que acontece de maneira geral entre os vizinhos agricultores dos Aché. Uma vez que a venda da produção é realizada, no entanto, os recursos da soja extrapolam as poucas pessoas que a produziram e pagam dívidas da comunidade, viram alimento para mais de 200 pessoas e garantem a manutenção de um ou outro projeto. De maneira distinta a de seus vizinhos, entre os Aché mais de uma família é beneficiária da venda da produção de soja. Igualmente diferente é o caso dos Paresi, que em sua produção agrícola empregam aproximadamente 185 pessoas da própria terra indígena. Nenhum Aché que trabalha nas plantações da aldeia recebe salário, o que faz com que as pessoas envolvidas nas diversas atividades existentes na comunidade busquem também ocupações temporárias fora da aldeia.

Em meu trabalho de campo em Cerro Moroti, no ano de 2015, quando Francisco Mbepegi falava sobre as dificuldades alimentares enfrentadas pelas pessoas da aldeia, a despeito da enorme quantidade de trabalho realizado, o mesmo sugeria que os antropólogos deveriam explicar para os Aché o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo, assumindo ele a posição de analista, o próprio Francisco sugeriu uma diferença entre os Aché e o universo dos *blancos*, ao menos no que se refere à alimentação: tudo aquilo que é produzido ou comprado pelos Aché é dividido entre as pessoas, algo que segundo Francisco não acontece entre os brancos, pois nós vamos ao mercado e compramos comida apenas para nossa família. Nada mais exemplar sobre o que acontece em Puerto Barra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somos Aché, aprendimos mucho de agricultura em 35 años

(cartaz exposto pelos Aché na feira agrícola AgroShow, março de 2019)

Ao longo desta dissertação tenho delineado como os Aché, no decorrer de quatro décadas, vem se transformando de um grupo predominantemente caçador e coletor das florestas tropicais em um povo agricultor residente de um aldeamento. Nos primeiros anos da comunidade, a atividade de caça e coleta era praticada em maior intensidade, ocupando os indígenas por vários dias na floresta. A agricultura nesse começo, tal qual o tamanho da terra indígena, que ainda era pequena, acontecia em menor quantidade e destinava-se exclusivamente para o consumo. Com o passar dos anos a proporção entre caça e coleta e atividade agrícola foi se modificando até chegarmos a atualidade.

No ano de 2019 a caça e a coleta eram presentes no dia a dia de Puerto Barra, embora os alimentos consumidos na aldeia - seja no almoço servido a todas as pessoas ou as preparações realizadas em cada residência - fossem em maioria provenientes de mercados da região. O plantio para consumo continua acontecendo em pequena quantidade e o artigo que se destaca e se caracteriza como o principal cultivo agrícola da aldeia é a soja, pelo menos desde o final da década de 1980.

Ao falarem da agricultura, mas sobretudo dessa agricultura de soja, meus interlocutores enfatizam o lento processo de aprendizado da atividade, o que em outros termos significa dar destaque a experimentação, ao conhecimento e a formulações a respeito de um modo de vida inteiramente novo, que contemplava não apenas a agricultura, mas uma nova língua, um novo local de moradia, uma nova vizinhança e um novo conjunto de relações. Soa-me emblemática a reflexão do interlocutor Martin Airagi, que sinaliza que os Aché mudaram bastante desde a saída da floresta, mas os costumes são os mesmos. Ele explica que há o costume dos Aché e o costume dos brancos, e os Aché sabem "manejar" os dois. Ainda que nossa conversa tenha essencialmente girado em torno da agricultura e de sua família, a fala de Martin ilumina essa leitura dos Aché de que há maneiras distintas de se existir no mundo ou que, pelo menos, os Aché sabem que existe uma maneira de existir diferente da dos brancos.

Viver de maneira diferente dos não indígenas não significa não se relacionar com este outro universo. Ao saírem da floresta, rapidamente os Aché enfrentaram os

desafios da subsistência e da produção de recursos. De uma mal sucedida experiência com o plantio de algodão, a soja surgiu para os indígenas em um momento de valorização do artigo do mercado nacional, que acompanhava de perto a valorização do grão no mercado internacional. Com a entrada desses recursos, além de indicarem a compra de alimentos, meus interlocutores mencionavam remédios, roupas de frio, telhados de zinco e utensílios para o trabalho como os primeiros itens adquiridos.

No primeiro capítulo escrevi que o ciclo da soja em Puerto Barra acontece centrado em algumas famílias, como as de Daniel Rytagi (e seus filhos Pablo Piragi e Martin Airagi) e Felipe Kajagi, Angel Tatugi e Modesto Chuwagi. Deste modo, mais que um trabalho coletivo que envolve muitas pessoas, as atividades relacionadas a soja em Puerto Barra relacionam pessoas específicas, que possuem vinculação com o início tanto da aldeia como da prática agrícola na comunidade. Pablo e os *jovens* que o auxiliaram no plantio realizaram a tarefa em menos de uma semana, demonstrando total conhecimento desta etapa do ciclo da soja.

No segundo capítulo, apresentei como a colheita da soja e o transporte até a cooperativa COPRONAR é realizado por um vizinho brasiguaiio dos Aché, chamado Wanderlei, que é pago pelos serviços prestados ao final da empreitada. Modesto Chuwagi foi a pessoa que acompanhou Wanderlei nessas atividades. É a partir da vendas das duas produções anuais de soja que os Aché que vivem em Puerto Barra sustentam sua vida econômica, dando conta das atividades internas e o pagamento de dívidas contraídas nas cidades do entorno de sua comunidade.

A soja é o cultivo de maior presença na aldeia, superando em muitos hectares o plantio para consumo. Nesse sentido, se planta soja para vender e para, sobretudo, comprar comida para o consumo dos moradores. Este foi o tema do capítulo três, em que tematizei o almoço que é preparado na aldeia com estes alimentos adquiridos pelas lideranças na cooperativa COPRONAR. Ao longo dos meses do ano esses produtos são trazidos da cooperativa até a aldeia e são pagos em duas ocasiões no ano, no momento de venda da produção de soja, com uma considerável quantidade de juros.

Nenhuma pessoa recebe dinheiro por trabalhar com a soja ou com qualquer outra atividade desenvolvida em Puerto Barra, como o plantio de milho, a piscicultura de tilápia ou a criação de abelhas para a produção de mel. Deste modo, como poucas pessoas da aldeia são funcionários públicos, é necessário que mesmo as encarregadas de

tarefas na comunidade saiam para realizar pequenos trabalhos nas propriedades vizinhas, geralmente homens acima dos 15 anos. O trabalho com a soja, mesmo que organizado essencialmente por uma ou duas famílias, não concentra renda em nenhum grupo familiar.

É esperado que nos próximos anos, ou pelo menos esperam Pablo e Martin, que a agricultura de soja em Puerto Barra se fortaleça e possibilite a compra de novos equipamentos, como uma colheitadeira e um caminhão para o transporte dos grãos, barateando os custos da produção. A consolidação da agricultura para consumo também entra nos planos das lideranças e acompanhei parte do trabalho de pessoas nesse sentido em 2019, com as melhorias na área que os Aché se referem como horta, como a limpeza do terreno, adubação dos canteiros, instalação de irrigação e uma tela protetora sob os futuros cultígenos. O objetivo é reduzir o gasto com alimentos no mercado da cooperativa e conseguir usar este dinheiro para outros projetos.

Puerto Barra continua crescendo e, de acordo com um estudo realizado pelos formandos do ensino médio de 2019 da aldeia, houve um aumento populacional de 12% em relação ao ano de 2018, explicado por nascimentos e migrações de pessoas de outras aldeias. Se o ritmo de crescimento continuar em 12% ao ano, a projeção é que em 2024 vivam 427 pessoas em Puerto Barra, número 54% superior em relação aos 277 moradores de 2019. É especialmente a agricultura de soja que garante a entrada de recursos e a manutenção de atividades importantes em Puerto Barra, mas a área de plantio de soja, conforme manifestou José Anegui, não pode ser aumentada, obrigando os indígenas a pensarem em outras formas de contornar esta situação. Seja lá o que forem fazer, fica evidente que a agricultura faz parte dos planos e sonhos futuros das pessoas de Puerto Barra.

REFERÊNCIAS

- ACHINELLI, Marcela. BARRIOS, Oscar. MORÍNIGO, Jorge. 2018. La soja en el Paraguay. Una aproximación a la cuantificación económica. Período 1994-2016. *Población y Desarrollo*. 24 (46): 24 - 36.
- AMOROSO, Marta Rosa. 1998. Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: PPGAS USP.
- BALDUS, Hebert. & MÉTRAUX, Alfred. 1946. The Guayaki. Handbook of South American Indians Vol. 1: The marginal tribes. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, p. 435-444.
- BALDUS, Herbert. 1936. Ligeiras notas sobre duas tribus tupis da margem paraguaya do Alto Paraná (Guayaki e chiripá). *Revista do Museu Paulista*, Tomo XX, Universidade de São Paulo.
- BARBOSA, Pedro. 2017. Alimentação e transformação: notas etnográficas sobre os Aché de Cerro Moroti (Paraguai). Monografia (graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná. Departamento de Ciências Sociais.
- BERTONI, Guillermo Tell. 1922. El indio Guayaki, una raza interesante y mal conocida. *Anaes do XX Congresso Internacional de Americanistas*, vol. I, p. 103-110 Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- BLECHER, Bruno. 2019. Por que índio não pode plantar soja? *Revista Época*, São Paulo, n 399.
- CADOGAN, León. 1960. Algunos textos Guayakí del Yñaró. *Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del Museo Etnográfico*, v. IV, 1o pt.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; ALMEIDA, Mauro Barbosa de (orgs.). 2002. *Enciclopédia da Floresta: o Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CLASTRES, Pierre. 1995 [1972]. *A crônica dos índios Guayaki: o que sabem os Aché, caçadores nômades do Paraguai*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- CLASTRES, Pierre. 2003 [1974]. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo, Cosac&Naify.
- DESCONSI, Cristiano. 2018. “Aqui a gente planta em família”: notas sobre a relação entre família e a lavoura de soja em assentamentos rurais do meio norte de Mato Grosso. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (9): 111-124.
- HARDER-HORST, Rene. 2007. *The Stroessner Regime and Indigenous Resistance in Paraguay*. Gainesville, University Press of Florida.
- HETHERINGTON, Kregg. 2016. La soja ante la ley: prácticas de conocimiento, responsabilidad y el boom de la soja en Paraguay. *Revista Paraguay desde las Ciencias Sociales*, revista del Grupo de Estudios Sociales sobre Paraguay, n° 7, pp. 177-203.

- HILL, Kim. 1983. Los Aché de Paraguai Oriental: condiciones actuales e historiariacente. *Suplemento Antropológico*, V. XVIII, n. 1.
- HILL, Kim. HURTADO, Magdalena. Aché. 1999. Aché. In: *The Cambridge Encyclopedia of Hunters and Gatherers*. LEE, Richard e DALY, Richard (orgs.) Cambridge University Press.
- HILL, Kim. HURTADO, Magdalena. 1996. *Ache Life History: The ecology and demography of a foraging people (foundations of human behavior)*. New Jersey, Aldine Transaction.
- HAUCK, Jan David. 2015. *Language mixing and metalinguistic awareness of Aché children*. *Texas Linguistics Forum* 58: 40-49 *Proceedings of the 23rd Annual Symposium about Language and Society*. Austin, TX.
- HAUCK, Jan David. 2016. *Making Language: The Ideological and Interactional Constitution of Language in an Indigenous Aché Community in Eastern Paraguay*. Ph.D. Dissertation, University of California Los Angeles (UCLA).
- HAUCK, Jan David. 2018. *The origin of language among the Aché*. *Language & Communication*. Volume 63, Pages 76-88.
- MANFROI, Ninarosa Mozzato da Silva. 2013. *Bleyer, Sartori e Bertoni: singulares imigrantes colonizadores de ideias*. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: PPGH/UFSC.
- MALINOWSKI, Maria Izabel. 2004. *A antropologia no Paraguai: uma redução às avessas?*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba: PPGAS/UFPR.
- MAYBURY-LEWIS, David. HOWE, Jim. 1980. *The Indian Peoples of Paraguay: Their Plight and Their Prospects*. Cambridge, MA, Cultural Survival.
- MAYNTZUSEN, Federico. *Mitteilung aus dem Gebiete der Guayaki*. 1912. *Actas del XVII International Congress of Americanists*, Buenos Aires 1910, (1):470.
- MAYNTZUSEN, Federico. 1920. *Die Sprache der Guayaki*. *Zeitschrift für Eingeborenen Sprachen* X (1919-20): 2-22. Berlin: Hamburg.
- MELIÀ, Bartolomeu. 1997. *Pueblos indígenas en el Paraguai. Demografía histórica y análisis de los resultados del Censo Nacional de Población y Viviendas, 1992*. Dirección general de estadística, encuestas y censos. Paraguai.
- MELIÀ, Bartolomeu. TELESKA, Ignacio. 1997. *Los pueblos indígenas en el Paraguai: conquistas legales y problemas de tierra*. *Horiz. antropol.* vol.3 no.6.
- MÜNZEL, Mark. MÜNZEL, Christine. MIRAGLIA, Luigi. MELIÀ, Bartolomeu. 1973. *La agonía de los Aché Guayaki: historia y cantos*. Assunção, Centro de Estudios Antropológicos de Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción.
- MÜNZEL, M. 1973. "The Aché Indians: genocide in Paraguay". *IWGIA Document*: Copenhagen.
- MÜNZEL, M. 1974. "The Aché: genocide continues in Paraguay". *IWGIA Document*: Copenhagen.

NARAHA, Karine. 2012. O quebrar castanha e o criar gado em um seringal acreano. *Campos* 13(1):61-79.

NÖTZOLD, A.L.V. BRINGMANN, S.F. O. 2013. Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 5 N° 10.

OLAZAR, Hugo Ruiz. 2016. Comunidad Aché no quiere vivir del pasado y planta soja. ABC Color. Assunção.

Paraguay. Lei 904/81. 1981. Estatuto de las Comunidades Indígenas. Assunção. Disponível em: <http://www.cultura.gov.py/marcolegal/ley-90481-estatuto-de-las-comunidades-indigenas/>. Acessado em: 05 de junho de 2020.

PEREIRA, Levi Marques. 2004. Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: PPGAS/USP.

REED, Richard. RENSHAW, John. 2012. The Aché and Guaraní: Thirty Years after Maybury-Lewis and Howe's Report on Genocide in Paraguay. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*: Vol. 10: Iss. 1, Article 1, 1-18.

RIBEIRO, Darcy (editor); RIBEIRO, Berta G. (coord.). 1986. *Suma Etnológica Brasileira* Edição atualizada do Handbook of South American Indians Vol. 1: Etnobiologia. Petrópolis: Vozes, Finep.

ROESSLER, Eva-Maria. 2008. Aspectos da gramática ache: descrição e reflexão sobre uma hipótese de contato. Dissertação (Mestrado em Linguística). Campinas, IEL/Unicamp.

ROESSLER, Eva.-Maria. 2019. Differential Marking and Object Scrambling in the Guaraní Language Cluster. In: Irimia, Monica Alexandrinha and Pineda, Anna (Eds.) *Differential Objects and Dative: A Homophonous Class?* *Linguisticae Investigationes* 42:1, John Benjamins Publishing Company, pp. 32–55.

ROESSLER, Eva-Maria. 2018. Efeitos sintáticos da reestruturação de morfologia flexional em Achê: um estudo de mudança linguística e fenômenos de contato no subgrupo-1 da família Tupí-Guaraní. Tese (doutorado em Linguística). Campinas, IEL/Unicamp.

ROESSLER, Eva.-Maria. 2015. Inflectional morphology restructuring in Ache - Discussing grammatical change and language contact in Tupí-Guaraní subgroup - 1. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 10, n. 2.

SILVEIRA, Nádia Heusi. 2011. Imagens de abundância e escassez: comida Guaraní e transformações na contemporaneidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis, PPGAS/UFSC.

SUSNIK, Branislava. 1960. Estudios Guayakí, 1ª parte. *Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del Museo Etnográfico Andres Barbero*. Assunção.

SUSNIK, Branislava. 1960. Estudio Guayakí, sistema fonético y temático. *Boletín de la Sociedad Científica del Paraguay y del Museo Etnográfico Andres Barbero*. Assunção.

TEMPASS, Martín César. 2005. Orerémbiú: a relação das práticas alimentares e seus significados com a identidade étnica e a cosmologia Mbyá-Guarani. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.

THOMPSON, Warren. 2012. ObjectsandDemonicAgencyin an Aché Community. Trabalho apresentado no 54° Congresso Internacional de Americanistas, Viena.

THOMPSON, Warren. 2019. The OrphanedPast: Ache AutonomyandRelationality in Times ofChange. PdhDissertation, Universityof Michigan, Ann Arbor.

THOMPSON, Warren. 2019.KinontheWing: padrões de residência, mobilidade e aliança no grupo de caçadores-coletores Aché. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 14, n. 1, p. 131-145, jan.-abr.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. STZUTMAN, Renato. 2008. Encontros: Eduardo Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, Azougue Editorial.

WEZS JUNIOR, Waldemar João. 2019. O mercado da soja no Paraguai: expansão, consolidação e momento atual. Trabalho apresentado no XXXI ALAS, Uruguai.